

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural



Dissertação de Mestrado

A cidade legal e ilegal:

Modos de habitar na constituição de territórios periféricos de Pelotas

Aline Cunha da Fonseca

Pelotas, 2016

Aline Cunha da Fonseca

A cidade legal e ilegal:

Os modos de habitar na constituição de territórios periféricos de Pelotas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas como requisito à obtenção do título Mestre em Antropologia Social e Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Pereira Neto

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

F676c Fonseca, Aline Cunha da

A cidade legal e ilegal : modos de habitar na
constituição de territórios periféricos de Pelotas / Aline
Cunha da Fonseca ; Francisco Luiz Pereira da Silva Neto,
orientador. — Pelotas, 2016.

132 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Margens urbanas. 2. Modos de habitar. 3. Territórios
periféricos. 4. Políticas públicas. I. Silva Neto, Francisco Luiz
Pereira da, orient. II. Título.

CDD : 305.5

Aline Cunha da Fonseca

A cidade legal e ilegal:

Modos de habitar na constituição de territórios periféricos de Pelotas

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social e Cultural, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30 de agosto de 2016.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto (Orientador)
Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Flávia Maria Silva Riech (Examinadora Interna)
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz (Examinador Externo)
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Às mulheres interlocutoras da pesquisa.

Agradecimentos

Primeiramente Fora Temer!

Ao meu orientador, professor Francisco Pereira Neto, principal incentivador deste trabalho, por tudo que compartilhamos no percurso da pesquisa. Por me ensinar que o conhecimento só faz sentido se for capaz de acolher a vida nas suas múltiplas dimensões. Pela confiança e pelas palavras de coragem nos momentos mais difíceis. Espero que possamos nos encontrar em outras experiências e compartilhar a utopia de uma cidade mais justa, alegre e criativa.

À professora Flávia Reich, por me ensinar que conhecimento é reencantamento. Assim eram suas aulas... Lembro-me da leitura sobre a construção da canoa - Argonautas do Pacífico Ocidental. Lia os fragmentos do livro, como se fosse a primeira vez. Conhecer é reencantar o mundo.

À professora Claudia Turra Magni, com que aprendi sobre o afeto. Conhecer é se permitir afetar e ser afetado. Sentir, tocar, vibrar, se emocionar.

À professora Ranata Menasche, que me ensinou que o conhecimento é generosidade. Precisamos ser generosos conosco. Aceitar nossos limites, nossas dificuldades e nos entregar para aquilo que sabemos fazer de melhor. Afinal de contas, não precisamos escrever o texto das nossas vidas e, a vida é bem maior que tudo isso.

Ao professor Pedro Robertt, pelas contribuições finais, fundamentais para a conclusão deste trabalho.

À Milena, pelas trocas e por dividir comigo as angústias de quem ousa escrever. Pelas risadas e pelas correções do trabalho. Uma amiga que chegou de longe e tornou-se próxima. Afetos e conexões que a gente não explica.

Aos colegas de mestrado Estelamaris, Orestes e Vinícius, pelas ansiedades e alegrias compartilhadas.

Aos colegas de SANEP, por tolerar minhas ausências, meus atrasos e minhas preocupações. Por tornar meus dias mais divertidos, pelas conversas, cafés, chás e chimarrão.

À Cristine, Carim, Francine, Lena e Angelita, forças vivas que animam este trabalho. “Ainda sou estudante da vida que eu quero dar...”.

À Rosi Marreiro, companheira da luta e da vida. Sempre presente nas horas certas. Grata por estares aqui...

Ao Átila, pela formatação do trabalho e por tudo mais... Um encontro de bons sentimentos.

Às mulheres que cuidaram da minha filha durante minha ausência: Terezinha, Celeste, Katharina e Isabela. “Companheira me ajuda, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem. Mas com você eu ando melhor”.

Ao meu pai que por circunstâncias inesperadas, a vida me trouxe de volta. Hoje junto com minha mãe, cuida da infância da Maria Clara.

À Maria da Graça, minha mãe. A mulher mais inteligente, forte e generosa que eu conheço. Aprendeu a fazer de tudo nessa vida para sobreviver. Ensinou-me sobre conhecimento e simplicidade. Que a inteligência está diretamente relacionada à curiosidade pela vida. Que nada adianta os títulos acadêmicos, se o conhecimento não puder fazer o bem para as pessoas, se ele não for justo. Que só se conhece aquilo que se compartilha. Com minha mãe aprendi a gostar de festa e de casa cheia. Que casa bonita é aquela de porta aberta, com barulho de gente, de cachorro e com cheiro de comida gostosa. A casa que sempre volto...

À Maria Clara, minha filha. Com ela aprendo sobre o amor. Porque ela tem uma capacidade imensa de encontrar amor nas situações mais difíceis. Ela me ensina, todo o dia, que se pode amar sempre, em qualquer situação. Que o amor é infinito, porque é o único sentimento que se multiplica. Minha pequena, sentido maior de tudo.

“Gracias a la vida que me ha dado tanto...”

Resumo

FONSECA, Aline Cunha da. **A cidade legal e ilegal:** Modos de habitar na constituição de territórios periféricos de Pelotas. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

O presente estudo tem por objetivo compreender os modos de habitar a cidade a partir do cotidiano dos grupos que se localizam nas margens urbanas e à margem do Estado, que não se encontram nas representações e nas narrativas oficiais sobre a cidade, através de um estudo etnográfico junto a uma ocupação ilegal localizada no bairro Três Vendas da cidade de Pelotas. Um contexto marcado por vários processos de exclusão e por uma urbanização informal. O propósito é capturar como a cidade é inventada a partir de suas margens, pelas múltiplas situações cotidianas vivenciadas pelos seus habitantes, através da produção dos espaços de interação, formação das redes de sociabilidade, trocas e reciprocidade. Este estudo tem como categoria central de análise os *modos de habitar*, articulando os conceitos de memória coletiva, entre-lugares, fronteira, território, territorialidade e contextos específicos. A proposta é submeter à perspectiva globalizante e normativa de cidade a experiência particularizada e contextualizada dos grupos que inventam e vivem a cidade, para pensá-la em termos históricos, processuais e relacionais, e de uma descolonização epistemológica na produção do conhecimento sobre os modos de habitar os territórios periféricos pensando o trabalho antropológico junto às políticas públicas.

Palavras-chave: margens urbanas; modos de habitar; territórios periféricos; políticas públicas.

Abstract

FONSECA, Aline Cunha da. I The legal and illegal city: inhabiting modes in the constitution of peripheral areas of Pelotas. 2016. 132 f. Dissertation (Masters in Anthropology Concentration - Area in Social and Cultural Anthropology) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

This study aims to comprehend the ways of living the city since the daily life of the groups that live in the urban shores and at the margins of the State institutions. These groups are not found in the representations and in the official narratives about the city. It was realized an ethnographic study in an unofficial village located in the Três Vendas neighborhood, city of Pelotas, state of Rio Grande do Sul, Brazil. A context marked by many processes of exclusion and by an informal urbanization. The objective of this study is to capture how the city is invented since the shores, by the multiples daily situations lived by the its inhabitants. This study uses as a central category of analysis the ways of living, articulating the concepts of collective memory, among-places, frontier, territory, territoriality and specified contexts. The purpose of this study is to submit to the globalizing and normative perspective of city the particularized and contextualized experience of the groups that invent and live the city with the aim of thinking about the city in historical, processual and relational terms. This study is a epistemologic decolonization in the production of knowledge about the ways of living the peripheric territories in the anthropologic work together with the public politics.

Keywords: urban shores; ways of living; peripheric territorie; politics public.

Lista de Abreviaturas e Siglas

APP	Área de Preservação Ambiental Permanente
COMPLAD	Conselho do Plano Diretor
GAP	Grupo de Análise de Projeto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NAURB	Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SANEP	Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas
TSA	Trabalho Socioambiental
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas

Sumário

Introdução.....	9
1. Antes do começo: a trajetória da pesquisadora ao encontro do tema de pesquisa.....	12
1.1. Distanciamentos e aproximações entre o serviço social e a antropologia	12
1.2. Primeiras aproximações com a antropologia	17
Recorte metodológico	23
1.3.1. Um desdobramento importante: pesquisadora e agente do Estado	23
1.3.2. Uma etnografia “por dentro” do Estado	24
1.3.3. Margens urbanas: o encontro etnográfico	26
2. Por uma antropologia da e na cidade	41
2.1. Contexto da pesquisa.....	45
2.1.1. Formação do Bairro Três Vendas.....	46
2.1.2. Memórias sobre a formação do sub-bairro Santa Terezinha.....	47
2.1.3. Campo de estudo	51
3. A cidade negada	55
3.1. Pelotas: uma cidade moderna.....	55
3.2. O discurso ambiental e a questão da sustentabilidade urbana	59
3.3. Representações e narrativas oficiais sobre a cidade	72
4. A cidade rascunho: cotidiano dos modos de habitar.....	91
4.1. Tessitura do cotidiano – parte I: fragmentos de histórias sobre a origem da ocupação	91
4.2. Tessituras do cotidiano – parte II: mobilidade e permanência	98
4.3. Tessituras do cotidiano – parte III: trabalho e as “dobras do legal e do ilegal”	103
4.4. Tessituras do cotidiano – parte IV: o flâneur caçador	107
4.5. Tessituras do cotidiano – parte V: as mulheres e suas especificidades nos modos de habitar	110
Considerações finais: dimensões políticas e culturais da cidade.....	114
Referências	123

Introdução

O presente estudo busca compreender os modos de habitar a cidade a partir da perspectiva de grupos que ocupam as margens urbanas de uma área periférica do bairro Três Vendas¹, localizado na Zona Norte da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (RS). Trata-se de uma ocupação urbana desprovida de um projeto formal de cidade. Um contexto precarizado e marcado por uma urbanização informal. A fraca presença do Estado mediante políticas públicas é verificada pela precariedade do lugar no que se refere ao acesso à infraestrutura, ausência de saneamento básico e medidas de contenção de encostas, já que a ocupação se localiza às margens de um córrego. Esse lugar é marcado por uma série de exclusões de ordem econômica, cultural, social e racial e relações sociais operam nas dobras da legalidade e da ilegalidade.

O interesse pelo estudo da cidade e suas margens foi despertado a partir do meu trabalho de assistente social junto ao Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas, especificamente nos projetos vinculados aos Programas do Ministério das Cidades, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As inquietações surgiram quando, na condição de coordenadora técnica do projeto de ampliação de redes de esgoto no bairro Três Vendas, foram identificadas ocupações clandestinas que não poderiam ser incluídas no projeto em decorrência da condição de ilegalidade.

A situação da cidade ilegal não é novidade para o serviço social, ao contrário, é um campo profícuo para a profissão, que há tempos trabalha para o Estado, junto aos projetos de regularização fundiária. O serviço social tem um acúmulo teórico e debate crítico sobre as formas desiguais de ocupação do espaço urbano, bem como o conhecimento teórico e operativo no trabalho junto às políticas públicas. Mas o meu interesse era compreender o Estado “por dentro”, a partir da

¹ O bairro Três Vendas localiza-se na parte norte de Pelotas, e é uma das maiores administrativas em extensão, da cidade. Possui uma população de 69.832 de habitação, distribuídas entre vinte e dois lotes em terras ou vilas: Sítio Floresta, Leopoldo Brod, Sanga Funda, Exército, Getúlio Vargas, Pestano, Cohab Pestano, Santa Rita, Vila Jacob Brod, Itamaraty, Quatro de Agosto, Cohab Lindóia, Py Crespo, Santa Terezinha, Municipários, CohabTablada, Santos Dumont, Agrícola, Bairro Jardim, Vila Silveira, Aeroporto. As vilas forma fundadas no início do século XX, ou seja, as mais antigas como a Santa Terezinha, Vila Silveira, Jacob Brod apresentam maiores números de moradores. (Oliveira. S; Vieira. S.G)

minha atuação como agente pública. Foi então que as inquietações culminaram com a minha entrada no mestrado em antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Esta escrita que é o resultado desse processo está organizada seguinte forma:

O primeiro capítulo trata da trajetória da pesquisadora ao encontro do objeto de estudo, percorrendo questões referentes aos distanciamentos e aproximações da antropologia e do serviço social. Há uma análise do lugar da pesquisadora enquanto agente do Estado, trazendo as dimensões teóricas, éticas e políticas desse processo, bem como as questões metodológicas na realização desse estudo.

O segundo capítulo discorre sobre a inserção deste trabalho em uma antropologia urbana, a partir de um recorte teórico, acerca de um posicionamento analítico em torno de uma antropologia *da* cidade ou *na* cidade. Destacam-se os *modos de habitar* como categoria central, conectando diferentes conceitos que irão tecer as reflexões teóricas. O capítulo se encerra com a elucidação do contexto da pesquisa por meio do recorte etnográfico sobre as memórias do processo de formação do bairro Santa Terezinha e com a apresentação do campo de estudo.

O terceiro capítulo busca analisar as representações e narrativas oficiais sobre a cidade, que possibilitaram, em diferentes momentos históricos, criar uma concepção única de cidade: a cidade de alguns. Esse pensamento único acabou por negar as múltiplas experiências citadinas de ocupar, viver e fazer cidade. Inicialmente é feita uma breve leitura sobre o processo de formação e ampliação do perímetro urbano de Pelotas, primeiro movimento de criação de uma concepção de cidade, a partir da incorporação dos ideários da modernidade. Os trabalhos de Soares (2000) e Xavier (2010) serviram consideravelmente de apoio teórico. Os autores analisam esse processo por meio da implantação do saneamento. Para ambos, o saneamento foi o caminho pelo qual a cidade incorporou as ideias higienistas, condição fundamental para que Pelotas se tornasse uma cidade moderna como as cidades polos do Rio de Janeiro e São Paulo. Posteriormente a reatualização dos ideários modernos e das concepções higienistas, a partir das reflexões sobre as questões ambientais e os consensos produzidos acerca do tema da sustentabilidade urbana. E por último, a leitura sobre documentos oficiais que materializam, a partir de seus códigos, planos, regras e procedimentos, as tendências e ideias sobre o espaço urbano, que mesmo

em disputa, acabaram por convergir no sentido único de cidade. Em outros termos, os diferentes paradigmas que orientaram a elaboração dos planos, códigos e os instrumentos de ordenamento do espaço urbano, acabaram negando a multiplicidade das experiências citadinas que escapam dos modelos dominantes de cidade. O capítulo se encerra mostrando a complexidade dos processos urbanos contemporâneos através da tensão entre a cidade legal e a cidade ilegal. Atenta tanto para a importância da etnografia para compreensão dos arranjos governamentais como também para as práticas urbanas que não passam pela centralidade do Estado.

O quarto capítulo tem por objetivo trazer o campo de pesquisa, sob a perspectiva de uma cidade rascunho, a partir do cotidiano de seus habitantes. Trata de fragmentos de histórias sobre a origem da ocupação, como um processo ambíguo e contraditório, onde está presente aspectos da ilegalidade e legalidade, do formal e informal. Mostrando as redes de sociabilidade, redes de parentesco, estratégias de sobrevivência e trocas como elementos de constituição do território. E o lugar que as mulheres ocupam nos modos de habitar a partir da especificidade das mulheres negras, suas demandas específicas e seu protagonismo político.

O estudo se encerra apontando questões teóricas e epistemológicas a respeito das dimensões culturais e políticas da cidade a partir das categorias de análise que orientam este estudo. Ratifica a localização deste trabalho na antropologia urbana, atenta para superação das visões essencialistas e dicotômicas sobre os processos urbanos e para uma descolonização epistemológica a partir do conceito de “conhecimentos situados” de Haraway (1995). Bem como, as implicações éticas e políticas no desenvolvimento do trabalho antropológico junto às minorias urbanas.

1. Antes do começo: a trajetória da pesquisadora ao encontro do tema de pesquisa

A trajetória de delimitação do tema de pesquisa se inscreve em um contexto de distanciamentos e aproximações entre a minha formação em serviço social e a antropologia. Apresento, porém, um desdobramento importante: sou assistente social e funcionária do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas, uma agente do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas urbanas, mais especificamente no desenvolvimento de trabalho social junto ao Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC Saneamento², com vistas à ampliação dos serviços de saneamento básico na cidade de Pelotas.

1.1. Distanciamentos e aproximações entre o serviço social e a antropologia

Enquanto assistente social, meu trabalho nas políticas públicas é inerente ao fazer profissional, tendo em vista que as políticas sociais são *ethos* da profissionalização do serviço social no Brasil. Os fenômenos sociais resultantes do processo de industrialização estabelecem relação direta com a profissionalização que ocorreu nos anos 1930, conjuntamente com o processo de urbanização e industrialização do país. Embora os fenômenos urbanos sejam objetos de estudo do serviço social, a profissão não se define por eles, não há uma especialidade do serviço social voltada para as questões urbanas. O serviço social é uma profissão generalista, seu objeto de estudo é a questão social, entendida enquanto contradição existente entre o capital e o trabalho. Ela opera nas tensões e no acirramento das contradições entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção Neto (2002). Nesses

²Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

termos, os fenômenos urbanos são manifestações da questão social. O serviço social é uma ciência aplicada, sua base teórica é formada pela contribuição das ciências sociais, das ciências humanas e da ciência política, e tem suas origens no positivismo e no funcionalismo. Em meados dos anos 1960, o serviço social inicia uma revisão crítica de suas bases através do movimento de reconceituação³. A aproximação com as teorias marxistas resulta, nos anos 1980, em uma alteração das diretrizes curriculares da profissão, que, a partir de então, passa a ser orientada pela teoria social de Marx. Por meio do método histórico dialético, a profissão reconhece que a ordem social capitalista tem em si as contradições necessárias para a sua superação. Para Marx, o elemento constitutivo da modernidade é o modo de produção capitalista, mas a crítica que faz à modernidade não significa sua negação. Se a modernidade, para Marx, era perturbadora, em certos aspectos representava um “avanço” em relação a momentos históricos passados, haja vista que nas sociedades pré-industriais a religião era um elemento ordenador da vida social. Marx acreditava na razão para desvendar as leis da história, sendo a ação humana responsável pelas transformações sociais e a história a força motriz do desenvolvimento econômico.

O século XIX é caracterizado pelos impactos trazidos pelo processo de urbanização e industrialização e pela expansão imperialista europeia na África e na Ásia. Essa situação coloca questões importantes para o desenvolvimento das ciências sociais. À sociologia coube estudar a sociedade europeia através de pesquisas em busca de leis gerais que pudessem elucidar os processos sociais e as transformações da sociedade. A antropologia, por outro lado, incumbiu-se do estudo dos povos colonizados da África e da Ásia, que, através do método de pesquisa empírica⁴,

³“Movimento de reconceituação, tal como expressou sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do serviço social no continente. O exame da primeira aproximação do serviço social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo (...). Preliminarmente, deve ser analisado que o movimento de reconceituação do serviço social, emergindo dos anos 1960 e prolongando-se por uma década, foi na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela constelação ao tradicionalismo da profissão” (IAMAMOTO, 2012 p. 205).

⁴“Notoriamente preocupada com a especificidade do objeto de pesquisa, a antropologia seja talvez, entre as ciências sociais, paradoxalmente, a mais artesanal e ambiciosa: ao submeter conceitos preestabelecidos à experiência de contextos diferentes e particulares, ela procura dissecar e examinar para então analisar a adequação de tais conceitos” (PEIRANO, 1995).

buscava compreender as particularidades dessas sociedades (LAPLANTINE, 2003). Enquanto a sociologia estudava as sociedades modernas, industriais e ocidentais, a antropologia estudava “outras culturas”, qualificadas como “primitivas” (KUPER, 2004). Nesse sentido, há uma diferença chave nas categorias de pensamento entre o serviço social e a antropologia. O serviço social, sob a influência da sociologia marxista, estuda os fenômenos sociais a partir de métodos qualitativos na elaboração de leis gerais que possam explicar e transformar a sociedade, operando a partir de categorias próprias da modernidade. A antropologia, diferentemente do serviço social, há tempos confronta a universalidade dos conceitos modernos. Malinowski (1984), em sua obra *Argonautas do Pacífico*, ao estudar o *Kula*, mostrou que o sistema de trocas e reciprocidade não se dava apenas no sentido de subsistência e não poderia ser reduzido a um fenômeno econômico. Para Peirano (1995), Marcel Mauss (2003), ao analisar o *Kula* e os sistemas de trocas da Melanésia e Polinésia, já havia mostrado que se tratava de um fenômeno complexo que envolvia religião, política, economia, mitologia, ritual. A partir do estudo sobre os sistemas de trocas desenvolvendo sua teoria sobre a reciprocidade: *Dar, Receber e Retribuir*, que para o autor, também pode ser identificada nas sociedades modernas.

Na mesma importância, encontra-se a contribuição de Pritchard (1978) ao analisar os sistemas políticos ausentes de Estado, pelo menos em termos de Estado moderno. Ao estudar os *Nuer*, constatou que o sistema político era anárquico, visto que a estrutura social tinha como princípio fundamental a fragmentação, onde os diferentes grupos se colocavam em oposição aos outros, em uma dialética entre fusão e oposição PEIRANO (1995). A contribuição de Prichard (1978) vai ao sentido de contrapor a concepção moderna ocidental de que as sociedades pré-industriais eram pré-políticas. Nesses termos, a política está incondicionalmente vinculada à presença do Estado, sob o princípio de que uma sociedade não se desenvolve ausente de Estado, ou seja, ausente de um poder centralizado. Ainda que se considerem as críticas⁵ feitas à escola

⁵A base dessa crítica está na ligação dos antropólogos britânicos com o governo colonial, que argumentam que as etnografias da época eram funcionalistas por não considerarem as contradições do contexto colonial. Mas algumas considerações devem ser feitas quanto a essas críticas: autores como Kuper (2004), apontam que a relação estabelecida entre os antropólogos e o governo não era tão

britânica, seus estudos significaram uma ruptura epistemológica com o evolucionismo e o etnocentrismo europeu. A antropologia, mais do que uma ciência marginal frente à sociologia, retendo a ideia de Kuper (2004) deve “alargar o âmbito das ciências sociais”, compreender os processos que os sociólogos e os cientistas políticos ignoram, “introduzindo nos seus debates os modelos que aprendemos com as mais variadas gentes de todo o mundo” (KUPER, 2004, p. 229). Essa breve reflexão acerca dos distanciamentos entre o serviço social e a antropologia, tendo em vista suas diferentes tradições epistemológicas, é uma questão fundamental na compreensão do processo de delimitação do tema de pesquisa e no desenvolvimento deste estudo. À vista disso, tenciona-se a formulação do seguinte questionamento: pensando em termos de políticas públicas, quais os limites e possibilidades no estabelecimento de um diálogo entre essas duas áreas do conhecimento?

Nessa direção apontam Barros e Alves (2006) através de um curso de extensão Antropologia e Serviço Social promovido pelas antropólogas, com o objetivo de contribuir no diálogo entre essas duas áreas do conhecimento, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. O fio condutor principal do diálogo é o entendimento sobre a estrutura de classes. Por meio do conceito de “diferença”, a antropologia traz uma contribuição relevante para o serviço social, problematizando as relações entre igualdade, liberdade e desigualdade, e alertando para os limites do individualismo e do holismo no tratamento de temas específicos do serviço social. Para Barros e Alves (2006), a classe sempre foi tratada pela antropologia, mesclada a outras clivagens sociais, isso porque a dimensão fundadora da disciplina é a raça, o que permitiu que a antropologia compreendesse as relações de trabalho da sociedade capitalista para além do conceito da mais valia, “incorporando como elemento fundamental as relações culturais” (BARROS; ALVES, 2007, p. 8). O diálogo também se estabelece com relação à questão da alteridade: quem é o outro para o serviço social? As autoras colocam que o serviço social, ao trabalhar com a pobreza, com os efeitos da desigualdade, tende a

passiva quanto parece, mas permeada por ambiguidades e conflitos. Os defensores dos antropólogos britânicos contra as críticas ao funcionalismo inglês afirmam que havia, por parte dos antropólogos, “várias tentativas de desenvolver uma teoria da mudança social, e que os antropólogos desenvolveram uma série estudos sobre do governo local, o trabalho migratório, a propriedade fundiária, o funcionamento jurídico, etc.” (KUPER, 2004, p. 218).

construir o outro sob a perspectiva da falta, estabelecendo um “outro” *a priori*. Para a tradição antropológica, o “outro é uma construção da própria pesquisa e não um dado natural advindo de diferenças dadas pelas distâncias tecnológica, racial, cultural, religiosa, etc.” (BARROS, ALVES, 2007, p. 8).

Com relação à cidadania percebeu-se que esse conceito está diretamente relacionado às concepções de estado-nação e o surgimento da sociedade moderna, “o que os antropólogos chamam de sociedades modernas, são na maioria dos casos, nações-estados” (PEIRANO, 1986, p.50). Nesses termos Peirano (1986) atenta para que os antropólogos não reduzam as sociedades complexas a sociedades simples complexificadas, mas considerem o caráter histórico da formação das sociedades modernas, por tratar-se de um fenômeno sociológico único. No caso brasileiro uma cidadania regulada, articulando as dimensões da participação e dos direitos sociais (PEIRANO, p. 1986). A antropologia pelo seu caráter comparativo, universalista e relativizador pode contribuir para o estudo das sociedades modernas, no sentido de pensar a diferença. A “igualdade de todos os seres humanos como pessoas morais só pode significar o direito igual de ser diferente” (PEIRANO, 1986, p. 50). A autora atenta para pensar a diferença como ponto de partida do estudo das sociedades, das categorias que os grupos de utilizam para ordenar sua experiência e os significados que a eles são atribuídos. Nesses termos, as noções de estado, nação e cidadania sofrem variações historicamente e contextualmente.

Barros e Alves (2007), afirmam que o diálogo entre as duas áreas é uma possibilidade de construção de um conhecimento híbrido, que não elimina as fronteiras das profissões, mas uma interlocução entre antropologia e serviço social, em que ambas podem ser beneficiadas, abrindo-se para possibilidades de pesquisas entre as duas tradições de pensamento. A interlocução entre as duas áreas pode resultar em um aprofundamento teórico-metodológico de grande relevância no trabalho junto a políticas públicas.

1.2. Primeiras aproximações com a antropologia

Fui movida a estudar antropologia por uma inquietação que me acompanha desde os tempos da graduação. Essa inquietação se instaura, diante do limite dos conceitos sociológicos, para a compreensão da multiplicidade de fenômenos que se manifestavam na vida cotidiana dos grupos estudados. Aspectos como gênero, raça, parentesco, ritual, identidade, reciprocidade e *performance* não são temas tradicionalmente estudados pelo serviço social, exceto enquanto manifestações de um processo social amplo, formas de dominação e de reprodução da vida social com base na determinação material.

Ousar dissecar essas questões, submetendo-as à experiência dos grupos sociais, poderia significar um retorno da profissão ao pragmatismo⁶, que de acordo com Guerra (2010), é responsável por um profundo empirismo de que a profissão se utiliza, em uma determinada compreensão sobre teoria e prática.

Essas questões estão sempre nos debates travados pelo serviço social, quanto à complexidade da sociedade contemporânea, e nos desafios da profissão em dar respostas às questões que se apresentam de forma fragmentada no cotidiano e, das mediações necessárias, na superação da fragmentação, com vistas à dimensão da totalidade Barroco (2006). No entanto, não se trata de não reconhecer a dimensão de totalidade, mas de não reduzir os fenômenos que se manifestam no cotidiano, como a efeitos de processos amplos. O que se propõe é compreender como esses fenômenos operam no campo social.

Compartilho da visão dos antropólogos quanto à necessidade de relativizar as categorias de pensamento da modernidade, o que não significa, de forma alguma, práticas conservadoras, mas um esforço de ruptura com a perspectiva etnocêntrica das ciências sociais modernas, em favor de uma descolonização epistemológica.

⁶Nesta perspectiva, podemos considerar que a atitude pragmática é característica própria da unidade imediata entre teoria e práxis. A supressão das mediações teóricas e ideopolíticas da apreensão da realidade na imediatez do cotidiano leva a uma apropriação da realidade como carente de mediações. A abstração das mediações como resultado de uma apreensão da realidade na sua imediatez é o procedimento da consciência comum própria do cotidiano, que não questiona a gênese e não alcança a apreensão dos fundamentos (GUERRA, 2010, p. 56).

Meu trabalho de conclusão do curso de graduação, intitulado *As resistências nômades: a potência dos coletivos – seu corpo mundo como expansão da vida*, já apontava essa tendência. Nesse momento, já havia o reconhecimento da resistência como *performance* a partir dos modos de vida operantes. Tratava-se de reconhecer as resistências que não obedeciam às clássicas categorias de análise da ciência política. E se distanciar das compreensões sobre as relações sociais, que as reduziam aos efeitos dos modos de produção capitalista, aos essencialismos. Nesses termos, havia de se problematizar a relação entre cultura e ideologia⁷, ainda que, naquele momento, não estivesse muito clara. Desenvolvi meus estudos em pesquisas e projetos de extensão junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), através de estágio de vivência nos assentamentos, acompanhamento às cooperativas de produção, participação em encontros de formação, reuniões e plenárias do movimento. Dessa forma, pude identificar processos sociais, com base em relações hierárquicas, no prestígio, na honra e nos rituais presentes nas reuniões dos grupos, nas místicas que animam os momentos de formação, os atos políticos e as ações públicas.

Também pude acompanhar o cotidiano da produção de alimentos e os espaços de comercialização, onde identifiquei processos relacionados à troca e à reciprocidade, a redes de vizinhança e parentesco, constitutivas das relações sociais. Outra questão observada tinha relação com a reivindicação da identidade de agricultor, que confrontava as identidades periféricas, marginais e provisórias. Ou seja, era reivindicada uma identidade de agricultor ligada à tradição e ao cumprimento de certos procedimentos e à representação política. Esse confronto acontecia tanto dentro do movimento, em direção a uma tradição agrária e das identidades construídas na história da luta pela terra, como na relação com Estado, pelo reconhecimento dessas identidades como condição de acesso às políticas públicas de reforma agrária.

O estudo com os catadores de resíduos sólidos se desenvolveu numa perspectiva de geração de trabalho e renda, nos termos da economia solidária.

⁷Tais fenômenos a abordagem marxista não podia elucidar, dadas as diferenças e distâncias irredutíveis entre cultura e ideologia, uma vez que a primeira envolveria sistemas simbólicos (absorvidos e recriados nas práticas sociais) marcados por múltiplas determinações (FRUGÓLI, 2005, p. 13).

Observei que as redes de trocas não se reduziam à dimensão econômica, aos critérios de utilidade, mas operavam um sistema de relações que envolvia elementos da sociabilidade ligados às relações de vizinhança e parentesco. Para as políticas públicas, a identidade dos catadores estava diretamente relacionada aos modelos produtivos. Ser catador deveria obedecer ao domínio de uma técnica, de um saber a respeito do processo produtivo da reciclagem, devendo os catadores passar por cursos de formação e capacitação oferecidos por técnicos das universidades ou entidades governamentais, com vistas à formação de uma identidade de catador, como condição de acessar os recursos públicos.

Nessas duas experiências, já aparecia o interesse em deslocar a análise da questão à identidade como representação e efeito das relações de produção, para pensá-la enquanto processo e *performance*, bem como o interesse pelas questões da cidade – nesse contexto, problematizar a dicotomia entre campo e cidade. Nessa relação, o rural era concebido como um espaço homogêneo, monolítico e ausente de ambiguidades, contrastando com uma cidade fragmentada, secularizada, caracterizada pela desordem, pelo conflito e pelo individualismo (OLIVEN, 2007).

Quando fui trabalhar no Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas, órgão da administração pública municipal pelotense, na coordenação e execução dos projetos de trabalho técnico socioambiental⁸ (TSA), essas inquietações ficaram suspensas, ao menos no início. Frente às demandas institucionais condicionadas aos repasses de recursos públicos, meu trabalho foi absorvido por rituais burocráticos para o cumprimento de ações pré-estabelecidas nas orientações técnicas, manuais e dos contratos governamentais.

Contudo, dominar os manuais técnicos e orientações para elaboração de projetos era uma tarefa permeada por ambiguidades, em função das próprias ações

⁸O trabalho social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações realizadas a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-administrativa do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação como as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados” (Portaria nº 21, de 22 e Janeiro de 2014 – Ministério das Cidades).

priorizadas por tais manuais. Em outras palavras, os manuais e as orientações técnicas utilizavam categorias próprias das políticas públicas, que permitiam reinterpretções no sentido de redirecionar as prioridades colocadas pelos governos. Foi dessa forma que começou meu trabalho junto a uma ocupação urbana localizada no bairro Santa Terezinha. A princípio essa ocupação não seria uma área prioritária dos projetos, por se tratar de um território irregular e informal, não reconhecido pelas políticas públicas urbanas. Minha percepção inicial sobre o território era a de um espaço invisível, pela sociedade e pelo Estado, e meu argumento era de que a precariedade do lugar com relação ao acesso a políticas públicas o colocava numa condição de vulnerabilidade, marcado pela perspectiva de falta. Nesse contexto, meu trabalho se desenvolvia no sentido de criar espaços de visibilidade frente ao Estado, orientado pela perspectiva do direito à cidade. Defendia projetos habitacionais, regularização fundiária e requalificação do território. Articulei secretarias de governo para a elaboração de projetos que viessem a beneficiar os moradores da ocupação.

Até que um dia, num final de tarde, depois de cansativas reuniões, intensos debates e muitos planejamentos, percebo que todo o meu esforço – no sentido de viabilizar o acesso às políticas públicas – poderia ser em vão se eu não compreendesse os sentidos que os habitantes atribuíam às formas de morar na ocupação. Era necessário compreender seus modos de vida e as relações que estabeleciam com o bairro, com a cidade e com o Estado. Percebi que minha prática profissional era comprometida e engajada, mas estava muito próxima dos modelos totalizantes e globalizantes, os quais eu procurei problematizar durante a graduação.

Entretanto, como profissional, eu ainda precisava dar conta dos rituais burocráticos e desenvolver ações que estavam prescritas nos manuais técnicos do Ministério das Cidades. Debrucei-me sobre eles procurando elementos que pudessem subverter as perspectivas teóricas. Foi quando percebi que as ações prescritas eram orientadas por uma perspectiva cultural; em outras palavras, todas as ações deveriam ser desenvolvidas considerando os diferentes contextos culturais. Pareceu-me que a compreensão sobre cultura inscrita nos manuais oscilava entre dois polos distintos: de um lado a cultura como ideia de marco civilizatório, fortemente sustentada pela noção desenvolvimento, e, de outro, a cultura como sinônimo de tradição, no sentido de

preservação dos costumes, dos valores dos grupos. Essas compreensões aparecem nas ações educação ambiental e de educação patrimonial.

Kuper (1999) já atentava para os perigos sobre a utilização do termo cultura, tanto pela banalidade como pelo seu esvaziamento teórico. Eu mesma me deparei com essa armadilha pela ausência de densidade teórica. Em termos genéricos, pensava a cultura como sinônimo de diversidade. Como uma espécie de “redenção” para o meu trabalho, pela possibilidade de reconciliação com o tempo, um tempo que havia ficado suspenso frente às estruturas do Estado. Era a possibilidade de reconhecimento dos modos de vida operantes que não se enquadram nos sistemas classificatórios das políticas públicas. O diálogo entre cultura e políticas públicas foi minha primeira tentativa de aproximação com a antropologia.

Procurei, então, o curso de antropologia da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), em encontro com o prof. Francisco Pereira Neto. Na ocasião, apresentei o trabalho social desenvolvido no Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas e falei sobre o desejo de me aproximar da antropologia. Naquele momento, a ideia não era cursar o mestrado, mas desenvolver um projeto de extensão com o objetivo de estabelecer um diálogo entre a antropologia e as políticas públicas urbanas por meio do trabalho socioambiental (TSA) desenvolvido pelo Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas.

O prof. Francisco Pereira Neto passou a acompanhar as atividades do TSA e desenvolveu o projeto de pesquisa “Etnografias da participação: etnografia como metodologia de apoio ao desenvolvimento de políticas participativas”. E assim passei a refletir sobre antropologia urbana. A disciplina Antropologia e Meio Ambiente, na qual cursei como aluna especial, me permitiu a aproximação do olhar antropológico sobre os temas natureza e cultura, território, territorialidade, conflitos socioambientais, desenvolvimentismo, Estado e políticas públicas. Cerca de um ano depois, ingressei no mestrado em antropologia da Universidade Federal de Pelotas.

No intervalo entre o primeiro contato com a antropologia e minha entrada no mestrado, aprofundi temas que me acompanhavam desde a graduação na experiência com os grupos populares. A relação entre cultura e políticas públicas se colocou como possibilidade de confrontar os modelos globalizantes e totalizantes que orientavam o

trabalho social. Nesse cenário, cultura e políticas públicas representava o reconhecimento das diferenças no trabalho com minorias urbanas, atravessadas por questões étnicas, de classe, gênero, bem como os aspectos relacionados ao território e às territorialidades. Meu esforço era compreender os aspectos sociais que compunham o universo dos grupos populares urbanos, no sentido de ultrapassar os limites do inquérito sociológico e as visões etnocêntricas presentes nas políticas de desenvolvimento urbano.

Com minha entrada no mestrado, houve o aprofundamento teórico do conceito de cultura. Minhas inquietações, somadas à experiência de trabalho junto à ocupação, delimitaram o tema de pesquisa: *Modos de habitar: referências culturais na constituição dos territórios periféricos de Pelotas*. A delimitação do tema indica o caminho a ser percorrido a partir do meu interesse no estudo da cidade. No entanto, não se trata de qualquer cidade, mas da cidade inventada pelas suas margens, às margens do Estado. Esse processo marginal possibilitava tanto compreender a multiplicidade dos fenômenos urbanos como minha prática profissional, que, em certa medida, tornava-se cada vez mais marginal frente às estruturas do Estado.

A experiência do mestrado possibilitou a compreensão sobre a relação entre cultura e política, ou seja, compreender como a cultura dialoga com a política. A partir da análise sobre a implicação da cultura nas relações de poder e de como é apropriada pelos diferentes grupos. Portanto, a cultura⁹ é entendida não pelo movimento dos diferentes contextos culturais, de forma isolada ou comparativa, mas a forma como é agenciada e agencia relações de poder. Se pensarmos a política deslocada das teorias clássicas, que privilegiam a existência e centralidade do estado, de como os atores sociais compreendem e experimentam política, grupos específicos em contextos particulares, percebemos que antropologia e política andam juntas desde sua origem

⁹ Ao buscar compreender os próprios processos de produção e generalização das diferenças, não faz sentido recortar o universo de investigação a partir dos portadores das diferenças ou das culturas, mas sim observar como, onde e para que a diferença é agenciada". Nesse caso, a cultura, mais do que um ponto de partida, torna-se o resultado de um processo de disputas em torno dos processos de apropriação. Por parte dos atores, das categorias utilizadas tradicionalmente pela antropologia para descrever justamente aqueles "outros" que eram considerados externos a tal campo de disputas ou apenas dele, isto é, grupos étnicos, culturais, religiosos, populações tradicionais (MONTEIRO, 2014 p. 166).

(KUSCHNIER, 2007). Os estudos da organização social dos povos “primitivos”, do parentesco, dos rituais, das trocas, da reciprocidade são exemplos claros dessa relação, sem cair em um superficialismo, essencialismo, ou militantismo (PEIRANO, 1995). Conforme Kuschnir (2007), desenvolver um estudo etnográfico que não tem por objetivo criticar as práticas políticas, mas entender as relações de poder presentes num determinado contexto e o significado que elas adquirem para os atores sociais.

Recorte metodológico

Este trabalho de pesquisa foi elaborado a partir de duas experiências de campo, que se constituiu através da minha atuação como assistente social junto às políticas públicas. Inicialmente as experiências no campo das relações estatais, e, posteriormente as relações estabelecidas na ocupação urbana onde está localizado o grupo pesquisado.

1.3.1. Um desdobramento importante: pesquisadora e agente do Estado

De que forma é possível conduzir esse estudo enquanto agente do estado e, ao mesmo tempo, pesquisadora? Como lidar com a minha própria ambiguidade? Várias foram as reflexões na tentativa de responder a essas questões. Inicialmente, pensei que o desenvolvimento da pesquisa seria incompatível com meu trabalho. Minhas atividades junto ao SANEP poderiam “contaminar” a pesquisa, ao ponto de pensar que não conseguiria realizar o estranhamento necessário, condição do trabalho antropológico. As reflexões de Mendes (2005) contribuíram para elucidar essa questão, trazendo possibilidades de mediação entre a agente do estado e a pesquisadora. Para Mendes (2005), o Estado moderno não é igual em todas as sociedades, não é hegemônico, nem homogêneo. Constitui-se em diferentes contextos simbólicos e históricos, desempenhando diferentes papéis que devem ser entendidos como práticas sociais. Ele ainda reflete o Estado enquanto instituição, não como um sistema fechado e rígido, mas como um espaço de contestação e negociação do poder, e que só pode ser definido pelas práticas dos seus agentes. Destaca a questão da autoridade para pensar o processo de autonomia dos agentes, e o trabalho desenvolvido por estes na administração dos conflitos na sociedade. Nesses termos, a antropologia pode

desenvolver seu papel e, no sentido de explicitar as práticas de seus agentes, pode “possibilitar a compreensão dos paradoxos internos, geralmente ocultos pela operante homogeneidade da administração pública moderna” (MENDES, 2007, p. 25).

A partir dessas contribuições teóricas, foi possível repensar minha relação com a pesquisa. O fato de ser uma agente do Estado deixa de ser uma limitação e passa a ser um dado de pesquisa. Em outros termos, minha prática social como agente do Estado é analisada como dado etnográfico, o que me exige um intenso investimento teórico e um constante movimento reflexivo.

1.3.2. Uma etnografia “por dentro” do Estado

Considerando a proposta deste estudo, de submeter à perspectiva globalizante e normativa de cidade a experiência particularizada e contextualizada dos grupos que inventam e vivem a cidade, no sentido de compreender como operam as políticas públicas nos processos de ocupação da cidade. Na tensão entre a cidade legal e a cidade ilegal, faz-se importante considerar o Estado como um agente a ser pesquisado, reafirmando que o Estado é pensado aqui, a partir da prática dos seus agentes. Sendo assim, esta análise não se limita a reflexão sobre minha experiência como agente estatal, mas aos diferentes agentes que atuam no campo de pesquisa e compõem a rede de práticas e arranjos institucionais e governamentais.

Transitar pelo espaço estatal, suas instituições, seus rituais burocráticos, era parte do meu trabalho cotidiano como assistente social, o que me proporcionou um fértil campo de estudo. Acompanhar e participar da elaboração de projetos e programas urbanos, acessar documentos oficiais, protocolos administrativos, normativas e orientação técnicas emitidas pelos órgãos oficiais de governo, tornaram-se importantes dados de pesquisa. Observar como operava as práticas dos agentes, as rotinas administrativas, participar de reuniões técnicas e políticas, elucidou as disputas em torno de uma concepção de cidade.

A reflexividade conduziu a pesquisa de campo, trazendo questões a respeito do meu lugar na pesquisa enquanto agente do estado. Na mesma medida que trouxe reflexões sobre os limites e possibilidades do trabalho junto a grupos minoritários, em termos de políticas públicas. Essa dimensão política do trabalho de campo foi assumida

durante o decorrer da pesquisa quando proponho analisar meu lugar de fala neste estudo, bem como o papel dos técnicos e intelectuais no trabalho com grupos subalternizados.

O método de pesquisa utilizado foi a técnica da observação participante. Considerado o método mais adequado, em decorrência da minha condição de agente do estado, onde a realização de entrevistas era dificultada pela relação de trabalho que eu tinha com os diferentes agentes estatais. Portanto as falas não aparecem de forma organizada e explícita, mas estão presentes nas análises e constituem os dados de pesquisa.

No entanto, por conta de meu trabalho junto aos projetos urbanos e as obras de infraestrutura que estavam acontecendo na cidade, estabeleci uma relação próxima com uma arquiteta de carreira da Prefeitura Municipal de Pelotas. A mesma mostrou interesse em participar da pesquisa, acredito que isso se deve pelo seu envolvimento técnico e político com as questões urbanas.

Considero uma fala importante, por conta da trajetória da interlocutora. Trata-se de uma funcionária de carreira prefeitura, com vasta experiência nas políticas públicas urbanas. Participou da elaboração do terceiro plano diretor da cidade, coordena programas e projetos urbanos, participa de projetos de pesquisa acadêmica sobre cidade e tem uma contribuição nas questões relacionadas a cidade ilegal e legal por coordenar tecnicamente a elaboração e execução de projetos de regularização fundiária. Bem como, participação em pesquisas relacionadas a projetos de habitação de interesse social.

Cabe esclarecer, que relação com a interlocutora não se limitou a entrevista, esta, é resultado de um diálogo estabelecido há tempos em torno das questões urbanas dentro dos espaços institucionais. Durante um longo período pude acompanhar o trabalho desenvolvido pela arquiteta, em reuniões, grupos de trabalho, conferências e na implementação de programas urbanos. Sua fala representa parte das questões que circulam no campo estatal, com relação aos limites na execução das políticas urbanas, elucidando as disputas em torno das concepções de cidade, contribuindo de forma substancial para este estudo.

1.3.3. Margens urbanas: o encontro etnográfico

*Passava os dias ali, quieto, no meio das coisas miúdas. E me encantei.
(Manoel de Barros).*

A primeira vez que entrei na ocupação foi no final do ano de 2012, através do trabalho socioambiental desenvolvido pelo PAC Saneamento. Como assistente social responsável pelo projeto, meu trabalho estava direcionado ao desenvolvimento de ações de mobilização social e educação ambiental voltadas para os grupos que residiam nos locais onde estavam acontecendo as obras de saneamento. O primeiro contato com os moradores da ocupação foi por meio das crianças, em decorrência de um projeto de educação ambiental desenvolvido em conjunto com o clube de Futebol do bairro. Nesse projeto, foram realizadas oficinas de produção audiovisual voltadas para questões ambientais. O objetivo era contar a história do bairro e identificar os aspectos socioambientais a partir do olhar das crianças. Essas oficinas foram coordenadas por uma jornalista com formação em educação ambiental e tiveram duração de três meses. Após o encerramento do projeto, as crianças solicitaram a continuação das atividades. Para atendê-los, organizei, em conjunto com os estagiários do serviço social, ações com vistas a dar prosseguimento ao projeto, cujos encontros continuaram acontecendo no clube, e depois passamos a desenvolver atividades nas ruas do bairro, nas praças e dentro da ocupação.

Foi através do trabalho socioambiental desenvolvido junto às crianças que ocorreu minha incursão na ocupação. Eram elas que me recebiam na entrada da ocupação e me levavam para percorrer as vielas. Foi através das crianças que me aproximei do cotidiano dos moradores. Os vínculos começavam a ser estabelecidos, predominantemente com as mulheres. Os homens ficavam observando minhas andanças pelo loteamento, desconfiados com minha presença. Isso se deve a questões relacionadas ao tráfico e ao fato de eu ser mulher, dificultando o acesso ao universo masculino. Dessa forma, as mulheres tornaram-se minhas principais interlocutoras. A aproximação com o universo feminino permitiu a compreensão de vários aspectos

sobre os modos de habitar ligados às questões de gênero. Embora não houvesse a interlocução com homens, eles aceitavam minha presença. Creio que isso se deva ao trabalho desenvolvido com as crianças. Nessa trajetória, fiquei conhecida por elas como “professora do projeto” e, pelo restante dos moradores, como “assistente social do projeto”.

Com a minha entrada no mestrado, as questões de incursão no loteamento assumiram outra dimensão. Como estabelecer a relação de pesquisa em um contexto caracterizado pela minha intervenção como assistente social do SANEP? Como apresentar para os moradores o projeto de pesquisa? Como explicar que eu deixava de ser “assistente social” para tornar-me pesquisadora? E o que dizer para as crianças que me perguntavam sobre a continuidade do projeto? Deve-se considerar que, no período de entrada no mestrado, as atividades do trabalho socioambiental estavam suspensas em função de questões relacionadas ao contrato da prefeitura com o Ministério das Cidades. No entanto, eu, enquanto assistente social precisava responder aos moradores sobre a continuidade do projeto socioambiental e, ao mesmo tempo, estabelecer uma relação de pesquisa.

Conciliar essas questões parecia-me impossível, de modo que foi necessário elaborar estratégias de pesquisa. Primeiramente, traçaram-se estratégias institucionais: a contratação de uma assistente social para executar o trabalho social tão logo o contrato fosse reativado e abertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a fim de dar continuidade ao projeto com as crianças. No que diz respeito às estratégias de campo com vistas a explicar aos moradores sobre a pesquisa, fiz a escolha de dizer a eles que estava escrevendo um livro, em vez de uma pesquisa acadêmica. O recurso literário poderia ser um dispositivo na reinvenção da relação construída a partir do Estado. Além disso, a Universidade e o Estado eram instituições “pesadas” demais. O termo pesquisa assustava os moradores, já a escrita de um livro possibilitava abertura para um processo criativo e coletivo.

Mesmo com o distanciando na execução das ações enquanto assistente social e o direcionamento das demandas para outros profissionais, os moradores, em determinadas situações, identificavam-me como “assistente social do projeto”, pela possibilidade de mediação com o Estado. Assim, a questão não podia ser tratada como

uma incompatibilidade entre minha prática profissional e a pesquisa. Minha condição como assistente social e agente do Estado e a ambiguidade presente nessa relação passava a ser um dado etnográfico. Dissecar, interpretar os enunciados implícitos nas demandas apresentadas pelos moradores, atravessadas por visões de mundo, relações familiares, formas de ocupação do espaço, histórias de vida, conflitos, tornavam-se dados importantes na compreensão sobre os modos de habitar. Assim como a compreensão das situações em que o Estado era acionado para atendimento de demandas específicas e as situações nas quais o Estado deixava de assumir a centralidade nas formas de organização da vida social.

Minha aceitação como pesquisadora, de alguma forma, era facilitada por essa possibilidade de mediação com o Estado. A interlocução com os moradores obedecia a um movimento no qual entravam em cena vários personagens¹⁰, ambíguos entre si, em constante negociação com o campo de pesquisa: eu agente do Estado; eu agente do Estado deslocada do Estado – numa relação de mediação, que não se resumia no acesso aos serviços públicos, mas na descolonização das práticas, frente aos estereótipos que os agentes do Estado reproduziam a respeito da ocupação. Essa mediação pode ser pensada como parte da restituição da pesquisa, em que os moradores exigiam de mim uma postura engajada. Outras personagens que se podem enumerar sou eu escritora, descrevendo sobre a complexidade dos modos de habitar, sobre seus personagens, ambiguidades e contradições; e eu enquanto professora do projeto: essa personagem me autorizava a participar do cotidiano dos moradores, porque as crianças são importantes para o grupo e cuidadas pelo coletivo. Desenvolver um trabalho com elas significava participar dessa rede de cuidado e de alguma forma participar do grupo. Mas foi com as frequentes idas a campo que minhas intenções de

¹⁰Entenda-se pessoa-personagem no sentido mesmo de que é produto de uma relação, algo construído numa determinada interação representativa/apresentativa em que se evoca um modo de produzir um conhecimento sobre si e sobre o outro a partir de uma subjetividade objetivada. Neste sentido, a personagem, seja o etnógrafo ou o nativo, é produto deste aspecto formal de construção a partir de um processo de alteração que produz um discurso sobre si próprio ou sobre o outro como meio de conhecimento (...) assim, a pessoa personagem é justamente aquela que faz a indissociável junção entre vivido e pensado, dado e construído, individual e social, ação e representação” (GONÇALVES, 2012, p. 39).

pesquisa foram ficando mais claras, ao menos para certos grupos de moradores, que se tornaram meus interlocutores.

Se, por um lado, minha entrada em campo era facilitada pela intermediação do trabalho que desenvolvia no SANEP, tornando a ocupação um contexto familiar, por outro, o movimento de estranhamento se tornava mais difícil. Retendo a ideia de Velho (1978), o familiar nem sempre é conhecido. Para o autor, o processo de estranhar o familiar é possível a partir do confronto, intelectual e emocional, das diferentes versões sobre as situações. (VELHO, p. 1978). Há dificuldade em relativizar o cotidiano urbano em virtude dos riscos de fazer um julgamento apressado estereotipado ao tentar entender os sistemas de classificação dos grupos.

O estranhamento como condição da pesquisa foi sendo construído durante o processo de aprofundamento teórico e de exercício reflexivo na apropriação do conhecimento antropológico, através da leitura de etnografias e de um intenso trabalho de campo. Para elucidar esse momento de confronto com os modelos estereotipados sobre os modos de habitar segue um trecho do diário de campo:

Diferentemente das outras vezes em que fui à ocupação, sempre no período da tarde, hoje a saída se deu pela manhã. Eram por volta das 09h30min quando cheguei e logo me dirigi à casa de Cleusa, onde pude e vivenciar um dos momentos mais potentes da pesquisa. Momento de produção de sentido de reinvenção sobre o modo de conhecer. Desde os meus primeiros contatos com os moradores do loteamento, meu olhar estava fortemente influenciado pela perspectiva da falta. Meus primeiros interlocutores foram às crianças e os primeiros contatos se deram através de um trabalho que eu desenvolvia no SANEP, possibilitando o desenvolvimento de atividades lúdicas. Uma dessas atividades foi realizada em conjunto com o NAURB – Núcleo de Arquitetura e Urbanismo da Ufpel –, que tinha por objetivo compreender a percepção das crianças a respeito dos seus espaços de habitar. Foram espalhados papéis pelo chão, tintas, canetinhas, lápis de cor e outros materiais. Foi solicitado que desenhassem suas casas e o loteamento. Desenharam suas casas detalhadamente, com muitas cores, portas, janelas, telhado, as pinturas das paredes, os brinquedos espalhados pela entrada da casa. Desenharam árvores e pássaros, o sol e a chuva, o vento e os animais de estimação. Falavam do afeto, ao desenhar seus irmãos e mães. Afeto também representado no coração desenhado ao redor do nome das pessoas que amavam. Isso tudo misturado com risadas altas, pulos, correrias, molecagens. Ao som de funk, *LepoLepo* e *Beijinho no ombro*, cantado e dançado por eles e por mim que arriscava alguns passos. Os encontros com as crianças renderam muitas discussões entre eu e os alunos da arquitetura, sobre questões relacionadas à representação. Acreditavam que as crianças não haviam representado a realidade em que vivem, acreditavam que suas casas não eram coloridas e que a forma de representação do espaço não era condizente com as formas arquitetônicas das moradias, visto que as casas eram precárias, localizadas em

ruas esburacadas, atravessadas por esgoto e cercadas de lixo. Ou que as crianças ficaram constrangidas em desenhar suas “verdadeiras” casas, então representavam o modelo de casa que atendesse aos nossos modelos de moradia. Na verdade, eu não estava muito preocupada em interpretar os desenhos, argumentei que não havia uma separação entre o real e o imaginário. Seja lá o que as crianças estavam comunicando no desenho, tudo aquilo era absolutamente real, porque fazia sentido para elas. O que me intrigava mesmo era o fato de que minha percepção estava muito distante da percepção das crianças e bem mais próxima da perspectiva da arquitetura, porque eu não conseguia ver aquele colorido todo e também não conseguia escutar o som, aquela musicalidade que se conectava aos desenhos. Se eu tivesse que fechar os olhos e descrever o loteamento, a primeira imagem que vinha na minha cabeça era uma imagem muda em preto e branco, como o cinema dos anos 30. Mas, nessa manhã, em conversa com Cleusa, sentei em uma pedra que ficava na esquina de sua casa, a mesma pedra onde os homens sentam para beber, fumar e jogar conversa fora. Fiquei um bom tempo em silêncio observando o lugar e me dei conta de que nunca tinha feito isso antes. Quando chegava ao loteamento, logo começava a conversar com as pessoas, desatenta para o contexto, para os objetos e para os sons, sempre preocupada e ansiosa em estabelecer um diálogo com os moradores. Parei por uns 15 minutos, fiquei em silêncio e deixei a razão suspensa. Nesse intervalo de tempo, talvez um momento de desrazão, enxerguei as árvores, tão verdes quanto as que estavam nos desenhos das crianças. Escutei o canto dos pássaros, o barulho da água que escorria no córrego – nem imaginava que a água se movimentava, para mim a sanga não passava de um lugar de água parada, de despejo de dejetos. Observei as pinturas das casas feitas em cima dos diversos materiais como latas, plásticos, lona, madeira e tijolos. As roupas que balançavam no varal, os balanços improvisados para embalar as crianças, pendurados na porta de entrada das casas; as músicas que vinham das moradias. Um mundo novo de apresentou para mim, ou talvez eu tenha me apresentado para ele. Era uma manhã ensolarada, e o sol ofuscava meus olhos formando pontinhos de luz coloridos, foi então que os desenhos das crianças começaram a fazer sentido para mim... E nada, definitivamente mais nada, precisava ser explicado sobre eles, abria-se um campo novo de pesquisa (AUTOR, diário de campo 2014).

Reelaborei minha incursão em campo a partir de um roteiro que incluía observação flutuante, observação participante e entrevistas. Optei por intensificar minhas idas a campo nos finais de semana, como forma de me distanciar do trabalho de assistente social, que naturalmente acontecia nos dias de semana. Considerou-se, também, que nos finais de semana era possível identificar aspectos do cotidiano que se diferenciavam dos outros dias, relacionados às atividades de lazer, conversas nas rodas de chimarrão, encontros de vizinhos, visitas recebidas pelos moradores, festas promovidas por organizações do bairro Santa Terezinha, igrejas, clube e escola. Nessas ocasiões, observei as redes de parentesco, parentela e vizinhança, redes de sociabilidade como elementos constitutivos modos de habitar. Essas ocasiões também

permitiram a compreensão acerca da relação ambígua e contraditória estabelecida entre os moradores do bairro Santa Terezinha e os moradores da ocupação.

Fiz uso da observação flutuante como técnica inicial de trabalho de campo, chegava à ocupação para o que podia acontecer. Percorria as vielas, conversava com moradores que encontrava durante as caminhadas. Quando alguém se dispunha, a conversa ficava mais longa, o que normalmente acontecia em frente às casas, ou então nas esquinas, onde eu permanecia sentada em pedras ou pedaços de tijolos colocados sobre as vielas. Com o passar do tempo, me tornei próxima de algumas pessoas, sobretudo das mulheres. Pude frequentar a casa de uma delas que se tornou meu ponto de referência nas incursões de campo. Nesse momento, comecei a fazer uso da observação participante.

Particpei de almoços de domingo, cafés da tarde, rodas de chimarrão e comemorações de aniversários. Passei a acompanhar as mulheres nas atividades cotidianas, como buscar o sopão fornecido pela Igreja às famílias da ocupação, nas idas ao comércio local para pequenas compras. Acompanhei os deslocamentos à Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança, onde permaneci na fila, que se estendia por toda a madrugada, para a retirada de sacolas de alimentos fornecida às pessoas cadastradas nos programas sociais do município. Também pude acompanhar as mulheres ao presídio para fazer os documentos exigidos nas visitas aos seus companheiros presos. O acompanhamento dos movimentos cotidianos e dos trajetos percorridos pelos moradores possibilitou-me a compreensão acerca das relações que estabeleciam com a cidade. Relações essas, marcadas por exclusões, preconceitos, estereótipos e racismo, especialmente por parte dos estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos localizados no centro da cidade.

Se, por um lado, o trajeto ao centro mostrava os processos de exclusão, por outro, havia uma rede de troca e reciprocidade nas margens dessa cidade, tecida nesse deslocamento tornando a cidade familiar. A fila para a retirada da sacola de alimentos elucida esse processo: na fila, são tecidas relações de amizade, histórias de vida são compartilhadas, bem como acontecimentos e situações vivenciados nas diferentes periferias da cidade. São elaboradas estratégias para o acesso às políticas públicas e

às instituições estatais, combinações para encontros em festas e ações de ajuda mútua.

Outro ponto de referência do trabalho de campo é a casa de Cleusa, uma das interlocutoras, um pequeno comércio onde é vendida cachaça, cigarros avulsos, carne de galinha e de porco. As vendas acontecem esporadicamente, quando consegue engordar os animais e deixá-los em condições para o abate. A comercialização é feita apenas entre os moradores da ocupação. Sua casa serve de conexão entre o espaço de fora e o espaço de dentro, entre a ocupação e o bairro. É o espaço do “entre”, engendrando encontros que são atravessados por fofocas, brigas, conflitos, amistosidade e trocas comerciais, o lugar onde me aproximo dos moradores, especialmente dos homens. Nesses termos, pode-se considerar que a interlocução com Cleusa possibilitou, em certa medida, minha aproximação com o universo masculino.

Durante o trabalho de observação, apreendi a interpretar as falas, os códigos, os gestos, as expressões corporais dos moradores que frequentavam a “esquina” da casa de Cleusa. Escutei histórias sobre as estratégias de sobrevivência no loteamento, sobre os “tramos”, e sobre as relações com a polícia. Presenciei brigas, reconciliações, relações de afeto, chegadas e partidas. Com o tempo, aprendi a sentir quando as coisas estavam “tensas”, quando a ocupação estava sob o risco de sofrer “batidas” da polícia, ou quando havia disputa por território em decorrência do varejo da droga. Essas disputas se tornavam frequentes frente à prisão de algum traficante, abrindo a ocupação para entrada de novos “moradores” que tinham por objetivo disputar o espaço. Nessas situações, interrompia minhas andanças e me dirigia à casa dos interlocutores, especialmente à casa de Lucia.

A adoção dessa estratégia de pesquisa possibilitava a negociação com os novos “moradores”, intermediada pelos interlocutores, que explicavam o motivo da minha constância no loteamento. Em decorrência da especificidade do campo de pesquisa, tive dificuldades em realizar entrevistas e também de fazer uso de gravador. Dado que muitos moradores tinham histórias marcadas por ilegalismos, informalidades e experiências com o crime - o gravador sempre era visto como uma ameaça, no sentido de propiciar a exposição e a identificação dos moradores, mesmo porque muitos dados sobre o loteamento e suas histórias ficavam nas entrelinhas. Existe uma regra de

convivência entre os moradores que estabelece que certas coisas não sejam faladas. Apreendi a respeitar essa regra, por isso desisti de fazer perguntas e abandonei definitivamente o gravador.

Por outro lado, meu trabalho de observação se intensificou, embora os moradores não falassem certas coisas, eles não limitavam minha participação nas atividades do cotidiano, nas conversas e negociações voltadas para as atividades ilegais e informais e nas tratativas e negociações envolvendo o varejo da droga. Mas até mesmo os moradores que não estavam diretamente vinculados a atividades ilegais ou criminosas não se sentiam à vontade com o gravador. Vivenciei uma situação em que uma moradora chorou muito durante a entrevista ao narrar sua história de vida marcada por experiências de extremo sofrimento. Tive a certeza de que o gravador não era o melhor instrumento de pesquisa. Meus dados de pesquisa foram produzidos no encontro com os moradores, nas conversas, no acompanhamento das atividades cotidianas. Na observação, que me exigiu um esforço constante de interpretação, não apenas do que era dito, mas da forma como era dito e principalmente sobre o não dito.

Quanto à utilização de imagem durante o trabalho de campo, a situação se assemelha ao uso do gravador. As pessoas sentiam-se constrangidas frente à máquina fotográfica, o que se deve muito às experiências de superexposição e exotismo. Os moradores relatam situações nas quais estudantes foram até a ocupação para realização de pesquisas e, nesses trabalhos, foram tiradas fotografias das casas, das pessoas, fazendo com que se sentissem constrangidos. Da mesma forma, houve relatos de que vereadores faziam as mesmas fotos, dando ênfase à precariedade do lugar, para beneficiarem-se politicamente da situação. Tendo em vista que o uso da imagem é uma técnica de pesquisa etnográfica que eu não domino, ao fazer o uso da fotografia poderia reproduzir o exotismo ou superexposição, reforçando os estereótipos a respeito dos modos de habitar.

Muitos dados coletados no trabalho de campo aparentemente não estão presentes nessa escrita. Essa aparente omissão se deve tanto a questões éticas quanto de produção de sentido, haja vista que as experiências só fazem sentido no contexto em que foram vivenciadas, nos encontros com os interlocutores. Trata-se de histórias de vida, sentimentos, sentidos e afetos compartilhados, que podem ser lidos

nas entrelinhas dessa escrita, basta o leitor estar atento e aberto para as multiplicidades dos modos de habitar a ocupação e as ambiguidades e contradições presentes nos modos de vida de seus habitantes. Compactuei com os moradores de que nem tudo pode ser falado, mas, assim como eles, deixo o caminho aberto para que o leitor interprete os dados, diferencie as “piscadelas” (GEERTZ, 1989) e reinvente para si o campo de pesquisa.

Por fim, considero importante atentar para a dimensão da emoção e da reflexibilidade na pesquisa antropológica. Se o pacto feito com os interlocutores de que nem tudo pode ser falado, o que fazer com as coisas que não puderam ser escritas, dos sentimentos que me acompanham no percurso da pesquisa? Das situações em que faltam conceitos, palavras e teorias para descrevê-las? O diário de campo tem sido meu fiel confidente. Junto a ele carrego um texto de Brandão (1982) ¹¹, que leio sempre antes e depois do trabalho de campo. Passei a ler e reescrever poesias como forma de materializar e corporificar os sentimentos vivenciados na relação de pesquisa. Como anuncia Brandão (1982), Carlos Drummond de Andrade já falava desse sentimento. Encerro esse trecho com sua poesia, que, para mim, retrata o sentimento que tenho sobre a cidade: presente, viva e familiar. Seguiremos de mãos dadas...

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, do tempo presente, os homens presentes,
a vida presente (Carlos Drummond de Andrade).*

Este trabalho de pesquisa foi realizado com base no método de etnografia urbana. Uma etnografia “de perto e de dentro”, retendo a ideia de Magnani (2002), para

¹¹ O texto em questão intitula-se “Como é que se escreve o sentimento do mundo?” (BRANDÃO, 1982).

quem a experiência urbana não se esgota nas análises macrosociais, e atentando para a especificidade da etnografia na observação dos aspectos da vida cotidiana que são banalizados ou passam despercebidos por essas análises macro (MAGNANI, 2002). O desafio para o pesquisador é escapar de modelos analíticos que reforcem a imagem da cidade contemporânea, globalizada, massificada, marcada pela fragmentação, pelo individualismo e pela solidão. Uma etnografia deverá ser capaz de captar a complexidade das relações sociais nos contextos urbanos, a heterogeneidade nos modos de vida dos cidadãos, as redes de sociabilidade, as trocas, a reciprocidade e os encontros, através da imersão no cotidiano do campo de pesquisa. Magnani (2002) nos fala de deslocamento de análise, saindo de uma ideia de caos e desordem urbana, para um olhar sobre as regularidades presentes nos contextos urbanos.

Quanto às possibilidades e limites da etnografia urbana, pela complexidade das cidades contemporâneas, o autor enfatiza que a “antropologia não define por objeto determinado” (MAGNANI, 2002, p.17). Para o autor, mais do que uma disciplina, a antropologia é a própria forma de pensar o objeto, assim, não pode ser reduzida a técnica, ela é uma forma de apreensão. Peirano (1995) argumenta que a etnografia não é um método, “ela é teoria”, porque não há separação entre teoria e empiria. O conhecimento antropológico se produz no confronto entre os dados e a experiência empírica. Nesses termos, é possível pensar em uma constante reinvenção da antropologia.

Em se tratando de um distanciamento como condição para a etnografia, retendo as reflexões de Velho (1978) a respeito de transformar o familiar em estranho, ao pesquisar a própria sociedade, o autor reflete que o familiar nem sempre é conhecido e que o exótico pode ser conhecido. Nesses termos, o desafio para o pesquisador está em relativizar a noção de familiar¹².

Nos primeiros contatos com os habitantes da ocupação, observou-se que as narrativas eram atravessadas por uma temporalidade na relação desses habitantes com o território, através das memórias sobre o espaço antes da ocupação. A memória

¹² O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações (VELHO, 1978, p. 45).

coletiva se tornou um elemento importante a ser considerado na compreensão sobre os modos de habitar. Dessa forma, buscou-se uma etnografia atenta às várias temporalidades nas formas de habitar o espaço urbano, considerar as múltiplas experiências temporais da cidade (ROCHA; ECKERT, 2013).

A proposta é uma aproximação como *Etnografia da duração* (ECKERT; ROCHA, 2011), destacando os “arranjos temporais” sobre como o viver dos habitantes é expresso nas narrativas, em uma relação de tempo-espaço. Essas memórias foram experienciadas através das narrativas que interlaçavam histórias de vida, histórias familiares e biografias. Na etnografia, as técnicas sempre aparecem interpenetradas: depoimentos biográficos, intervenção flutuante, participação dialógica (ROCHA; ECKERT, 2013).

Com relação à utilização de técnicas de entrevista e observação participante, Cicourel (1980, p. 67) afirma que a “pesquisa de campo refere-se tanto à observação participante como à entrevista”. A observação participante é uma forma mais intensa de se relacionar com o campo de pesquisa: observar e participar da rotina dos grupos, das situações imprevisíveis e incomuns. A utilização das técnicas da observação participante é tanto no sentido de participar da vida cotidiana das pessoas como também no desenvolvimento de atividades, como trabalho, festa, reuniões, rituais, etc. Portanto, a importância reside em observar as pessoas em suas atividades e suas interações e em descrever situações que parecem banais, coisas que não são possíveis de serem ditas em uma entrevista (BRANDÃO, 2007). Sobre a observação participante, Brandão destaca que “uma coisa é o que as pessoas dizem a respeito disso, outra coisa é aquilo que o pesquisador vê acontecendo” (BRANDÃO, 2007, p. 15).

O método a ser utilizado foi na junção das observações com entrevistas, se observou o que as pessoas estão fazendo, como elas se relacionam, solicitando que reflitam sobre as questões observadas (BRANDÃO, 2007). O pesquisador deve avaliar a pertinência e a segurança em realizar as perguntas e perceber que essa segurança depende da relação que estabelece com as pessoas. Nesses termos, foi realizada a entrevista com arquiteta da prefeitura municipal de Pelotas, no café da livraria da Universidade Federal de Pelotas, que onde de seu uma entrevista dialogada. Não havia

questões estruturais, mais eixos temáticos que foram se desenvolvendo ao longo do diálogo. Como salienta Brandão (2007, p. 19), “é muito importante que se respeite a própria maneira como a pessoa se coloca numa entrevista”. Uma das estratégias propostas pelo autor é a de não se fazer perguntas diretas, mas começar a entrevista com as histórias, percepções feitas, que cheguem às perguntas, àquilo que o pesquisador deseja saber.

Há situações em que o melhor é não fazer perguntas, apenas sentar e escutar. Assim, o pesquisador pode obter respostas que jamais seriam possíveis se as perguntas tivessem sido feitas FOOTE-WHYTE (1980). Dessa forma, foi realizada a conversa com antigos moradores do bairro Santa Terezinha, onde não foram feitas perguntas, apenas solicitado que falassem sobre as memórias do bairro.

Nas primeiras incursões em campo, já se perceberam as dificuldades em realizar entrevistas estruturadas, por aspectos relacionados à especificidade do campo, respeitando a relação que estava sendo construída com os habitantes. Optou-se por andar pelas travessas da ocupação, conversar com os moradores, sentar nas esquinas, participar das conversas dos grupos – que sempre se reuniam em algum ponto do território. A escolha foi acompanhar o cotidiano dos grupos através de caminhadas, conversas em frente às casas e nas rodas de chimarrão. Eu tenho um roteiro, mas meu principal roteiro é minha sensibilidade, minha vivência (BRANDÃO, 2007, p. 18).

Quanto às técnicas de registro, a intenção era anotar os dados no diário durante as atividades de campo. No entanto, considerando o contexto da pesquisa, essa técnica não possível em função do tipo de envolvimento que se propôs a pesquisa participante. Neste caso, foram anotados em um momento posterior, “fazendo uma pré-articulação com o referencial teórico” (BRANDÃO, 2007, p. 22). Mas o tempo entre o campo e o registro foi de grande importância porque permitiu recriar o campo social e as percepções. Ao recriar o campo social, há uma tentativa de manter os dados iniciais intactos; portanto, para a sistematização dos dados é necessário a utilização da memória, buscando registros anteriores, produzidos em períodos diferentes para compreender as mudanças de perspectivas (CICOUREL, 1980). Essas mudanças de perspectivas levaram em conta as transformações sociais do contexto estudado,

orientadas por uma perspectiva teórica¹³. Destaca-se, nessa metodologia de pesquisa, a questão da reflexibilidade e da subjetividade. “A questão da subjetividade deve ser pensada na relação interpessoal, e analisada como parte do método de trabalhado na pesquisa participante”. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

O trabalho de campo é uma vivência, a experiência nele adquirida tem uma dimensão intensa de subjetividade, mas isso não quer dizer que seja um trabalho espontaneísta, muito pelo contrário, a subjetividade da relação interpessoal é parte da observação participante (BRANDÃO, 2007). Na mesma direção segue DAMATTA (1974), ao considerar que a dimensão subjetiva é construída na relação de pesquisa entre pesquisador e pesquisado. Atentando para a redescoberta do lado “extraordinário da pesquisa” (DAMATTA, 1974, p. 4) pelo reconhecimento da presença das emoções no fazer antropológico.

A questão da ética na pesquisa é entendida não pelo aspecto formal e processual, mas a partir da relação com os interlocutores e as implicações no contexto estudado. A ética se coloca e se atualiza no próprio movimento de pesquisar, nesses termos, trata-se de uma questão epistemológica e política. As questões com relação a manter ou não o anonimato foram refletidas no movimento da pesquisa, no contato com os interlocutores, considerando as dimensões políticas e quanto à forma de produção do texto antropológico De acordo com Fonseca (2008), ele não deve ser naturalizado, nem abandonado, é um equilíbrio que o antropólogo terá que buscar. A partir dessas considerações, optou-se pelo anonimato do texto antropológico, em decorrência das implicações na vida dos interlocutores, pelo contexto social marcado pelos aspectos de informalidade e ilegalidade.

Por outro lado, a questão entre pesquisa acadêmica e a dimensão política se intensificava, colocando vários desafios na construção do trabalho antropológico. E a restituição da pesquisa aparece como um elemento central na discussão sobre as

¹³Os problemas encontrados na observação, interpretação, registro e na decisão sobre a importância de dados para uma teoria relevante surgem na pesquisa de campo porque o observador é parte do campo de ação. Ele traz com ele um conjunto de estruturas de significado ou de relevância que orientam sua interpretação do meio formado por objetos que estão dentro do seu campo de visão, qualquer que seja este meio. Diante de tais condições, ele enfrenta os seguintes problemas; Precisa interpretar as ações dos seus sujeitos; precisa manter simultaneamente uma perspectiva teórica (CICOUREL, 1980, p. 99).

implicações éticas e políticas do trabalho antropológico. De acordo com Rial (2014), sobre as dificuldades de fazer a restituição, se consideramos restituição apenas como devolução dos dados de pesquisa. Haja vista que os dados analisados são resultados da interpretação do pesquisador, um recorte no contexto que está em constante transformação. Considera-se também que muitos dos dados que são significativos para o pesquisador podem não ter a mesma correspondência para os grupos estudados. Bem como as dificuldades com relação a distancia cultural (RIAL, 2014). Considerando essas questões, a restituição na etnografia junto à ocupação aparece como um elemento que atravessa o cotidiano da pesquisa.

A restituição da pesquisa se deu na relação estabelecida com os interlocutores, no reconhecimento das demandas específicas e das polifonias nos modos de habitar. Através do diálogo com os agentes do Estado, que formulam e executam políticas públicas urbanas, no sentido romper com os estereótipos e essencialismos sobre os territórios periféricos da cidade, mostrando as contradições dos processos urbanos.

De acordo com Fleischer, os antropólogos brasileiros, desde sempre, estiveram em contato com as demandas dos grupos que estudavam. Seja na forma de mediação ou de denuncia; direta ou indiretamente, os estudos antropológicos acabavam por contribuir para a formulação de políticas públicas. (FLEISCHER, 2007). Nesses termos, o argumento da autora é de que a antropologia brasileira sempre foi anfíbia, ou seja, uma antropologia que mescla o trabalho na universidade com a antropologia da intervenção, em outros termos, trabalho acadêmico e engajamento político. Haja vista que a antropologia brasileira se deu de forma politizada, mas de forma implícita. A autora aponta três elementos que justificam essa característica da antropologia feita no Brasil, sendo esses: a) diálogo (não necessariamente amistoso) com as concepções internas de 'nação' e 'desenvolvimento'; b) ela nasce com viés político. C) ela se deu majoritariamente 'em casa' (FLEISCHER, 2007, p. 37).

Por fim, expõe-se uma posição frente às discussões a respeito da presença do autor no texto antropológico (CALDEIRA, 1988). O texto etnográfico foi escrito no sentido de não privilegiar a voz do autor, mas também de não silenciá-la. O que se

almejou foi uma polifonia¹⁴ que não reduz a voz do autor e a ausência de sua análise, porque o autor precisa refletir sobre a forma de produção e suas interpretações no texto antropológico. Mas cabe esclarecer que o texto tem uma perspectiva polifônica, mas houve dificuldade em trazer as falas dos interlocutores, pela ausência das entrevistas, colocando limites na escrita polifônica.

¹⁴ É necessário que a visão pós-moderna crie outra possibilidade de pensar a condição da voz dominante do autor, transformando essa voz dominante numa presença crítica (CALDEIRA, 1988, p. 151).

2. Por uma antropologia da e na cidade

A proposta inicial é de localizar este trabalho dentro de uma antropologia urbana, uma antropologia da cidade. Para tanto, é prudente um recorte teórico que elucide a reflexão acerca de um posicionamento analítico em torno de uma antropologia da cidade ou na cidade. Frugóli (2005), ao tratar a questão, faz uma análise sobre as aproximações, os afastamentos e as fronteiras disciplinares estabelecidas entre antropologia urbana e sociologia urbana a partir de três momentos da Escola de Chicago. Destaca-se a reflexão sobre os contextos contemporâneos na qual o autor aborda a importância que o tema da periferia adquire nesses contextos e os desafios colocados para a antropologia, concebendo a periferia “não apenas como espacialidade específica social de segregação, mas também como processo, inscrito num campo diversificado de representações nativas” (FRUGÓLI, 2005, p. 6). Ele aponta para o uso pluralizado do termo periferia, haja vista a diversidade de elementos que constituem os processos de consolidação desses espaços – não apenas em termos territoriais, mas de organização política –, que se manifestam pelas demandas locais, e na forma como o Estado atende essas demandas e intervém nas questões territoriais e na forma de ocupação e uso do espaço.

Vários fatores convergem no acirramento das situações de precariedade das periferias, formando as “hiperperiferias”, que conjugam “desemprego estrutural, a crise dos movimentos sociais e o abandono do Estado” (FRUGÓLI, 2005, p.5). Nesse contexto, a antropologia tem importantes contribuições através das abordagens etnográficas no reconhecimento das representações nativas, dos contra discursos sobre as formas de ocupar a cidade e as estratégias de resistência aos modelos de planejamento urbano, e nas formas locais de organização política. Com esses apontamentos, Frugóli (2005) considera promissor o diálogo entre a antropologia e a sociologia, mas aponta para a autonomia da dimensão antropológica.

Magnani (2002) trata a questão a partir das perspectivas “olhar de fora e de longe” e “olhar de perto e de dentro”. O olhar de fora e de longe remete às abordagens da cidade, em que são privilegiados os aspectos macrossociais, com ênfase nas questões econômicas, sociais, demográficas e tecnológicas. Ambas apontam para a desagregação como consequência dos processos de urbanização das cidades contemporâneas. Nessa perspectiva, a cidade se torna uma entidade externa aos seus habitantes, “parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade” (MAGNANI, 2002, p. 18) e sem a presença de atores sociais, em termos de uma dada ciência política. O olhar de perto e de dentro remete à etnografia como especificidade da antropologia em identificar as múltiplas experiências presentes na dinâmica urbana que são desprezadas nas análises macro, como as estratégias de sobrevivência, redes de sociabilidade, sistemas de trocas, entre outras mediações que são tecidas no cotidiano dos habitantes.

Incidindo sobre a dicotomia antropologia da cidade e na cidade, Magnani (2002) retoma a dimensão da totalidade antropológica como um “pressuposto da etnografia” e coloca a totalidade no sentido de capturar as regularidades, os padrões presentes nas dinâmicas cotidianas, nos “arranjos coletivos”. A totalidade só pode ser pensada em termos etnográficos quando construída a partir das experiências dos atores sociais, de modo que as produções teóricas do pesquisador sejam elaboradas nessa dinâmica, para que suas categorizações não se reduzam as teorias generalizantes sobre os contextos estudados. Nesse sentido, a antropologia *da* cidade e *na* cidade são “dois polos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica de que se está estudando” (MAGNANI, 2002, p. 19).

Ao encontro dessas reflexões, conjugando esses debates teóricos, segue o posicionamento de Agier (2011), que faz uma opção analítica em favor de uma antropologia da cidade. O autor tece seu argumento a partir de ideias do que vem a ser a cidade para os antropólogos e sobre saberes urbanos em antropologia, interpretando a cidade não como uma dimensão externa aos habitantes, globalizante e que pode ser analisada na sua totalidade, e tampouco numa perspectiva individualizante, tendo como referência o mundo rural, nos termos da Escola de Chicago. Para o autor, uma antropologia da cidade deve escapar a essas concepções, bem como “emancipar de

qualquer definição normativa e a priori de cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda a parte, trabalhando para descrever o processo” (AGIER, 2011, p. 37). Há um deslocamento chave no pensamento do autor para a construção do seu argumento sobre o que é a cidade para quem faz a cidade. Segundo ele, é importante observar a cidade a partir da experiência cotidiana dos seus cidadãos, como ela é vivida, narrada, inventada, o que, em parte, justifica sua opção por estudos em contextos urbanos precários, “desprovidos de bens”, pelo potencial desses lugares em “fazer cidades” (AGIER, 2011, p. 40). A antropologia da cidade é esse fazer cidade pelos grupos sociais em suas relações e nas múltiplas formas de sociabilidade. O autor atenta para a dimensão relacional e cultural da cidade. As relações sociais, as formas de “produção da existência”, de reprodução da vida social, operam elementos simbólicos que podem ser entendidos a partir de rituais cotidianos. É possível pensar essa operação numa dimensão política, a partir do estabelecimento de laços políticos, quando grupos se identificam com determinadas pessoas que possam atuar na produção de mediações, na elaboração de um sentido de “comunidade”, quando esses grupos rompem com a imagem individualista da cidade solitária, lugar anonimato, do isolamento, para torná-la uma “cidade familiar”. Só nesses termos é possível pensar as performances urbanas, sejam elas artísticas, ou de quaisquer movimentos no sentido da contestação.

Em termos das suas reflexões sobre os saberes urbanos, Agier (2011) também retoma a questão da totalidade, a relação entre a parte e o todo, não no sentido substancial, mas de forma processual. A questão se coloca: como produzir uma teoria antropológica sobre a cidade, visto que a antropologia trabalha com dados empíricos e com processos microssociais? Através de seu modelo teórico-conceitual, o autor coloca como alternativa a essa questão conceitos intermediários: região, situação e rede. A região é como os atores urbanos definem o lugar, registram as identidades, que não são substâncias, mas identidades relativas. Segundo o autor, a “região moral permite à análise aceder a uma compreensão do caráter relativo e incerto das fronteiras espaciais e indentitárias da cidade” (AGIER, 2011, p. 73). A política da situação são fronteiras espaciais que se estabelecem pela interação. Pensando em nível microssocial é “um sentido partilhado” e contextualizado. A “situação é inerente ao contexto”. Trata-se de

situação-contexto como condição para se compreender os fenômenos urbanos (AGIER, p. 2011). Ainda sobre uma antropologia da cidade, para AGIER (2011), o fato de a antropologia trabalhar com os processos microssociais, em uma pesquisa “relacional, local e ‘micrológica’” (AGIER, 2011, p. 37), não é uma barreira para uma antropologia da cidade; ao contrário, a antropologia na cidade é a própria condição para uma antropologia da cidade.

Posterior às reflexões que inscrevem esse trabalho no âmbito de uma antropologia da cidade e na cidade, cabe apontar as categorias de análise que serão utilizadas para nortear este estudo. Destacam-se os modos de habitar como categoria central, conectando diferentes conceitos que irão tecer as reflexões teóricas desse trabalho. O habitar é tratado aqui, na relação com a memória: tempo e espaço, retendo a ideia de Ricouer (1998). “Trata-se, na verdade, de memórias de épocas diferentes que são recapituladas e mantidas em reserva nos lugares onde elas estão escritas” (RICOEUR, 1998, p. 8). O autor traça um paralelo entre narratividade e arquitetura em uma relação de “tempo narrado e espaço construído”. As narrativas tornam o tempo humano, cortam a pretensão universal do tempo, abrindo-se para uma temporalidade. Mas essa temporalidade deve ser pensada como emaranhado de narrativas que se misturam ao tempo do mundo e ao tempo vivido.

O tempo humano se encontra com o tempo cronológico, da mesma forma que o espaço matemático, geométrico, se mistura com o espaço humano, que é tido como o habitar feito de movimentos, de deslocamentos, de passagem e de fixação. O autor vai falar de um tempo misto e de um espaço misto, em que o tempo da narrativa é aberto para a temporalidade. “Da mesma forma, o espaço construído é uma espécie de misto entre lugares da vida que rodeiam o corpo vivo e um espaço geométrico de três dimensões, na qual todos os pontos são lugares quaisquer” (RICOEUR, 1998, p. 2). As narrativas tornam o tempo humano na mesma medida em que o edificar arquitetônico torna o espaço humano.

A narrativa ordena a experiência, o projeto arquitetônico ordena as relações com o espaço, regula o habitar (o teto, proteção, limites entre o interno e o externo). Há um cruzamento entre o tempo e o espaço, porque uma história de vida sempre está ligada a um lugar que foi partilhado, as histórias de vida sempre remetem a um espaço, que

não pode ser pensado em termos “metafóricos, mas concreto e material”. “Habitar-construir como estando marcado pelo mundo da vida” (RICOEUR, 1998, p. 3). Para o autor, o ato de incorporar o tempo ao espaço torna possível que as funções da habitação sejam sempre “inventadas”, possibilitando a releitura dos modos de vida e a contestação das formas de edificação do espaço. Nesses termos, o construído permite a leitura e a releitura da vida pelas maneiras de habitar. O habitar como contestação aos projetos arquitetônicos, “contestação ao construir” (RICOEUR, 1998, p. 8).

Os modos de habitar são realidades plurais, práxis e construções culturais, situando-os nos “entre-lugares” (BHABHA, 2010), margens vivas, espaços em construção e espaços de contestação. Os entre-lugares contrapõem os essencialismos, porque são espaços de fronteira e podem ser pensados enquanto espaços de criatividade, *performance*, contestação política e de múltiplas estratégias de sobrevivência. Bhabha, (2010) articula o conceito de comunidade contrapondo a ideia de homogeneidade, identidade, linearidade. O autor fala de uma “solidariedade afiliativa” para pensar comunidade como uma “leitura minoritária”, inserindo o elemento da subversão com vistas a perturbar uma ordem estabelecida. Essas experiências minoritárias, esse espaço da contestação, que emerge dos entre-lugares, podem ser estabelecidas de forma consensual ou conflituosa. As fronteiras são sobrepostas e fluidas, de modo que os conflitos e os traços diacríticos da cultura não desaparecem, mas são condições da própria cultura. Nesse sentido, os movimentos de diferenciação, os antagonismos e os conflitos são elementos constitutivos dos próprios modos de habitar (BHABHA, 2010).

2.1. Contexto da pesquisa

De acordo com o Plano Diretor de 2008, a cidade de Pelotas possui sete áreas administrativas: Fragata, Três Vendas, Areal, Laranjal, Barragem, São Gonçalo e Centro (PELOTAS. Lei n 5.502, de 11 de setembro de 2008). A utilização da nomenclatura bairro é uma opção etnográfica, considerando que é uma categoria

nativa. Cabe destacar que muitos dados com relação à localização e o registro histórico da ocupação, como mapas e documentos, não foram possíveis de trazer nesse trabalho. Isso se deve as questões éticas, no sentido de preservar os interlocutores, por se tratar de uma ocupação urbana clandestina, que envolve uma série de situações relacionadas à informalidade e ilegalidade.

2.1.1. Formação do Bairro Três Vendas

De acordo com Vieira e Gonçalves (2010), a origem do bairro Três Vendas pode ser explicada pelos aspectos econômicos diretamente ligados a economia charqueadora de Pelotas e pelo fluxo de colonos imigrantes. A primeira terra ocupada foi o Logradouro Público, área onde os charqueadores negociavam o gado, servindo de parada para os tropeiros, o que acabou por originar a formação de diversos comércios locais. Moradores antigos contam que nessa área havia três vendas, por esse motivo o nome do bairro. Outro aspecto importante no processo de formação do bairro Três Vendas, refere-se à estrada do Monte Bonito, responsável por ligar a cidade a Serra dos Tapes, favorecendo as trocas comerciais que aconteciam no Logradouro Público, entre os comerciantes locais e os agricultores da Serra de Tapes, ocasionando a ocupação dos primeiros lotes de terra por comerciantes de origem alemã.

A expansão do perímetro urbano de Pelotas, como explica Vieira e Gonçalves (2010), deu-se em direção do bairro da Luz, em 1958, a partir da ocupação dos terrenos ao norte da Rua do Passeio, atual Avenida Bento Gonçalves, seguindo em direção ao Logradouro Público, atualmente a COHAB Tablada. O movimento de urbanização da cidade se intensificou a partir do século XX impulsionado pelas empresas imobiliárias, resultando na formação de várias vilas. No primeiro momento, no ano de 1950, foi estruturada a Vila Py Crespo e no ano de 1953 a Vila Silveira (VIEIRA; GONÇALVES, 2010).

Posteriormente, houve a ocupação da área que pertencia ao Logradouro Público, destinada a Escola Visconde da Graça, Associação Rural e ao Jockey Clube. As primeiras vilas do bairro Três Vendas foram: COHAB Tablada, Bairro Jardim, Getúlio Vargas e Sanga Funda, esta última, com características rurais que em decorrência do solo argiloso, favoreceu a instalação de várias olarias (VIEIRA; GONÇALVES 2010).

Entre 1950 a 1960 houve a ocupação da Vila Princesa e do Sítio Floresta, esse último considerado uma área urbano-rural. A fim de evitar as ocupações urbanas desordenadas, o governo da época destinou áreas para a construção de moradias para as populações mais pobres. As vilas mais antigas do bairro destinadas a estas populações são: Santa Terezinha, Vila Silveira e Jacob Brod. Entre 1967 a 1983, houve a construção de vários conjuntos habitacionais populares, tais como: COHAB Lindóia, COHAB Pentano, Municipários dentre outros (VIEIRA; GONÇALVES 2010).

Atualmente, o bairro Três Vendas é considerado um vetor importante para o crescimento da cidade. Isso se deve às suas características geográficas e físicas e também pela sua localização, próximo a saída da cidade:

No plano diretor de 2008, houve uma série de levantamentos e estudos iniciais pra fazer essa análise da cidade como ela é, e, uma análise das questões mais físicas da cidade: questão ambiental, onde tem mais fragilidade, onde tem mais possibilidade de receber muitas construções, enfim... E naquele momento se apontou a zona Norte como um vetor importante de crescimento e se tentou evitar o crescimento pro leste que é o nosso lado do Laranjal. Que é uma área mais frágil, ambientalmente mais sensível e que não deveria receber uma demanda, digamos uma pressão imobiliária muito grande. Agora a Zona Norte, não. É uma zona que é uma área alta, uma área com bastante infraestrutura e que também tem uma relação com a saída da cidade que era importante que se desenvolvesse. Tem de área disponível para lá, ainda tem muita coisa, muito que fazer por lá (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

A questão exposta acima traduz preocupações deste estudo referentes a implantação de empreendimentos imobiliários no bairro Três Vendas e a forma como esses empreendimentos vão se relacionar com as ocupações ilegais. Bem como a configuração dos arranjos governamentais via políticas públicas, diante da tensão colocada entre a cidade legal e a cidade ilegal. Essas questões serão estudadas no capítulo seguinte.

2.1.2. Memórias sobre a formação do sub-bairro Santa Terezinha

A escolha de fazer um recorte etnográfico, trazendo alguns aspectos relacionados às memórias sobre a formação do sub-bairro Santa Terezinha, justifica-se por considerar que quase a totalidade dos moradores da ocupação, originaram-se do bairro Santa Terezinha. E com ele mantém uma multiplicidade de relações que são

constitutivas dos modos de habitar a ocupação. Trata-se de relações de amizade, compadrio, redes de sociabilidade, relações de reciprocidade e redes de ajuda mútua, estabelecendo fronteiras de ordem territorial e simbólica. Essas fronteiras instalam processos contraditórios, que são fenômenos constitutivos dos modos de habitar a ocupação e na mesma medida que interferem na dinâmica social, nas representações simbólicas e nos aspectos territoriais do bairro Santa Terezinha.

De acordo com as narrativas de antigos moradores do bairro Santa Terezinha, os primeiros moradores vieram da zona rural da cidade, especialmente Canguçu e Piratini. Muitos vinham para a cidade na expectativa de conseguir trabalho, já que a vida no campo estava ficando muito difícil, como relata Sr. Dário, antigo morador do bairro. Ele conta que nasceu no interior da cidade de Canguçu, mas o pai veio para a cidade para trabalhar no engenho de arroz¹⁵, localizado no bairro Três Vendas. Assim foi sua chegada, aos cinco anos de idade, na “vila” Santa Terezinha. Sr. Dário lembra que o lugar era uma terra praticamente desabitada e tinha muito mato. Recorda-se da chegada de outros moradores e das redes de amizade que foram construídas e reinventadas no decorrer das gerações que se mantém até os dias atuais.

A história do Sr. Dário se interlaça com a de Dona Naná, uma das moradoras mais antigas da ocupação. Dona Naná nasceu na cidade de Piratini e veio para Pelotas aos 16 anos de idade para trabalhar como doméstica em uma casa localizada no bairro Três Vendas. Morou de aluguel em uma casa localizada no bairro Santa Terezinha. Seu marido, assim como o Sr. Dário, trabalhava no engenho, mas faleceu cedo. Dona Naná morou por algum tempo próximo a casa do Sr. Dário, estabelecendo uma relação de vizinhança. Porém, sem dinheiro para manter a moradia, mudou-se com os sete filhos para a ocupação. O Sr. Dário, Naná se transformou em uma liderança do bairro e esteve por diversas vezes à frente dos processos reivindicatórios no atendimento das demandas, tanto do bairro, como da ocupação. Colocando-se como um representante dos grupos, através da participação em conselhos de bairro e na presidência da associação de moradores. O Sr. Dário, por diversas vezes mediou conflitos entre o bairro e a

¹⁵ A maioria dos primeiros habitantes do bairro Santa Terezinha, era oriunda da zona rural e vinha para a cidade para trabalhar nos engenhos de arroz e na construção civil. Considerando que a segunda fase da economia da cidade foi um período de aceleração da construção civil, da indústria e do comércio.

ocupação. Esses conflitos aconteciam pelas disputas com relação às diferentes sociabilidades. Certos comportamentos gerados pelos habitantes da ocupação eram considerados marginais, por parte de alguns moradores bairro. Mas se por um lado havia um movimento no sentido de constituir uma espécie de identidade do bairro, negando tais sociabilidades, por outro lado, essa tentativa era desfeita em função das relações que haviam sido estabelecidas entre os moradores do bairro e os moradores da ocupação. Uma mistura de relações de reciprocidade, amizade e parentesco. Essa tensão colocada entre bairro e ocupação é entendida como um elemento constitutivo dos modos de habitar o bairro e a ocupação.

Destacam-se nesse processo de formação do bairro Santa Terezinha questões com relação às redes de ajuda mútua, que são tecidas entre os moradores, pelas entidades com a Igreja Católica. A Igreja desempenhou um papel importante nos processos de formação do bairro e nos conflitos territoriais com relação à ocupação, no sentido de garantir a permanência dos moradores no território. Essa influencia pode ser notada pela memória sobre a escolha do nome do bairro, como conta um antigo morador:

A Terezinha pelo que eu sei pelo que me relataram, o nome Santa Terezinha de Jesus é dos tempos dos Kurtz e Reigantzn, os donos dessas terras aqui e mais atrás ali, a fazenda Py Crespo, da família Py Crespo, a onde tinha o portão de ferro, lá era o casarão antigo pela informação pessoas antigas que o nome Santa Terezinha mesmo, foi por conta do nego véio. A Rua Santa Clara era um filhete de rua onde não nascia capim, era um caminho que de passava para ir na casa dos morenos. E esse senhor de idade ganhou uma imagem da Santa Terezinha e levou pra casa dele e ficou lá. Foi indo. foi indo... mas passou. Nós temos que botar um nome nesse lugar, aí voltou a história da imagem, como esse senhor andava com a imagem da Santa Terezinha, era uma das únicas imagens, vamos botar o nome de Santa Terezinha. Foi cravada uma estaca no chão com o nome Santa Terezinha de Jesus. Tudo que é rua que tu anda aqui é nome de Santo: Santa Clara, Santa Cecília, Santa Maria. Aí o bairro Py Crespo já tem nome de doutor, então já é diferente. Tem a Silveira que é Bairy, Magalhães. Mas a Terezinha em si da primeira entrada a décima primeira é tudo nome de santo católico: Rua Santo Antônio, São Miguel, São Jorge, São Francisco, São Pedro, São Geraldo, São Paulo, São Manoel São Luiz. (Morador do bairro e membro da diretoria do Sul Brasil).

As memórias do bairro instauram o lugar através do cruzamento entre o tempo e espaço. Uma narrativa aberta a temporalidade que descreve as redes de sociabilidades e as relações de amizade. A lembrança da casa mais antiga do bairro, da Praça Castro Alves, a memória sobre a o poço artesiano, sobre a cacimba permite a compreensão

sobre o edificar arquitetônico enquanto espaço humano (RICOUER, 1998). As memórias sobre a infância, assombrações, as lembranças dos moradores antigos, reinventam o lugar, a partir das histórias de vida que atualizam o espaço, ratificando a perspectiva de Ricouer (1998) de que as histórias de vida sempre estão ligadas a um lugar partilhado. Observa-se:

A Terezinha lá em mil novecentos garrafa com rolha, como dizem né! Eu ouvi história eu procurei, eu pesquisei. Aqui na esquina a gente tinha uma bica de água onde as pessoas iam pegar água, onde hoje é uma farmácia. Se tu cavar ali vai achar um poço artesian, mais ali perto Py Crespo tem a cacimba da moça, sabe coisas assim, mais aqui adiante perto Jacoby Bayny, tinha aquele coqueiro que diziam que era mal assombrado. Eu recordo que eu era guri tchê! E dizia assim: eu quero ver o q que é isso aí, mas que assombrado é essa. Eu não cheguei a 50 metros do coqueiro, mas quando eu cheguei as pernas começaram a tremer e eu dei volta. Realmente nós temos aqui a nossa pracinha Castro Alves que está atirada as traças, tu vê que não tem iluminação, os balanços estão em precárias condições. Nós temos aqui a nossa Avenida São João, lembro do mutirão que nós fizemos, que envolveu a comunidade. Vamos fazer arrumar nossa pracinha ali. Pô! Lembro do Sr. Florzinha, do Esperança. O Sr. Florzinha que na época cuidavam da praça. Ela era fechada e tinha a casinha onde ele guardava as ferramentas dele. Tinha o mato do Idalécio, a gente atravessava esse mato e saia lá no fundo da barragem Santa Bárbara. Então a Terezinha em si, tem uma história muito bonita, eu sempre digo a história em si dela é linda, linda... A casa mais antiga, uma das mais antigas é a casa do Zé relojoeiro, da esquina. Tu sabes que essa casa só foi pintada uma vez na vida. O pai do Zé relojoeiro quando fez a casa, pintou toda, isso foi numa sexta-feira, ele deixou a casa prontinha, pintadinha. No outro dia, as pessoas que vinham das festas, durante a madrugada, pichou toda a casa. E o pai do Zé saiu na rua e disse: pó a minha casa ficou toda pichada, recém pinte. Qual foi a promessa que ele fez, que lê nunca mais vai pintar a casa. A casa ficou da mesma cor, amarela com as bordinhas vermelhas, nunca mais pintou. Agora que ele vai dando uma reformada. O bar da Nena, a associação de miradores que teve ali na quarta entrada. A associação teve até ambulância e posto de saúde. Os moradores velhos, os antigos: Ortiz, o Rebolado, o Santinho, tchê! Aí tu começa a puxar a história do bairro Santa Terezinha... aí nós temos o nego Santa Maria, o nego Lagarto, o Farrapinho... (Morador do bairro).

De acordo com as narrativas dos moradores, o futebol aparece como um elemento fundamental na compreensão acerca das relações estabelecidas no bairro Santa Terezinha no que diz respeito às tensões e os conflitos de ordem simbólica e sobre as questões étnicas raciais. Através do futebol foi possível compreender certos aspectos com relação aos modos de habitar que são ambíguos e contraditórios, mas fundamentalmente constitutivos dos territórios:

Os clássicos, Sul Brasil e Terezinha, quando fechava aqui, tinha jogo aqui no Sul Brasil. Tchê! Iniciava o jogo, depois era aquela pauleira da velha Rosa com guarda-chuva dando em todo mundo. Só mulher! E tu achava assim, tchê!

Agora quando acabar o jogo, eles vão se matar. Tchê! E acabava o jogo e fechava o pau. Quando tu vinhas embora tava todo mundo tomando cervejinha. Tomando trago e dando risada kkkk. O arroz, o cabo Jorge, sabe gente antiga, o Zé Maneca, o cano Jorge, o fundador do Terezinha Futebol Clube. O Arroz foi um dos fundadores do Terezinha Futebol Clube, ele e a Dona Nair, a esposa dele. A Terezinha sempre teve assim, grandes clubes: O Terezinha, o Sul Brasil. Depois, por muito tempo, o Rubens Ávila fundou o Esso, jogavam lá no fundo do Terezinha. O cantão, os tais torneios da amizade, o campeonato da amizade. A história do Sul Brasil é algo assim é bonito de se contar, eu tenho o maior orgulho de contar a história do Sul Brasil, porque foi o meu tio avô que fundou o Sul Brasil no dia 25 de maio de 1932, anos atrás, antes da fundação, meu tio disse: eu vou fundar um clube aqui na Terezinha. Aí fundaram o clube, ele era xavante doente. Brasil de Pelotas, doente. Aí fizeram aquela fundação toda, aquelas atas, que era feita ali no barracão na Rua São Miguel nº 71 onde era a casa do Idelfonso fuxico, fundador do Sul Brasil. Mas faltava o que? Alguém que dissesse assim olha eu vou te incentivar tu fundar o clube. O meu bisa avô deu a primeira bola, uma bola toda feita de couro. Deu, toma esse é o marco inicial de fundação do clube. Aquela bola devia pesar uns 3 kg, de couro puro, deu pra ele. E dali a coisa foi indo, foi indo, fundou o clube. Depois veio o fundador que era meu tio, o Idelfonso, o Sr. Oscar, aqui do lado e várias pessoas que se envolveram nessa fundação do clube. E quem vinha treinar aqui no Sul Brasil? O Grêmio esportivo Brasil, o xavante vinha treinar aqui no Sul Brasil, meu tio era doente xavante. E certa feita, eles convidaram um time, me parece que era de Piratini, para um amistoso aqui, queriam fazer algo diferente. Aí meu tio foi lá no campo do Brasil e como era da diretoria na época, perguntou se poderia fazer essa partida lá naquele estádio onde eles estavam construindo o campo do Brasil. Foi negado, negaram pra ele. Pô mais vocês usam lá o nosso campo pra treinar. Tudo bem, daquele dia em diante o meu tio pegou a carteirinha de sócio rasgou, vem direto ali na Boca do Lobo, se associou e virou Pelotas.

Meu pai mais um grupo de amigos resolveram fundar um clube de futebol dos negros, porque tinha o Sul Brasil que era o clube de futebol dos brancos. Daí eles resolveram fundar o dos negros. O melhor jogo era Terezinha e Sul Brasil, era uma disputa até de raça e era a coisa mais bonita, porque cada jogo era uma emoção muito grande. Como meu pai é falecido, eu como filha de cabo Jorge, que fundou o Terezinha, eu me sinto na responsabilidade de representar, um modo do clube não falir, de o clube seguir como antes. E graças a deus, o clube tem uma sede maravilhosa, a gente tá disputando o campeonato da cidade. O Terezinha é futebol clube, tem que ter um time em campo. A história do Terezinha é linda, ele foi fundado em 1944 (Dona Ana).

2.1.3. Campo de estudo

O presente estudo se desenvolve em uma ocupação urbana, localizada Zona Norte da cidade de Pelotas às margens de um córrego urbano, ausente de infraestrutura urbana adequada nas áreas de habitação, saneamento básico e abastecimento de energia elétrica. De acordo com as narrativas dos habitantes e moradores da ocupação tem aproximadamente vinte anos, mas esse tempo é variável.

Acredito que essa variação esteja relacionada às diferentes percepções do tempo que se entrelaçam com as trajetórias dos habitantes, presentes na memória coletiva que organiza as formas de produção do espaço.

No ano de 2006, a Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria Municipal de Habitação, realizou um levantamento socioeconômico e topográfico da área ocupada. No mesmo ano, o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP) realizou as instalações de abastecimento de água, porém, as instalações de esgoto e das redes de energia elétrica não se efetivaram. Tampouco foram efetuados os pedidos em relação à cedência dos termos de posse e às medidas necessárias para a abertura de processo de regularização fundiária. Foram inúmeras as tentativas, por parte de alguns moradores, para instalação das redes de eletricidade. Ao procurarem a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), foram informados de que a colocação dos postes dependia dos termos de posse fornecidos pela Prefeitura.

Também houve reivindicações para que o poder público regularizasse a área, haja vista que quase a totalidade dos moradores não tem intenções de deixar o loteamento, exceto nas situações em que há um descrédito quanto aos investimentos em melhoria na infraestrutura urbana. Essas reivindicações, na maioria das vezes, eram feitas junto aos vereadores, que mediavam as relações entre os moradores e o poder público, que acabaram não sendo atendidas.

Pela perspectiva macrossocial, o processo de ocupação e formação do loteamento se deu concomitantemente à implantação de inúmeros empreendimentos imobiliários no entorno. Esses empreendimentos têm aumentado nos últimos anos em consequência do crescimento da cidade em direção à Zona Norte, impulsionados pelos incontáveis investimentos habitacionais e de infraestrutura urbana. Os critérios utilizados para o desenvolvimento dos projetos obedecem à circulação do capital nas cidades, fortemente movimentado pela especulação imobiliária. Por tratar-se de uma ocupação irregular e informal, não foi incluído em tais projetos.

Da perspectiva microssocial, há uma especificidade no processo de formação do loteamento: quase que a totalidade dos habitantes é oriunda do bairro Santa Terezinha. Assim, a formação do loteamento acontece a partir de um movimento migratório por dentro do próprio bairro. Essa característica é fundamental para a compreensão das

fronteiras como um elemento de constituição do território. Tem-se que aqui a fronteira como espaço de interação, que se estabelece não apenas pela dimensão territorial, de classe, mas também por uma dimensão racial, considerando-se que o bairro Santa Terezinha se identifica com uma origem alemã; os moradores da ocupação, por outro lado, em sua maioria se reconhecem como negros. Essas questões raciais estão presentes desde a origem do bairro Santa Terezinha e são representadas pela rivalidade entre dois times de futebol: Terezinha Futebol Clube¹⁶, “clube dos negros”, e o *Sul Brasil*, “clube dos brancos”. A questão do fluxo migratório interno também possibilita a compreensão sobre as redes de sociabilidade, visto que as relações de parentesco e vizinhança não podem ser pensadas a partir da formação do loteamento, mas como constitutivas do território. Deve-se ter em consideração que os moradores já estabeleciam relações de amizade, compadrio, vizinhança, a partir dos lugares que habitavam antes da chegada à ocupação, mais especificamente, foi constituído por essas redes de relações.

Nessa contextualização do universo da pesquisa, destaco objetos de grande relevância, pela dimensão simbólica e pela materialidade na elucidação do campo pesquisado: trata-se de pontes de madeira que ligam as casas ao restante do bairro. Essas pontes é o espaço do “entre”, conectando e separando o loteamento do bairro da cidade. Ele representa toda a ambiguidade presente nos modos de habitar. São nessas pontes que acontecem as brigas familiares, brigas de casais, de grupos, entre vizinhos. É onde a “gurizada” se reúne para namorar, “jogar conversa fora” depois de uma noite

¹⁶ Nos anos 40 do século passado, uma ideia norteava as conversas de um grupo de amigos que se reuniam diariamente, no Bairro Santa Terezinha. A ideia fixa era formar um time de futebol que congregasse os jovens negros da comunidade, já que o time existente não permitia a participação de pessoas “de cor”. As conversas deram resultado: no dia 23 de janeiro de 1944, o Nico Barbeiro abriu as portas do salão para o primeiro encontro oficial, e nessa data foi fundado o Terezinha Futebol Clube (TFC). Os amigos eram: Jorge e Walter Silveira, Pedro, João Francisco e Vivico, entre outros. O Terezinha vencia campeonatos e era o orgulho da comunidade negra da Zona Norte. Mas, além de ser um time de futebol, o TFC era uma sociedade de negros, onde as famílias confraternizavam e fortaleciam sua identidade racial, numa época em que o racismo era lei em Pelotas. Existiam os clubes sociais de negros: Fica Ahí Pra Ir Dizendo; Chove Não Molha e Depois Da Chuva. Depois os clubes dos brancos: Diamantinos, Brilhante e Comercial. Nos bairros, a rivalidade esportiva coincidia com a social e a racial. Na Santa Terezinha, o Grêmio Esportivo Sul Brasil representava a comunidade branca. E o maior empenho do Terezinha Futebol Clube era disputar com o Sul Brasil e vencê-lo. Subconscientemente, a vitória era sobre o preconceito e o prêmio, a valorização étnica.

de festa. Próximo a ele as igrejas pentecostais realizam cultos. A igreja católica distribui o sopão nas noites frias de inverno. As pontes são passagens precárias, provisórias. Um espaço de disputa, em constante processo de construção e desconstrução. Ele também engendra uma série de discursos políticos, através das promessas de vereadores, com relação às melhorias das condições de infraestrutura da ocupação que são representadas pela substituição do pontilhão provisório de madeira por uma ponte de permanente de alvenaria.

3. A cidade negada

3.1. Pelotas: uma cidade moderna

Pelotas no final do século XIX experimenta a ampliação e formação do perímetro urbano com profundas transformações na forma de organização do território e do espaço. Tal processo foi fortemente influenciado pelos princípios da modernidade, que alterou os padrões estéticos da cidade a fim de implantar o modelo de “reformas urbanas” ocorridas no Brasil durante o período republicano. De acordo com Siqueira (2008), a urbanização no ideário republicano modificou as características das cidades, intervindo esteticamente na paisagem, orientada pelos princípios urbanísticos europeus – especialmente o modelo francês, que serviu de referência para os projetos nacionais. “A importação dos padrões do chamado ‘primeiro mundo’ aplicados a uma parte da cidade ou da sociedade contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente” Maricato (2000, p. 123).

Foi nesse período que se produziu as primeiras ideias a respeito do planejamento urbano, no sentido de ordenar e normatizar uma cidade que crescia, trazendo as consequências de uma industrialização capitalista. Por conta desse crescimento da população de trabalhadores, os chamados “problemas urbanos” multiplicavam-se. Foram criados então, os primeiros planos intitulados códigos de posturas, código de construção, planos de embelezamento e saneamento. Tais medidas de reforma urbana foram diretamente influenciadas por um urbanismo desenvolvido na Europa que se manifestou nos projetos das cidades jardins, na ampliação da malha viária, verticalização, criação de parques e projetos de arborização Siqueira (2008).

As obras de embelezamento e saneamento articuladas com ações em saúde foram influenciadas pelas ideias higienistas que tinham por objetivo tornar a cidade

salubre, organizada e arejada. Assim, foram realizadas intervenções de abastecimento de água e tratamento de esgoto e ações voltadas para a saúde da população urbana, pelas campanhas de vacinação e inspeção das moradias populares Siqueira (2008). Cabe destacar que essas práticas tinham um caráter de polícia, a população era fiscalizada, as casas invadidas e até mesmo demolidas com objetivo de manter a salubridade.

Também houve intervenção nas formas de ocupação, através da imposição de uma cultura urbana, que alterou profundamente as formas de relação com o espaço e com os modos de habitar. Os governos assumiram o papel na gestão, fiscalização controle e normatização das formas de ocupação do espaço urbano, associado há um conhecimento técnico sobre o espaço e sobre o corpo dos habitantes, através de uma “aliança entre saber médico e a engenharia” Siqueira (2008). Nesses termos, pode-se concluir que as primeiras intervenções urbanas acabaram por definir uma concepção de cidade de caráter claramente higienista onde “A higiene da cidade torna-se um tema da administração pública e os engenheiros sanitaristas se transformaram nos grandes pensadores urbanos do país” (SIQUEIRA, 2008).

O mito de origem fundador da modernidade urbana é a crença de que cidade por excelência é o lugar do progresso e do desenvolvimento. No caso brasileiro, continua Siqueira (2008), “a modernidade veio de fora”, promovida por uma elite que buscou adaptar as estruturas coloniais aos ideários modernos. Ou seja, de acordo com o autor, é possível pensar que o processo de urbanização no Brasil foi um projeto civilizatório. No mesmo sentido, retendo a ideia de Carvalho (2003), a cidade moderna fundamentada nos princípios republicanos serviu de instrumento de colonização. Ao consolidar-se, a República impõe uma cidade burguesa, com objetivo de tornar-se símbolo de “poder e pompa frente à Europa”, afirmando-se como espaço de civilização e de progresso. De acordo com Fernandez (2010), os princípios modernistas impostos à América Latina foram elementos definitivos na história de segregação e exclusão das cidades latino-americanas.

Para a compreensão sobre o processo de urbanização da cidade de Pelotas a partir das influências modernas, buscou-se o trabalho de Soares (2000), porque o autor analisa a urbanização como um processo de incorporação do ideário da modernidade a

partir das intervenções de saneamento, como principais difusoras das ideias higienistas, o que tornou possível adaptar a morfologia urbana às necessidades de uma cidade industrial emergente. Sendo assim, podemos considerar que foi a partir do saneamento que a morfologia urbana foi transformada, configurando uma cidade que se desenvolveu à luz da modernidade.

Pensando em termos de materialidade e a incorporação dos ideários modernos, o autor traz duas representações arquitetônicas importantes para elucidar essa questão. A primeira delas é com relação ao afastamento da igreja matriz (Catedral São Francisco de Paulo), do poder central (Prefeitura Municipal), o que simbolizou a adesão ao movimento de secularização. A segunda é referente ao traçado da cidade na forma de um tabuleiro de xadrez, de linhas retas e ruas largas, mostrando a influência do traçado cartesiano e do pensamento positivista (SOARES, 2000).

Ainda segundo o autor, Pelotas estava afinada com as cidades que passavam pelo processo de industrialização e pelos ideários modernos. Isso se deve as suas características socioculturais e econômicas: Pelotas tinha uma elite letrada, formada pelos filhos das famílias abastadas que, ao estudarem na Europa, acabavam por incorporar os princípios positivistas de ordem e progresso, possibilitando a difusão das ideias higienistas (SOARES, 2000). Com relação aos aspectos econômicos, Pelotas tinha uma economia desenvolvida devido à produção de charque a ponto de as charqueadas colocar a cidade no circuito do fluxo internacional em decorrência da atividade de exportação.

O processo de agregação de valor à produção do charque, pelo do aproveitamento dos subprodutos, possibilitou a implantação das indústrias e do comércio na cidade Soares (2000). De acordo com Xavier (2010), Pelotas chega a seu apogeu econômico em 1870 sem ter resolvido as questões relacionadas ao abastecimento de água. Situação que a impedia de se destacar como uma cidade moderna, em consonância com os grandes centros urbanos. Torná-la uma cidade moderna era desejo dos charqueadores e, por esse motivo, afirma-se que foram eles que conduziram Pelotas ao encontro da modernidade (XAVIER, 2010).

A cidade crescia economicamente, deve-se destacar que se tratava de desenvolvimento típico da sociedade brasileira, isto é, misturou formas avançadas com

estruturas conservadoras. No caso de Pelotas, o progresso se desenvolveu tendo com base a estrutura escravocrata “a cabeça na modernidade e mão na chibata” (SOARES, 2000).

Como já foi dito, por volta de 1870, a cidade vivia seu apogeu econômico, mas convivía com sérios problemas sanitários, em consequência da atividade econômica ligada ao charque e por conta de um processo de urbanização. Com relação aos aspectos físicos e geográficos, a cidade se caracterizava por apresentar um clima úmido – o que favorece o acúmulo de água parada, consequentemente, a proliferação de doenças de vinculação hídrica. No ano de 1855, Pelotas viveu a grande epidemia da cólera, que teve início nas charqueadas (XAVIER, 2010).

Soares (2000) relata que o governo municipal da época adotou uma série de medidas sanitárias, através da criação de uma diretoria de higiene que funcionava com poder de polícia. Eram realizadas inspeções nas moradias, o controle e vigilância das pessoas que chegavam à cidade, tanto pelo Porto, como pela Estação Férrea. Também era de responsabilidade dessa diretoria manter a ordem social, “combatendo a vadiagem e embriaguez, o saneamento era essencialmente como uma questão de polícia e de repressão policial”. (SOARES, 2000).

Para os charqueadores, a implantação da modernidade passava diretamente pela implantação da estrutura do saneamento. Foram feitos vários investimentos nesse sentido, começando pelo abastecimento de água no ano de 1875 com a construção da Hidráulica Pelotense, posteriormente com a construção das primeiras redes de esgoto no ano de 1914. O governo da época incentivou a vinda de engenheiros dos grandes centros do país, uma elite intelectual com influência europeia para promover o planejamento sanitário e a realização das obras de saneamento que a cidade necessitava. Bem como a importação de tecnologias e os objetos como tubulações de ferro e bronze, caixas d’água e chafarizes (XAVIER, 2010).

É interessante analisar que a importação de modelos, técnicas e procedimentos com relação às questões de infraestrutura urbana permanece nos dias atuais, uma tendência de pensar a cidade de “fora pra dentro”. As grandes obras de saneamento que estão acontecendo na cidade nesse momento, como a construção da Estação de Tratamento de Água São Gonçalo, segue tal tendência, buscando replicar projetos

pensados para outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul. O que é preciso estar atento é para as escolhas políticas na aplicação de modelos urbanísticos, uma vez que a disputa de ideias é fundamental para a estruturação do espaço. Haverá sempre a busca de referências para a produção do espaço, a questão é o que esses modelos de infraestrutura urbana motivam para a qualidade das relações sociais.

Uma questão central para esse trabalho é considerar que essas medidas higienistas que instauraram a modernidade urbana, alteraram profundamente os modos de habitar. A moradia aparece como lócus de todo o tipo de intervenção, no sentido de produzir uma narrativa oficial sobre a cidade. Como observa Xavier (2010), a questão da moradia foi a principal ação higiênica e social do prefeito Pedro Osório. Era necessário evitar os cortiços e as habitações coletivas. A cidade se desenvolvia economicamente, conseqüentemente, era preciso intervir nos modos de vida dos trabalhadores. O prefeito não só promoveu moradias salubres e incentivou a construção de moradias populares através de isenção de impostos das indústrias que construíssem moradias para seus trabalhadores, como estimulou a organização de uma sociedade de construtoras para promover a construção de moradias particulares (XAVIER, 2010). É possível perceber nesse período a formação de um capital imobiliário associado ao governo local, na construção, e uma concepção de cidade que se modernizava.

3.2. O discurso ambiental e a questão da sustentabilidade urbana

As questões referentes aos danos ambientais que orientam o debate sobre a sustentabilidade urbana são tratadas aqui, como efeito de um discurso de negação da cidade. Isso se deve à experiência da pesquisa etnográfica, onde se observou que os efeitos desse discurso afetam diretamente os grupos que residem em áreas próximas a canais e córregos urbanos, por considerar que esses interferem negativamente nos corpos hídricos. Essa representação oficial da cidade é construída a partir da responsabilização dos grupos, tanto pelos danos de degradação ambiental como pela consequência dessa degradação nas suas condições de vida.

O que se notou é uma descontextualização da questão ambiental que, dissociada das formas de reprodução da vida social, acaba por reproduzir as desigualdades socioterritoriais e as injustiças ambientais. De fato, não é novidade e

tampouco deve se ignorar os motivos pelos quais as populações mais pobres ocupam áreas próximas a corpos hídricos. Trata-se de terrenos próximo de encostas, alagadiços e com risco de desmoronamento. Normalmente, são áreas de preservação Ambiental Permanente, sem valor imobiliário, portanto, não interessam aos empreendedores e ao capital especulativo:

[...] As áreas ambientalmente frágeis – beiras de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale, que por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que “sobram” para a moradia de grande parte da população. As consequências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamento, enchentes, epidemias [...] Nesse caso eles são vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente (MARICATO, 2000, p 162).

Os discursos de responsabilização dos grupos por parte do Estado buscam no saber técnico dos seus agentes a legitimidade para as intervenções estatais mediante as políticas públicas. Estas intervenções são orientadas por uma perspectiva normatizante e de regulação dos modos de habitar desses grupos. Na experiência etnográfica foram observadas intervenções nos aspectos da saúde, com viés de promoção de qualidade de vida. Estas ações recaem sobre os corpos e sua relação com o espaço, operando no sentido de vincular as doenças aos aspectos relacionados aos modos de vida, “desorganizados” e provisórios. A desordem corporal é tida como diretamente ligada à desordem do espaço. Percebe-se que as ideias higienistas não desapareceram completamente, mas se atualizam nos discursos sobre as questões ambientais urbanas.

As intervenções estatais se colocam de forma autoritária, como uma instância de controle social. Não apenas os indivíduos passam a ser o alvo de práticas higienistas¹⁷, mas populações inteiras são os instrumentos de gestão da saúde e da

¹⁷ O privilégio da higiene e o funcionamento da medicina como instância de controle social. A velha noção de regime entendida como regra de vida e como forma de medicina preventiva tende a se alargar e a se tornar o “regime” efetivo coletivo de uma população considerada em geral como tríplice objetivo: o desaparecimento dos grandes surtos epidêmicos, a baixa taxa de mortalidade, o aumento da duração média de vida e de supressão de vida para cada idade. Essa higiene como medida de saúde implica, por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle. E, antes de tudo, sobre o espaço urbano em geral: porque ele é talvez, o meio mais perigoso para a população. A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar (FOUCUALT, 1997, p. 201).

gestão ambiental. Em termos de biopolítica, é o controle sobre os modos de viver, sobre os comportamentos, as subjetividades, os sentidos, onde a vida passa a ser instrumento de poder e de um saber poder (FOUCAULT, 1977). Os programas, promovidos pelas diferentes esferas estatais, priorizam o desenvolvimento de ações voltadas para a educação ambiental e educação em saúde, sob a justificativa de melhoria da qualidade de vida das populações urbanas. O problema é que essas ações são separadas da práxis social e passam a operar na dimensão privada, reduzidas aos aspectos comportamentais e de conduta moral.

Já os discursos ambientalistas utilizados pelas políticas urbanas buscam produzir consensos em torno do conceito de risco ambiental, mobilizando técnicos, agentes do Estado e os próprios grupos que residem nas áreas de risco. Têm por objetivo buscar as soluções adequadas para diminuir os impactos provocados pela ação antrópica dessas populações sobre o corpo hídrico e tornar a cidade ecologicamente saudável¹⁸. Pude presenciar reuniões entre técnicos e gestores públicos sobre as questões das ocupações nos córregos no sentido de buscar o consenso a partir de uma leitura conservadora sobre questões ambientais, bem como a culpabilização dos grupos:

O foco nosso é despoluir o córrego e fazer voltar ao que era antes. Ela era uma sanga limpa com peixes, ou seja, uma biodiversidade bem complexa. O que nós precisamos dos moradores é fazer coleta seletiva, limpar as fossas de esgoto. [...] A sanga é uma área de preservação permanente. A sanga já existe há muitos anos, as pessoas é que invadiram a área da sanga. A sanga existia antes das pessoas e as pessoas que chegaram muito perto da sanga dificultando a manutenção. A ideia é, muito junto dos moradores, de retiraras pessoas de lá, ou então vamos ter que canalizar para amenizar os riscos e acidentes que existem. (Gestor público)

A circulação do capital na cidade promoveu a segregação socioespacial desses grupos, deslocando-os para espaços confinados, reproduzindo e reforçando as situações de vulnerabilidade e dos riscos socioambientais “Considera-se nessa perspectiva, que o poder de mobilidade relativo a determinados segmentos sociais resulta no aprisionamento espacial dos mais vulneráveis.” (ZHOURI, 2010, p. 456).

¹⁸ O fato de que a pobreza também é um fator de degradação ambiental não impede que uma cidade (uma sociedade) pode ser ecologicamente saudável, ao mesmo tempo, socialmente injusta – e é a sonegação ou minimização da notícia dessa possibilidade, sob influência do ecocentrismo, que revela a dimensão ideológica e conservadora da releitura ambientalista da noção de desenvolvimento urbano (SOUZA, 2008, p. 16).

Instala-se assim o conflito socioambiental de ordem distributiva: “Conflitos socioambientais distributivos são recursos, que manifestadamente, indicam graves desigualdades em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais.” (ZHOURI, 2010, p. 18). Por outro lado, essa circulação do capital se coloca como uma ameaça aos territórios das populações que ocupam o córrego. A ameaça se apresenta de forma camuflada pelos discursos ecológicos contidos na política ambiental, em defesa da renaturalização. A fala do gestor público aciona uma perspectiva ambientalista de caráter conservacionista, que opera na lógica de evitar o contato do homem com o córrego, pela ação antrópica das populações que alteram de forma negativa aquele curso de água. Nesses termos, as populações deveriam ser retiradas do leito do córrego e este passar por um processo de retorno ao seu estado original. A fala deixa clara uma compreensão de uma natureza intocada e da separação de natureza e cultura.

A questão da canalização dos cursos de água urbanos não é novidade. Em 1927, o engenheiro sanitaria Saturnino de Brito, contratado pelo governo da época para elaborar o primeiro plano de saneamento da cidade, foi responsável pelo desvio do leito do Canal Santa Bárbara – a justificativa foi no sentido de evitar maior contaminação do corpo hídrico. Era necessário eliminar as águas contaminadas, vistas como um empecilho para o progresso e o desenvolvimento. A ideia de canalização dos cursos de água urbanos permaneceu muito tempo no imaginário social ligada a uma ideia de progresso e desenvolvimento.

Em contrapartida, algumas teorias urbanas se colocam contrárias à canalização dos corpos hídricos. Elas defendem a ideia de recuperação dos córregos urbanos e a requalificação do espaço a partir de uma interação sustentável entre homem e natureza. Esta requalificação se daria através de uma ação consorciada entre poder público e moradores, no sentido de garantir a permanência dos grupos que residem próximos aos cursos de água, por meio de processo de regularização fundiária e da aplicação das legislações ambientais específicas para a preservação do corpo hídrico, bem como ações de educação ambiental.

Esse processo de requalificação pode prever desde obras de contenção das encostas, construção de passarelas, projetos de arborização. Uma proposta de

ordenamento do espaço urbano, cuja requalificação do espaço e dos cursos de água degradados segue um modelo desenvolvido nas cidades europeias. Tais cidades já experimentaram a canalização dos seus cursos de água urbana e, agora, fazem movimento contrário: propiciar que as águas voltem a seus lugares de origem. Junto a esse movimento há intervenções no entorno, com vistas à requalificação e valorização do solo. Enquanto agente do Estado, durante um tempo defendi essa proposta, inclusive reivindiquei junto à Secretaria de Municipal de Gestão e Mobilidade Urbana e à Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental, a realização de um projeto¹⁹ voltado para a requalificação desse espaço.

Mas com o desenvolvimento da etnografia percebo que essa questão das águas é muito ambígua para os moradores do córrego. Se por um lado eles solicitam medidas do poder público no sentido de canalizar o córrego, como alternativa aos problemas de infraestrutura, frente ao descaso do poder público com o córrego e com o lugar de habitação desses grupos, por outro, o córrego faz parte da paisagem do lugar e produz sentido aos modos de habitar desses grupos. Penso que há uma estreita conexão entre esses modos de habitar e a água: pelo movimento, por sua mobilidade, fluidez, pela força de transformação de um lugar. A água tem relação com esses modos de habitar provisórios, móveis, e com a capacidade desses grupos de recomeçar, num movimento que se autoproduz e que produz múltiplas sociabilidades e maneiras de se fazer cidades. Essas ideias não foram desenvolvidas na etnografia, portanto, essa relação entre água e os modos de habitar deve ser tratada em outro momento, na continuidade desse estudo.

Nesses termos, o projeto de recuperação do córrego e requalificação do entorno deve ser visto com muito cuidado e um tanto de desconfiança, porque opera numa lógica fora da realidade e do cotidiano dos grupos. Novamente, trata-se de um modelo de fora a ser aplicado em um contexto que é desconhecido por parte do da gestão pública. Nesse sentido, ele tende a se relacionar com aquela realidade de forma

¹⁹ Mas não houve nenhum interesse e movimentação do poder público municipal para desenvolver tal projeto junto à ocupação.

autoritária, mais como um projeto colonizador e civilizatório, do que a possibilidade de pensar em termos de uma ocupação mais justa da cidade.

A intervenção do Estado vai ao sentido de ordenar, de fixar essas populações, impondo uma série de regramentos na forma de ocupação do espaço. Outra questão importante é que esses empreendimentos, na maioria das vezes, acontecem sob a parceria pública e privada, atendendo muito mais aos interesses do capital imobiliário dos que aos interesses das populações que ocupam essas áreas.

De qualquer forma, a área ocupada por esses grupos não vai escapar dos efeitos de um projeto de requalificação, pois está prevista a implantação de um grande empreendimento chamado de Quartier²⁰, que será vizinho da ocupação. O Quartier irá se instalar próximo ao córrego, na mesma área de preservação ambiental permanente que se encontra a ocupação. Mas como este empreendimento foi pensado a partir do conceito de preservação ambiental, os empreendedores conseguiram junto aos órgãos oficiais os licenciamentos necessários para a implantação. O um diálogo com uma agente do Estado torna possível uma melhor compreensão sobre a proposta desse empreendimento:

Eles estiveram um tempão tentando, fazendo todas as aprovações, licenciamentos, licenciamento ambiental e tudo mais. Tiveram depois que mudar um pouco o projeto por questões do licenciamento ambiental. Parece-me que agora, faz pouquinho, dois meses atrás, me disseram que estava tudo ok. Tem. Eu acho bem interessante. É uma proposta que venho na contramão dos condomínios fechados, porque a gente teve aqui uma onda de condomínios fechados que foi logo após o plano diretor. Que o plano diretor não permitia esses grandes condomínios fechados, então aprovaram uma lei a parte criando os condomínios fechados de 35 hectares que barra e fecha a cidade, fecha a malha viária. E este bairro Quartier, lançou um modelo diferente é um loteamento, um bairro aberto. Tem toda a infraestrutura, tem mistos de usos que é uma coisa bastante importante. O que é um condomínio fechado de 35

²⁰ Novo urbanismo, uma transformação no jeito de viver. Comunidades que privilegiam pedestres, em que tudo é projetado em escala humana e onde o design, além da beleza, traz sustentabilidade e favorece a circulação, os acessos e o convívio. É o Novo Urbanismo. Um conceito surgido nos Estados Unidos e que hoje orienta o planejamento das cidades e bairros mais inovadores ao redor do mundo. Porque seus conceitos inspiram a diversidade de pessoas trabalhando e vivendo no bairro, promovem preservação ambiental e o espírito de comunidade. Com ruas seguras, crescimento planejado e livre acesso aos espaços públicos, a calçada vira extensão da casa e os vizinhos tornam-se amigos. Quartier já nasce atendendo as diretrizes de um dos mais importantes selos de urbanismo e sustentabilidade, o LEED for Neighborhood Development. O LEED- ND é uma certificação chancelada pelo US Green Building Council para projetos capazes de impactar positivamente suas regiões.

hectares? Somente habitações unifamiliares. O bairro Quartier trouxe uma proposta de edifícios residenciais com comércio embaixo, com edifícios de escritório, edifícios de serviço. Tem comércio, tem supermercado, eles têm área para fazer uma escola, então é diferente é uma proposta mais interessante desse ponto de vista de misturar. É uma área de 30 hectares. Ele é até um pouco menor que alguns condomínios. Pensa bem, o condomínio Lagos de São Gonçalo tem 35 hectares. E ainda, o Quartier tem um enorme Parque porque como eles estão ali junto à área de preservação ambiental permanente, uma área de proteção, de um córrego. Então eles fecharam toda uma reserva que era obrigatória mesmo, mas já fizeram daquilo uma ideia de Parque junto como outra avenida principal que junta. É bem interessante o projeto, é um projeto de qualidade. Ele não é um projeto de baixa renda, está muito longe disso. Eu não sei o custo daquilo lá, mas são empreendimentos que não tem nada haver com baixa renda. Mas não tem problema isso eu acho que cidade tem que conviver com essas coisas. O que é maravilhoso ali é que ele é junto a esses três empreendimentos que a gente acabou de comentar, dos três Minha Casa e Minha Vida e que não tem serviço nenhum. Esses três conjuntos fizeram ali, cada um tem 710 m² são mais de 2.000 unidades e não tem uma padaria. Então acho que esse empreendimento que vai se instalar ali em frente, por ser um bairro aberto ele vai acabar beneficiando essa gente também. Vai ter toda uma área comercial no térreo do empreendimento dos edifícios de apartamento não tem residência unifamiliar são sempre blocos de edifício, edifício comercial, edifício de escritório e mesmo o edifício residencial o térreo é para comércio. O que é muito bom também em termos de dinâmica, voltando a falar de planejamento urbano. Hoje a gente fala em pensar a cidade como eu te disse, não em planejamentos de futuro, de cidade ideal. Mas pensar em cada bairro como ele deve funcionar. Agente sabe que um bairro onde tem somente residências ele tende a ficar, mais morto. Por exemplo, durante a noite, ou ele tem pouca vida, ele tem pouca dinâmica o que às vezes tem até uma questão de insegurança. Hoje uma questão drástica nas cidades é a questão da segurança. Então quanto mais dinâmica de comércio e mistura de usos, mais movimento tu tens nas ruas e mais segurança consequentemente. São pensamentos hoje do urbanismo que eu não digo nem do planejamento urbano, mas o pensamento do urbanismo, que vão transformando a cidade e deixando a cidade mais humana. (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

Do ponto de vista arquitetônico, o empreendimento apresenta um avanço com relação os modelos anteriores, em termos de ruptura com o zoneamento funcional moderno, pela proposta de bairro aberto em relação com espaço urbano. É um projeto que vai ao encontro do chamado “novo urbanismo”. Retendo a ideia de Fernandez (2010), tratou-se de novas teorias do urbanismo que visava combater as intervenções modernistas, estabelecendo outra relação com o espaço público, através de intervenções de revitalização que promovam as trocas e diversidade dos usos do espaço público. Mas a crítica feita a essa perspectiva tem como argumento o fato de que o “novo urbanismo” compartilha dos mesmos princípios modernistas, onde a reconfiguração espacial implica em uma transformação social, que pode resultar na

criminalização e erradicação de certos comportamentos e sociabilidades consideradas como desordem e indisciplina (FERNANDEZ, 2010).

São modelos de edificações que vão mudando ao longo do tempo e conformando uma concepção de cidade. Mas o que deve ser analisado é a forma como esses empreendimentos podem afetar a dinâmica do bairro e da cidade e instaurar conflitos de ordem distributiva e simbólica. Como já foi mencionado, o Quartier vai se instalar na mesma Área de Preservação Ambiental Permanente (APP), onde residem os grupos pesquisados, mas o empreendimento conseguiu os licenciamentos ambientais necessários para a instalação, porque a política pública considera que esse empreendimento adota uma série de medidas de preservação ambiental, como a construção de uma unidade de conservação, atendendo as medida compensatória prevista em legislação nos casos de edificações em áreas de APP. Além de uma série de tecnologia de aproveitamento de água e de energia.

Como ele é dotado de infraestrutura urbana, pode servir de compensação às áreas do entorno, onde estão instalados condomínios do Programa Minha Casa Vida, destinado às populações de baixa renda, onde é fraca presença do Estado mediante políticas públicas urbanas. Nesses termos, percebe-se que a garantia de acesso a infraestrutura por parte de população pobre depende da instalação de um empreendimento privado. Sendo assim, a iniciativa privada assume o papel do estado no atendimento das demandas públicas.

Os conflitos e as disputas pela cidade são motivados pela força do capital imobiliário, que mediante a valorização das áreas, resulta na implantação dos grandes empreendimentos. Por conta disso, o Quartier pode vir no futuro provocar a gentrificação do entorno, que é o processo de compra dessas áreas valorizadas por grupos com maior poder aquisitivo, causando um deslocamento de grupos mais vulneráveis para outras áreas da cidade menos valorizadas Maricato (2000, p. 31) fala de uma gentrificação estratégica que opera na dimensão simbólica através da ideia de cultura. Que para além de definir que “sai e quem entra” por questões econômicas, se utiliza do “upgrading cultural”, na produção de imagens sobre a cidade, influenciando nos padrões estéticos, de gosto e de consumo, são as “estratégias culturais de redesenvolvimento urbano” (MARICATO, 2000, p. 33).

Quanto à mistura de usos, comércio, lazer, residências, academias, áreas de culturais, parques, penso que não altera as formas de reprodução das desigualdades socioterritoriais, ao contrário, essas diferenças tendem a se destacar, instalando um conflito de ordem distributiva. Retendo a ideia de Fernandez (2010), a recuperação dos espaços públicos transforma as práticas de interação cidadina através da implantação de um modelo de espaço urbano mais democrático, a partir da ideia de combinação de usos. Essa perspectiva gera maior respeito, confiança e cumprimento de normas. Ao mesmo tempo em que promove o civismo, promove também formas de exclusão social, porque todas as formas de habitar que escapam desse modelo passam a ser vistas como desordem urbana (FERNANDEZ, 2010).

Com relação às questões simbólicas, a mistura pode ser pensada em termos culturais, conforme Maricato (2000) onde a cultura aparece como possibilidade de reconhecimento das diferenças, contrariando a ideia de homogeneização colocada pela perspectiva moderna. A proposta é tornar a cidade um grande empreendimento e a cultura aparece como elemento importante na construção das identidades urbanas, em uma perspectiva de “culturalismo de mercado”. A cidade como mercadoria, a partir das estratégias de marketing, utilizando de conceitos como qualidade de vida e preservação ambiental que estão muito próximos de modelos modernos de pensar e de fazer cidade.

De acordo Fernandez (2010), as inovações governamentais de reconfiguração espacial e cultural tornam-se componentes fundamentais da esfera pública. A partir de seu trabalho na cidade de Bogotá, analisou o projeto governamental “cultura e cidadania”, trazendo questões importantes que podem ser pensadas neste trabalho. De acordo com Fernandez, a cultura foi incorporada nas políticas públicas e teve como objetivo desenvolver um conjunto de ações que converteu a ética e a moral em campos de conhecimento e de intervenção governamental. A ideia de cultura e cidadania articulou dimensões que operam no sentido de transformar hábitos e valores, assumindo as ideias de civilidade e racionalidade, que acabaram reconstruindo a esfera pública moderna e privilegiando uma cidadania elitista (FERNANDEZ, 2010). Mas o autor atenta para a tensão colocada nesse processo considerando que os programas de requalificação dos espaços urbanos, são contraditórios e si, são processos

dialéticos, porque ao mesmo tempo em que podem promover melhoria nas condições de acesso aos serviços públicos, como se propõe o Quartier em relação ao bairro, convergem com valores de civilidade e de ordem e, com os valores neoliberais, impondo estilos de vida e de consumo, reificando as formas de exclusão social, através dos processos de gentrificação.

Há todo um esforço em estimular a vinda desses grandes empreendimentos. O poder público julga que tais empreendimentos movimentam a econômica do município e colocam a cidade de Pelotas dentro um circuito competitivo no que se refere a cidades que promovem o desenvolvimento, com bases em princípios sustentáveis e ecologicamente corretos:

Esse é meu medo, meu problema. Isso é muito perigoso quando gera o carimbo, que aí qualquer um usa como discurso a questão da sustentabilidade. Em época de eleição todos os discursos da esquerda até a direita, todos falam em sustentabilidade. E aí qual é o conceito de sustentabilidade que cada um deles está tendo em sua cabeça, essa que é a questão. Na faculdade eu tenho trabalhado muito esse assunto que os alunos às vezes veem como uma ideia de sustentabilidade num projeto de arquitetura ou num projeto de loteamento. Ai eu vou botar telhado verde, ai eu vou botar cisterna para captar água da chuva. Às vezes chegam a dizer assim: depois eu vou trabalhar questões de sustentabilidade. E daí eu volto e digo vamos dar ré, não é depois. Isso tudo é importante não vou dizer que não seja a captação da água da chuva. Mas não é isso a questão da sustentabilidade apenas. A partir do momento que tu começa a pensar o projeto, tu já tens que pensar nele de outro ponto de vista, da relação da arquitetura com a cidade. Quando tu pensas num parcelamento de solo tu vais olhar o terreno que tu vais trabalhar se aquele terreno vai ter que ter aterro, se tem enfim algum riacho, área verde é importante. Bom essas questões são anteriores ao desenho. O desenho ele vai ter que contemplar aquela configuração inicial do projeto. Então a sustentabilidade para mim é uma coisa que nasce junta, não é uma coisa que tu agrega depois como um selo de qualidade. Então tem que pensar a questão social, a questão do emprego e renda. Tu vais, exemplificando tu vais fazer um projeto de loteamento, especialmente os de baixa renda, não tão de baixa renda. Vamos pensar até nos do Minha Casa Minha Vida, tem outra faixa que não é baixa renda. O Minha Casa Minha Vida, tem faixa 1, 2, e 3, mas nenhum deles pensava, digo pensava porque depois teve uma pequena mudança, na questão do trânsito, que a gente já falou aqui, da questão de ter ou não escolas, creches, postos de saúde, naquela redondeza e isso tudo gera problema depois da ocupação, depois as pessoas vão morar lá e se dão conta que não tem. E a gente te exemplos aqui na cidade de Pelotas que tem três conjuntos: Terra Nova, Moradas Club, Moradas Pelotas, eles foram feitos um do lado do outro, como se fosse um enorme, mas foram feitos três porque era o tamanho permitido. Então desmembraram as áreas para poder fazer três, na regra não tinha assim: não pode ter um do lado do outro, só dizia o tamanho máximo da área, mas se for quatro, cinco pode. Então o que aconteceu ali, gerou um sério problema de trânsito que não estava previsto falta de transporte coletivo que tem uma carência bastante grande, escolas, eles tiveram que botar escolas de lata, o governo propôs, porque ali não tinha escola que atendesse aquela demanda.

Então tudo isso é para mim sustentabilidade são questões que tu tens que pensar antes. Mas é difícil, embora todos tenham esse mesmo discurso na prática o que acontece depois a gente conseguiu a partir da identificação desses problemas desses conjuntos, os posteriores a gente criou um grupo, o GAE que é um grupo de análise de empreendimento e que começou a fazer essas análises. Bom para se instalar tal empreendimento ou especialmente esses Minha Casa Minha Vida, precisa ter todos esses serviços, não pode largar a população ali e depois ela tem que bater na porta da prefeitura reivindicando. Então se conseguiu que fizéssemos essa análise e no caso do faixa 1, o governo federal tem recurso disponível para atender essas carências e faixa 2 e 3 o empreendedor que se vire e promova a construção dos equipamentos e os serviços necessários. A ponto de nós termos não aprovado ou inviabilizado dois empreendimentos que tentaram aprovar, vou te dizer que foi muito difícil, mas foram empreendimentos que não foram aprovados e com uma coisa muito interdisciplinar que como tu dizia pensar em todas as questões juntas, muito, por exemplo, na presença do SANEP nesse grupo e que o representante do SANEP disse essa área aqui não tem abastecimento. Como é que tu vai largar aqui mil unidades, que a proposta era essa, sem abastecimento de água, então não foi aprovado. Por um lado as cidades precisam ter tal selo, por outro lado não se pauta o que é realmente importante. E aí a história dos pilares da sustentabilidade. Não se pode privilegiar apenas a questão econômica, tem estar em equilíbrio com as questões ambientais, sociais, culturais. (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

A questão da sustentabilidade está na agenda dos diferentes governos, configurando-se em um conceito de disputa por diversos interesses. Nesse sentido ele não é conceito neutro, esvaziado da dimensão política. Na perspectiva técnica, a questão da sustentabilidade é colocada em uma dimensão de projeto e de planejamento. Enquanto projeto, a sustentabilidade é pensada como uma questão anterior que deve estar presente no planejamento, a fim de evitar problemas futuros em decorrência da não utilização adequada dos recursos naturais, bem como o acesso adequado a infraestrutura urbana. Tanto assim, foi constituído um Grupo de Avaliação de Empreendimentos (GAE) formado por técnicos de diferentes secretarias municipais de governo que trabalham diretamente com a questão urbana, no sentido de garantir que os empreendimentos implantados na cidade atendam princípios e exigências urbanísticas de acordo com as legislações – dentre elas a questão sustentabilidade.

São espaços técnicos e institucionais de disputa em torno da cidade que se quer. De qualquer forma, há um movimento por parte dos técnicos de ruptura com a visão restrita do conceito de sustentabilidade para compreendê-la em uma perspectiva holística a partir do reconhecimento das dimensões ambientais, sociais e culturais. As diferentes compreensões sobre o tema da sustentabilidade devem ser analisadas a

partir de um campo de disputas dentro do Estado, que pensado em termos de organização social é um espaço de disputa de diferentes atores sociais.

De acordo com Bevilagua (2000), a antropologia, ao estudar os processos sociais que envolvem o Estado a partir das práticas dos agentes nas políticas públicas, pode contribuir para a compreensão acerca dos processos hegemônicos que implicam na vida cotidiana dos grupos e que são questões fundamentais e motivos de preocupação para as políticas públicas. O que se observou nessas práticas estatais é que mesmo que essas disputas ocorram por diferentes concepções acerca do tema da sustentabilidade, elas acabam convergindo na direção de reatualizar o espaço urbano, por meio de novas técnicas e concepções sobre o ambiente e as relações sociais, reproduzindo as desigualdades socioterritoriais. No mesmo sentido as contribuições de Fernandez (2010) sobre a importância do trabalho etnográfico para elucidar as tensões entre as tecnologias de governo e as práticas políticas.

Nesses termos, faz-se necessário uma leitura crítica sobre a questão da sustentabilidade e de como ela se coloca nas questões urbanas contemporâneas. Pensando a sustentabilidade como uma atualização da perspectiva modernista excludente de fazer cidade, a proposta é problematizar o conceito e analisar como o discurso sobre a sustentabilidade atende as perspectivas do capital imobiliário e as narrativas dominantes sobre a cidade. Para Acseirad (2007), a sustentabilidade urbana passa por tornar a cidade mais funcional para o capital, porque uma cidade insustentável seria aquela ameaçada pela queda da produtividade física, utilitária do meio urbano. Desta forma, é necessário fazer ajustes ecológicos para que não se tornem insustentáveis para o capital. O que Acseirad (2007) atribuiu de modernização ecológica das cidades:

[...] O processo pelo qual as instituições políticas procuram conciliar o crescimento urbano com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase na adaptação ecológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração do consenso. Busca-se, aqui, economizar a cidade; adotar tecnologias poupadoras de espaço, matéria e energia e reciclar materiais. (Acseirad, 2007, p. 4)

Nesse contexto, o Estado passa a internalizar os discursos ambientais e utilizá-los em favor dos seus interesses e dos interesses dos grupos com maior poder político

e econômico e com influência sobre a distribuição e aplicação dos recursos públicos. O Estado atuando como gestor das políticas ambientais regula, normatiza e define as regras de ocupação do espaço, tais como as condutas e os comportamentos das pessoas frente às formas de ocupar a cidade. Trata-se dos processos de “ambientalização dos conflitos” (LOPES, 2006). Pensando nas políticas públicas, essas leituras são importantes para que não haja o esvaziamento da dimensão política do tema da sustentabilidade urbana, mas uma abordagem teórica que possa subsidiar o enfrentamento das desigualdades socioambientais. Bem como para que leituras sobre a cidade ilegal não sejam capturadas pelos discursos de modernização ecológica das cidades. Para problematizar essa questão se buscou a contribuição de Acseirad (2009) a partir da perspectiva do movimento de Justiça Ambiental:

[...] É a condição de existência social configurada através do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas, independente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração do desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas leis, e regulamentações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo os grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (ACSEIRAD, 2009, p. 16)

Observa-se a forma acrítica que muitos programas, projetos urbanos e a própria política pública vêm tratando a questão ambiental. Seja pela redução dos problemas a nível local, desarticulado das questões regionais e globais e desconsiderando a intermediação do mercado em tempos de mundialização do capital, seja pelo seu oposto, onde os problemas ambientais são tratados como questões globais em detrimento das questões locais que vem ocupando a centralidade no debate contemporâneo. O que Zhou (2010) chamou de matriz globocêntrica, onde as questões socioambientais tratadas na dimensão global assumem legitimidade pela sua característica unificadora na produção de consensos e ideologias. Há exemplo dos debates sobre as mudanças climáticas, como uma preocupação de todos, unindo ideologicamente a espécie humana. (ACSEIRAD, 2007).

Nessa perspectiva democratizante de que os riscos ambientais afetam a todos indiscriminadamente, acaba por desvincular as questões ambientais do problema da

desigualdade social.²¹ Por outro lado, se observa a tendência de um pacto social com vistas a conciliar desenvolvimento social e desenvolvimento econômico nos moldes de uma economia capitalista. Por isso o selo da sustentabilidade é tão importante, ele se coloca como elemento central na construção do pacto social.

A chamada crise ambiental contemporânea, atravessada pelos discursos das cidades sustentáveis e da modernização ecológica, tem se colocado como um desafio quanto à importância de problematizar a dicotomia natureza/cultura e a visão etnocêntrica, sem cair no tecnicismo nem no esvaziamento do sentido político das práticas. Nesse sentido, é necessário construir uma abordagem teórica e metodológica para enfrentamento dessas questões-

A etnografia é fundamental na construção dessa abordagem, pois desmistifica tanto a ideia de relação harmônica entre sociedade e natureza como a visão etnocêntrica e o dualismo cartesiano natureza e cultura, assim como a compreensão sobre as formas de como Estado opera na produção de consensos e de sentido que os grupos dão para as políticas públicas a partir da sua experiência cotidiana. No aprofundamento sobre as questões que envolvem a distribuição dos riscos socioambientais, pela desconstrução da concepção de um ambiente e de uma cidade uma, a partir do reconhecimento dos movimentos urbanos que acontecem pelas margens e no olhar que contemple as questões étnicas, raciais, classe e de gênero.

3.3. Representações e narrativas oficiais sobre a cidade

[...] A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da “cidade oficial”. Ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista, pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas. É possível reconhecer nas favelas semelhanças formais com burgos medievais. Ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário forma/ilegal, que de modo rigoroso nos procedimentos

²¹ Difunde-se a ideia de que estamos todos igualmente sujeitos aos efeitos nocivos de uma “crise ambiental.” Os riscos inerentes às práticas poluidoras e destrutivas que as técnicas produzem, mas não controlam, podem atingir a qualquer ser humano, independente de origem, credo, cor ou classe. Assume-se que todos são vítimas em potencial porque vivemos no mesmo macro ecossistema global – o planeta Terra... Os seres humanos vistos igualmente como um todo indiferenciado – seriam os responsáveis pelo processo de destruição das formas naturais, do ambiente e da vida. (ACSELRAD, 2010 126.).

de levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). E, por incrível que pareça, os órgãos municipais e o próprio controle urbanístico, frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência. O mesmo acontece nas universidades, que são presas da conceituação reificada de arquitetura ou da representação ideológica da cidade. Os legislativos mantêm com esse universo uma relação muito funcional, já que as anistias periódicas visando à regularização de imóveis são alimento fecundo da relação clientelista. A ilegalidade é, portanto funcional – para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor. (MARICATO, 2000, pg. 122).

Os escritos urbanísticos produzem uma concepção de cidade por meio de uma representação baseada em regras, princípios e instrumentos de ordenamento urbano. Nesses termos, é possível uma reflexão sobre a representação oficial da cidade de Pelotas, a partir dos códigos de posturas, códigos de construção e atualmente o Plano Diretor, sendo este o principal instrumento de gestão da política urbana. Essas reflexões se deram a partir do diálogo estabelecido com um arquiteto, agente do Estado, que tem participado na elaboração e na implementação da política urbana da cidade. Essa interlocução é importante porque além de trazer questões centrais na argumentação desse estudo, também proporciona uma reflexão sobre o meu lugar enquanto uma agente do Estado no trabalho junto às políticas públicas.

De acordo com Catharina (2012), o primeiro documento no sentido de produzir um regramento à cidade foi código de postura no ano de 1834, que teve por princípios a normatização do espaço urbano, através de regras de higiene e regulando sobre o despejo de dejetos nas ruas, limpeza das valas do esgoto doméstico e os despejos no Canal Santa Bárbara.

Seguido dos seguintes códigos: o de 1915 que teve por princípio tornar a cidade de Pelotas mais próximas das cidades polos: São Paulo e Rio de Janeiro. O plano investiu nas questões relacionadas ao conforto, higiene e segurança. Observava-se forte influência do higienismo através da rigidez com as questões higiênica; o código de 1924, a influencia das cidades jardim, que tinha por objetivo desenvolver a cidade sem abandonar suas belezas locais. Uma ideia de racionalidade urbana combinada com características estéticas locais. Nesse plano se institui a ideia de zoneamento, separando a cidade por zonas funcionais; o código 1930 atualizou o código anterior e impôs regras para as construções. O interessante nesse plano é que ele traz

regramentos com relação à ocupação de zonas litorâneas e suburbanas. Proibiu qualquer tipo de ocupação em áreas de arroios, rios e outros cursos de água a menos 20m. Ele também reforça questões de higiene, salubridade e de zoneamento. O código de 1947, além de atualizar as questões de saneamento se propôs a pensar problemas com relação ao processo de ocupação da cidade. (CATHARINA, 2012).

Este último foi realizado pelo engenheiro sanitaria Saturnino de Brito. Tratou-se de um grande estudo sobre a cidade que trouxe questões relacionadas a habitação, arruamento, zoneamento e a indicação da construção de um parque urbano, bem como o desvio do leito do Canal Santa Bárbara. Este estudo subsidiou a elaboração do primeiro plano diretor, no ano de 1968. Trata-se de um plano detalhado que apresentou uma visão do território urbano, um “rigoroso zoneamento funcional e hierarquização do sistema viário”, tem como referencia o Plano Diretor de Porto Alegre.

Os códigos e o plano diretor de 1968 foram representações oficiais da cidade que promoveram a implantação da modernidade urbana. Nesse sentido, podemos pesar em continuidade ou ruptura dessa perspectiva na atualidade:

A própria dinâmica da cidade tratou de dizer que não deu certo, então não tem hoje quem defenda isso, não é mais defensável, não que tenha agora um ilustrado. Na época teve o Ebenezer, foi o ilustrado do modernismo e que disse que a cidade ideal é esta. Hoje não tem um ilustrado dizendo que a cidade tem que ser diferente. A cidade disse isso. A dinâmica da cidade ao longo dos anos que se viveu com princípios modernistas tratou de dizer isso não funciona e a cidade foi se misturando aos poucos a revelia da lei (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

Não há possibilidade de pensar uma continuidade dos princípios modernistas nos instrumentos atuais de gestão das cidades porque a própria dinâmica das cidades mostrou que isso não é possível. O zoneamento funcional, de acordo com o modelo dos planos modernos, não pode mais ser aplicado porque a cidade se mistura, escapando dos ordenamentos urbanísticos e da própria lei. Portanto, os princípios modernos “cidade tipo ideal” não são mais operantes, ou seja, as leis e o ordenamento urbanístico, como uma tentativa definir um conceito único de cidade, não esgotaram as múltiplas possibilidades de se fazer cidade. Por outro lado, há sempre uma tentativa de se produzir uma narrativa oficial sobre a cidade através da reelaboração dos instrumentos normativos. Estes instrumentos de atualizam e surgem sobre outros paradigmas. Assim, podemos pensar sobre o atual Plano Diretor, sendo este principal

instrumento da política urbana e de como ele está produzindo um conceito de cidade e sua relação com a cidade ilegal:

Olha eu até acho que o terceiro plano diretor, ele é o que mais trouxe essa ideia da mobilidade, digamos da dificuldade de aplicar os instrumentos tradicionais nessas áreas que justamente tem toda essa questão de mudar e de serem permanentemente crescendo ou mudando, então o plano diretor de 80 que é o segundo, ele é aquele plano baseado nos princípios modernistas, um plano de uma cidade ideal. Quando tu fazes um plano, a ideia de plano diretor era de conduzir a cidade para uma cidade ideal, de traçar princípios e regramentos que transformem a cidade numa cidade padrão, numa cidade legal, uma cidade dentro daquele formato. Daí se viu e todas as teorias do urbanismo foram discutidas que isso é impossível, que tu não consegue domar a cidade, o planejamento não pode ter essa pretensão de domar a cidade e de botar ela numa forma, porque a cidade ela é muito mais dinâmica que os próprios instrumentos. Então o que o plano diretor, o terceiro fez? Adotou todas essas ideias, os princípios que foram trazidos pelo estatuto da cidade, ele já é uma coisa um pouco diferente, já são princípios mais, de realmente de fundo social e de entender a questão social e de trabalhar essa ideia do coletivo sobre o individual. Mas o estatuto traz uns instrumentos interessantes que foram, digamos incorporados pelo plano diretor. Não significa que eles sejam aplicados, porque uma coisa é o que tá na lei, o que está escrito, outra coisa é o que se faz. Mas dentro dessa questão das áreas de baixa renda ou de posseiros, houve o mapeamento, uma coisa bastante importante, porque antigamente não se fazia isso, nos outros planos tu olhava a cidade como se fosse uma coisa única e padrão e se fez o zoneamento: áreas de morar, áreas pra trabalhar e tal... e esse plano não fez isso. Ele identificou a realidade e tem lá o mapa que mostra onde é que estão as áreas de interesse social que foram batizadas assim: áreas especiais de interesse social. Pra que? pra propor instrumentos diferentes. Então no momento em que tem mapeadas as áreas que são diferentes, ali tu podes estabelecer um regramento diferente. Eu não preciso adotar o mesmo regramento de um loteamento novo de alta renda, um condomínio que tem surgindo bastante. Não preciso e nem posso os mesmos regramentos em áreas de posseiros que se constitui na informalidade, na espontaneidade que não tem nenhuma ligação com os padrões digamos mínimos de tamanho de lote, tamanho de residência. Então o fato de ser área especial de interesse social permite que a gente faça um regramento específico e especial, pra poder fazer o que? A regularização fundiária, que eu acho que não é suficiente e não é talvez nem a coisa mais importante para o próprio cidadão. O cidadão a primeira coisa que ele quer não é o documento. Ele quer também! Muitos sabem que isso é importante, mas o mais urgente seria a questão toda de infraestrutura, de drenagem, de pavimentação, de condições de habitabilidade da casa. Mas a gente viu também que pra ter todas essas questões e acesso a essas questões, tu precisas ter a regularização, principalmente se tu fores contar com financiamento público. Então o governo exige. Vai fazer um plano de saneamento, um plano de drenagem, sempre se quer saber se a área é regularizada, então se começa pela regularização fundiária. O que também por si só é bastante importante, as pessoas se sentem e a gente viu isso, na medida em que a gente foi entregando os primeiros documentos, as pessoas se sentiram com mais pertencimento. Eu tenho um documento de propriedade do meu terreno, eu sou dona, eu não sou mais posseira, não estou mais com aquela vulnerabilidade de a qualquer momento eu posso sair, posso ser expulsa. Mas esse processo de regularização fundiária, a gente descobriu ou mapeou ou identificou essas áreas que tem cerca de cem mil pessoas, ou seja, quase um terço da população de Pelotas

mora irregularmente. Ou é loteamento irregular ou informal. Quase um terço da cidade, isso é muito significativo. Não tem como a cidade não pensar isso, não tem como a prefeitura não se preocupar com isso, ou até os empresários não se preocuparem. Porque como é que tu queres uma cidade que atraia investimentos, que atraia turismo, se tu tens um terço da população vivendo mal. A gente não tem ainda, tomara que não tenhamos. Uma situação de favela, quando faz a classificação. Nós não temos favela em Pelotas. Temos áreas subnormais, tem que ver a nomenclatura. O termo favela Pelotas não tem. E o que tem nas favelas? Eles não estão interessados em regularização, eles não querem, deixa o poder público fora. Aquela coisa de urbanizar a favela também é uma coisa muito ambígua, não é o desejo deles. Quando tu tens o documento a tendência é vender, porque tu tens o documento. Tu valorizas, às vezes faz uma valorização imobiliária, que faz com que o cara vai vender e vá morar em outro lugar e vá morar ilegal de novo. E aí a mobilidade é exatamente por isso. Porque quando tu começa a qualificar. Isso é um problema muito sério, que a gente fala inclusive, existe um termo pra áreas centrais, para essas áreas de patrimônio histórico que a gente às vezes fala que tem que qualificar e que tem recuperar e tem que dá uso. Mas isso também às vezes gera uma valorização imobiliária e que o morador dessas áreas acaba vendendo e indo para outro lugar, o termo é a gentrificação. Isso acontece muito na periferia, quando tu valorizas, quando tu regularizas uma área, quando tu melhor todas as condições de infraestrutura. O que tu estás fazendo? Valorizando a terra, valorizando a propriedade, então o que ele faz? Vende e vai morar mal de novo. E a prefeitura vai atrás dele para regularizar, bem complicado, uma bola de neve. (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

O Estatuto das Cidades é uma lei federal (10.257), sancionada em 2001, que não pode ser resumida apenas pelo texto legal. Ela representou um avanço na possibilidade de atendimento das demandas sociais urbanas. Trouxe um conjunto de instrumentos com vistas à regulamentação da função social da propriedade e da cidade permitindo a gestão do solo urbano de forma distributiva. Representou também uma conquista de diversos segmentos sociais na busca por uma cidade justa e democrática. No entanto, devem-se reconhecer os limites para sua aplicação. O fato das cidades terem adotado seus princípios do Estatuto das Cidades na elaboração de seus planos diretores, como o caso da cidade de Pelotas, não significou o comprometimento dos governos locais com tais princípios, como afirma Maricato (2000), há um distanciamento entre a lei e a gestão.

Por outro lado, a lei se aplica arbitrária, onde os planos assumem a dimensão do discurso, “plano-discurso”, que é cumprido, em determinadas circunstâncias e por certos interesses, seguindo uma “lógica da cidade restrita a alguns” (MARICATO, 2000, p. 148). Os planos diretores também não vão dar conta de resolver os problemas estruturais de uma cidade historicamente desigual frente o modelo neoliberal que orienta as políticas públicas e o crescimento do capital financeiro imobiliário. Se

considerarmos que os planos anteriores ao Estatuto das Cidades ignoraram a cidade ilegal, podemos reconhecer o avanço do Plano diretor municipal, por outro lado é necessário analisar as dificuldades e limites dos instrumentos urbanísticos de alterar esses processos de exclusão territorial e de ordem simbólica.

Mesmo com os instrumentos adequados para a realização de regularização fundiária, o que se observa é um crescimento cada vez maior da cidade ilegal. Penso que isso se deve alguns fatores: primeiro porque a ilegalidade, informalidade como afirma Maricato (2000), é útil e funcional para a reprodução capital imobiliário, favorece o mercado especulativo, fortalece as relações políticas arcaicas e clientelistas e propicia e aplicação arbitrária da lei. Também de acordo com a autora, a informalidade é intrínseca ao processo de urbanização brasileiro, foi a própria condição para que o país adotasse uma “urbanização incompleta ou excludente” (MARICATO, 2000, p. 123).

A segunda questão trata-se da dimensão simbólica, mediante intervenções do Estado via políticas urbanas de gestão e ordenamento do território que acabam por reproduzir modelos simbólicos dominantes sobre a cidade. Esses modelos desconsideram as diferentes sociabilidades e a dinâmica dos modos de habitar. Muitas vezes as questões de regularização dos lotes são bastante ambíguas, como pude perceber na etnografia. Se o documento de fato se torna importante, visto que ele simboliza o acesso a propriedade, por outro lado, ele tende fixar a moradia, se adequar aos modelos dominantes dos modos de habitar. Estar exposta as formas de controle social por parte do Estado.

Na maioria dos casos, excetos em bairros já consolidados, a regularização prevê o deslocamento de grupos para outras áreas destinadas a projetos de habitação popular. Os grupos se recusam a sair da área e, quando saem, acabam retornando devido a uma serie de redes que foram construídas naquele espaço. Regularização fundiária, nos moldes promovidos pelo estado, se torna ambígua frente aos modos de habitar da cidade ilegal:

Então há também uma possibilidade de fazer um trabalho de habitação que é muito interessante que vem, é um pouco o caminho contrário do programa habitacional Minha Casa Minha Vida e que é um programa para fazer habitação no próprio loteamento. Então ao invés de criar novos loteamentos, novas áreas, aproveitam-se as áreas que são regularizadas e faz habitação ali mesmo. Renova, porque muitas habitações estão em estado precário, estão caindo.

Mas porque não fazer ali mesmo no seu terreno. (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

Pode-se pensar a função que o plano diretor exerce dentro da política urbana. No reconhecimento das áreas de interesses social, na garantia de projetos de infraestrutura e a integração dos planos setoriais para a captação de recursos junto ao governo federal, especialmente, junto ao Programa Minha Casa Minha Vida. Por outro lado, se identifica um movimento contrário a essa lógica, que são as experiências arquitetônicas de construção ou qualificação de moradias populares em áreas já habitadas. Esse procedimento evita deslocamentos compulsórios e serve como um freio à especulação imobiliária. Mas o fato é que as gestões não têm investido nessas experiências por conta da subordinação das políticas públicas urbanas ao capital especulativo imobiliário. Desta forma, é possível pensar que os programas habitacionais populares, que priorizam a compra de terra e a construção em condomínios, têm contribuído para o aumento da cidade ilegal:

É difícil por isso. Primeiro porque tu barras a especulação e segundo que para fazer esse tipo de programa é muito de uma iniciativa individual porque os empreendedores eles tem dificuldades de fazer isso na medida em que as coisas pulverizadas geram mais desgaste, mais logística e aí para eles o lucro é menor do que fazer 600 unidades do Minha Casa Minha Vida. Aí que eu acho que entra também, bom! Voltando ao plano diretor. O plano diretor nesse momento teve um papel importante. Esse terceiro plano trouxe mais essa ideia de reconhecer a cidade ilegal, porque o plano teoricamente é o plano da cidade legal, ele é o plano que regra, que diz a lei e sempre a cidade ilegal ficou excluída dos planos, agora a cidade ilegal está ali, basta, aí falta uma questão de gestão, como eu digo o plano é uma letra da lei que pode ser usada ou não, como toda a lei. Então dentro de uma gestão que se interesse por isso o plano tem todas as ferramentas necessárias (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

O reconhecimento da cidade ilegal nos documentos oficiais de representação da cidade não significa que ela seja reconhecida de fato como parte da cidade. Mesmo os governos com uma tendência mais à esquerda, com certo compromisso com as demandas sociais e com os princípios do Movimento de Reforma Urbana, no máximo executou uma política de cunho reformista. Essa questão ratifica um distanciamento entre a lei e a gestão (MARICATO, 2000). Por outro lado, o planejamento urbano atual é diferente do planejamento moderno, mas frente às questões urbanas contemporâneas como o aumento da cidade ilegal, as dificuldades com relação à

gestão, demandas imediatas relacionadas a infraestrutura e habitação, podemos pensar ainda sobre a importância do planejamento urbano:

Pois é, isso também agente já está questionando muito. Como é que tu planejas uma cidade, aquilo que eu falava antes, quando falava nos planos ideais, a cidade ideal e tal, se viu que não se consegue chegar num modelo e até porque que modelo é esse quem sabe o que é a cidade ideal. Porque que aquela cidade planejada lá no tempo do modernismo que pensou a cidade como uma casa, zoneada e tal. Se viu depois que a cidade tem que ser misturada, as funções tem que serem misturadas e depois vem a questão da mobilidade urbana que tem haver com os deslocamentos, então quanto mais setorizada for a cidade mais deslocamentos tu vais fazer. Então isso tudo estava errado, então como é que a gente pode saber qual é a cidade ideal para planejar ela. Então acho que a gente hoje está trabalhando muito mais numa tendência dentro dessas teorias de planejamento é de focar os maiores problemas. Por exemplo: habitação social é um problema sério, então ao invés de ficar pensando em grandes projetos, tu pensas naquele problema de habitação social e tenta resolver e é isso e toda essa conversa que eu fiz antes, eu acho que é uma linha de resolver a situação de moradia daquelas pessoas, isso vai refletir na dinâmica da cidade, sem dúvida nenhuma. Eu sempre digo, a gente trabalha a regularização e as áreas sociais não só por uma questão de ser bonzinho e atender aquela população que precisa e é carente, é porque isso também reflete na cidade. Então uma cidade que tem muita periferia, muita subhabitação ela não é uma cidade saudável, uma cidade equilibrada. Então precisa que isso seja assim, mais então o planejamento tem que pensar nas questões pontuais e problemáticas. Hoje se fala muito da questão da mobilidade urbana que é um problema muito sério nas cidades, que está quase superando a questão da habitação social. Está ali, qual dos dois problemas é o mais grave? Então eu acho que assim, ao invés de se fazer grandes planos de futuro é pensar nos problemas que realmente são urgentes e propor soluções que não sejam soluções assim... e aí porque que eu acho que o papel do planejamento ainda é importante, porque não se pode pensar soluções pontuais e isoladas. Dando um exemplo assim da mobilidade: se eu tenho um problema de congestionamento numa determinada rótula, a princípio e é o que acontece, a tendência dos que tem urgência nas soluções – vamos fazer aqui um viaduto que vai resolver o problema daquela rótula, mas só que se tu não tens um plano para essa questão da mobilidade urbana, tu não sabes o que vai acontecer nas pontas desse viaduto, por fim tu vais resolver ali, mas e depois o viaduto termina e para onde tu estás mandando esses automóveis. Será que realmente tu fazer um viaduto é o melhor para o plano de mobilidade da cidade, porque a mobilidade embora tu tenhas congestionamento naquele ponto é um problema da cidade inteira, uma consequência de um trânsito, de deslocamentos da cidade e que precisa ser pensado os grandes investimentos, os grandes conjuntos habitacionais que estão sendo construídos e empreendimentos de maior porte que geram o trânsito. Então não adianta tu resolver a rótula, tu tens que resolver a localização desses empreendimentos e pensar nisso antes de ter o problema de trânsito. Então acho que o planejamento tem esse papel de pensar as consequências e tentar resolver antes não depois, mas é diferente daquele planejamento que se pensava em planejar uma cidade independente do que ele é. Acho que o planejamento hoje parte da realidade e não de uma cidade utópica de futuro, acho que essa é a diferença (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

O planejamento como uma forma de atuação no espaço urbano tem por objetivo antecipar os impactos sobre a cidade. Pode ser pensado como ações contínuas e permanente a fim de resolver de forma racional os problemas da cidade com vistas a aumentar a qualidade de vida de seus habitantes. O planejamento urbano comandado pelo Estado foi um instrumento de modernização da cidade (SOUZA, 1998). A história do planejamento mostrou que sua construção ocorreu a partir de modelos importados, o que justifica sua influência legalista, normativa, com predomínio da racionalidade técnica (MARICATO, 2000). Para Fernandez (2010), o planejamento moderno impactou profundamente as cidades latino-americanas e teve como objetivo resolver os problemas provocados pelo capitalismo através de instrumentos técnicos e racionais das políticas de saúde pública e das obras governamentais. Para o Fernandez essas estratégias modernistas foram despolitizadas e descontextualizadas. De caráter generalista, foram aplicadas de forma universal e acabaram por negar as diversidades históricas.

A crítica ao planejamento moderno após a ofensiva neoliberal dos anos 90 acabou gerando políticas reformistas, onde o Estado assume a centralidade das políticas públicas e se propõe a pensar a cidade não em termos ideais, mas a partir da cidade real. O planejamento passa ser pensado, dentro de um contexto histórico, levando em conta as dimensões políticas, econômicas e culturais, mas sem a prática racional e muito distante da dinâmica social. O que se observa é a condição do planejamento estatal mediando às relações entre o público e o privado, na produção de consensos sobre uma concepção de cidade. “O planejamento é uma forma de conflito que tenta reconstruir a comunidade ilusória” (BURNETT, 2007, p. 498).²². Observa-se:

²² A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã – texto e no discurso – versus cooptação, favor, discriminação e desigualdade – na prática de gestão urbana. A importação de modelos tecnológicos e culturais é intrínseca desse quadro marcado por reinserções históricas subordinadas. Não é por outro motivo que grande parte das análises, até mesmo abordagens históricas, do urbanismo brasileiro se restringem à pesquisa das ideias, como se o objeto se restringisse a elas e não incluísse a evolução do espaço da práxis social. Possivelmente, é o ponto de vista que está na base das teses que afirmam a importância da atividade de planejamento urbano na história das cidades brasileiras, desde o período colonial (MARICATO, 2000, p. 135).

Tem que ser. É uma atribuição do poder público. Não é atribuição da iniciativa privada. Porque cada um tem seu nicho, cada um tem seu foco. Nenhum tem a visão global da cidade, o poder público tem que ter. É fundamental. Obrigação do poder público buscar esse consenso. É difícil tu negar um empreendimento, mas será que precisa negar? Será que não pode fazer um estudo de impacto de vizinhança, um instrumento que o estatuto da cidade traz e que avalia tudo isso e traz as compensações. Porque qualquer empreendimento sempre gera impacto, mas se tu diminui esse impacto, faz uma compensação, pode ter o empreendimento. Ninguém está contrário aos empreendimentos, não pode ser ter aquela ideia: há não! Aquele pensamento xiita que quer acabar com o empresariado. Não é isso, acho que a cidade ela é produzida pelos empresários. Mas tem que administrar. O papel do poder público é administrar esses empreendimentos, saber onde eles podem gerar problemas futuros para a própria prefeitura resolver. Então eu acho que isso, a busca do consenso, dessa compatibilização dessas questões econômicas, sociais e ambientais. E aí voltamos o termo da sustentabilidade que fecha tudo. (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas)

Essa é a tônica do pensamento reformista: a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. O capital traz o desenvolvimento e o Estado, através da atualização da dimensão racional do planejamento, administra os impactos desse desenvolvimento no espaço urbano. Há a crença que instrumentos de gestão urbana poderiam dar conta de resolver as contradições colocadas pelas forças produtivas do capital, no sentido de construir consensos sobre desenvolvimento e consequentemente uma ideia de cidade. Mas em tempos de mundialização do capital e de uma retomada do desenvolvimentismo é preciso pensar sobre as possibilidades e limites de uma conciliação em torno do conceito de desenvolvimento:

Tenho certeza que dá para conciliar. Para mim só passa por isso. Eu não sou contra o desenvolvimento. Eu estou falando nessa questão de crescimento desacertado e simplesmente um crescimento em números, maior número de população, maior desenvolvimento econômico. Agora, o desenvolvimento positivo, eu acho que a gente tem que brigar por isso, vejo como dificuldade, pelo mesmo no conceito que eu tenho de desenvolvimento tem que levar em conta todas essas questões juntas e que muitas vezes o empreendedor não tem essa consciência e aí se tu não tem um governo forte que tenha essa responsabilidade não acontece por que fica sempre o poder econômico dando as regras e poder público fazendo o que pode, o que não pode, como na maioria das vezes não pode. Então para mim isso é desenvolvimento, desenvolvimento social para não falar em desenvolvimento sustentável que é o que tem que ser. Eu acho que o termo está correto, mas é que fica tão batido,

tão chavão. O que a gente tem que apostar é num desenvolvimento sustentável. Agora qual o conceito de desenvolvimento sustentável que os governos, que os políticos estão falando é a questão. Eu até acho que Pelotas, tem algumas coisas boas, assim, nesse sentido. Quando eu falei que a gente fez essa análise com o grupo que avalia empreendimentos, ali havia essa semente de pensar isso. É bom os grandes empreendimentos são muitos positivos para trazer o desenvolvimento econômico, gerar emprego, mas eles também precisam dar uma contribuição. Então muitos empreendimentos a gente consegui que se compromettesse, assinaram um termo. Tem outro grande empreendimento habitacional lá na Zona Norte que tá lá um termo assinado que ele vai construir um posto de saúde, vai fazer uma escola, vai pavimentar, vai fazer praças, áreas públicas, tá tudo lá. Agora se vão cumprir ou não, eu não sei. Mas isso que eu acho que é o papel da gestão pública, então voltando a ideia do planejamento, isso pra mim é planejamento. É que tu não podes jogar e permitir grandes empreendimentos sem pensar no que isso depois de pronto vai acontecer, vai gerar como demanda pra cidade, então pra mim isso é o desenvolvimento sustentável. E que se isso acontece do jeito que tem que ser com cada empreendimento considerando todas essas questões de demandas posteriores, ótimo, acho que tá tudo bem, que venha o desenvolvimento econômico. Olha um grande empreendimento, sei lá, um shopping center, ou de uma grande indústria portuária, ela vai ter que trazer junto, promover também um loteamento social. Há mais como? Não tem dinheiro para isso. Há mais isso aí não é papel do empresário é papel do poder público. Então a gente sempre fica nessa questão que o empresário trata do desenvolvimento e a prefeitura fica apagando incêndio, resolvendo a infraestrutura. O desenvolvimento econômico é importante, e aí como é que a cidade vai negar um empreendimento? É muito difícil a cidade negar um empreendimento, muito difícil. Aí que eu acho que o planejamento é importante, ainda é. Embora tenha pouca força, mas ainda é importante, no mínimo pra dizer: olha, aqui não pode ter uma câmara de vereadores, porque isso aqui é uma praça. Aqui não pode ter um condomínio de casas porque não tem água e luz. O planejamento que tem que saber dessas coisas, o empreendedor não sabe. Não sei se não sabe, mas não é obrigação dele. Ele tem que fazer o empreendimento, a prefeitura que resolva os problemas (Arquiteta da Secretaria Municipal de Pelotas).

Conforme Burnett (2009), o desenvolvimento urbano foi a forma de modernização do espaço, a partir de uma série de procedimentos que permitiram adaptar as cidades a modernidade. O autor analisa o domínio da perspectiva econômica contida na ideia de desenvolvimento, que acabou distanciando-se do cotidiano dos grupos, do espaço social, das questões simbólicas e subjetivas e das representações sociais. Isso se deve há alguns fatores: o primeiro deles é são as questões conceituais e teóricas. Para o autor, o conceito é esvaziado de um sentido teórico porque não houve um estudo mais profundo sobre a questão do espaço urbano, porque a ideia de desenvolvimento é alicerçada no conhecimento dos urbanistas. O que

para o autor justifica domínio da perspectiva econômica e tecnocrática, já que os urbanistas não se colocaram como pensadores do urbano, mas, sim, “estrategistas” do urbano – intervindo nas questões da cidade. Mas essa perspectiva não foi é exonerada de uma dimensão ideológica já que o desenvolvimento urbano serviu para dar legitimidade às intervenções do Estado e aos interesses do capital imobiliário.

Posteriormente, houve a crítica desse desenvolvimento²³, mas, de acordo com o autor, pode-se considerar que houve avanços por conta da inclusão da dimensão histórica e social na concepção de desenvolvimento. A justiça social assume a centralidade das ideias no lugar da modernização das cidades. De fato, o que aconteceu foi a tentativa de conciliar modernidade com justiça social, representada pela ideia de desenvolvimento sustentável. De acordo com Souza (1998), não houve uma ruptura com a perspectiva moderna.

A ideia de desenvolvimento urbano²⁴ se atualiza na perspectiva desenvolvimentista a partir de investimentos em grandes empreendimentos, projetos de requalificação do espaço, modernização das cidades, expansão do perímetro urbano. Promovendo um crescimento da cidade ilegal, o acirramento das desigualdades socioterritoriais e das injustiças ambientais. Isso se deve porque “o consenso é ilusório e o pacto impossível, pois as classes sociais não possuem o mesmo poder político e o Estado não é dotado de racionalidade de neutralidade” (BURNETT, 2009, p.493). A perspectiva reformista não negou a propriedade privada e nem tentou combater-la de forma efetiva, o que fez foi “domesticá-la”, para que ela

²⁴ O desenvolvimento urbano nada mais é, que a tradução em escala local-urbana e devidamente especializada, da ideia de dominante de desenvolvimento econômico, pautada na combinação de crescimento do produto da modernização tecnológica. Uma vez que o espaço, como salientou Henri Lefebvre (vide, por exemplo, LEFEBVRE, 1981), tornou-se ele próprio, ao longo da evolução do capitalismo, crescentemente uma força produtiva das estratégias, é perfeitamente compreensível que a noção de desenvolvimento urbano se apresente, enfim, como uma lógica da modernização da sociedade em sentido capitalista (SOARES, 1998, p. 12).

pudesse cumprir sua função social. Para isso buscou um instrumento legal para lidar com as contradições sociais que foram os Planos Diretores. (BURNETT, 2009).

Os planos feitos nos anos 60 e 70 tiveram a influencia do período ditatorial, a ideia da “modernidade conservadora” (BURNETT, 2009). Nos anos 80, os planos são construídos na atmosfera democrática junto ao processo de democratização do Brasil. Há uma retomada dos ideais da reforma urbana, onde o Estado é tido como um agente central e regulador e promotor de uma proposta de democracia e participação. Vai se repensar a ideia de planejamento urbano e a formulação dos planos diretores como instrumento que poderiam colocar em prática essa ideia de cidade mais justa, democrática e participativa. Já nos anos 90, o que se viu foi uma ofensiva neoliberal: o desmonte das políticas estatais e a encolhimento do estado frente às intervenções urbanas, contrapartida a expansão do mercado regulação das relações entre público e o privado.

Nesse contexto, surge a ideia do planejamento estratégico para ocupar a lacuna dos planos criticados por serem apenas normativos, é inspirado em conceitos oriundos do planejamento empresarial e tem por foco metas e programas. Isso se deve pela ofensiva neoliberal onde não era mais possível conceber os planos na perspectiva moderna e funcionalista. Essa “nova” perspectiva de planejamento urbano, nova retendo a ideia de Maricato (2000) porque não representou uma ruptura com a perspectiva anterior, a novidade seria de que os planos assumisse uma linguagem empresarial, através de uma união entre técnicos burocratas, governantes, a fim de propiciar através do planejamento estratégico de uma cidade “competitiva aos desafios da globalização” Maricato (2000). No planejamento estratégico a cultura se torna um elemento chave, ela se coloca como uma de fragmentação, nesses termos, a dimensão cultural aparece como possibilidade de reconhecimento das diferenças, contrariando a homogeneização colocada pelos planos modernos e normativos, se apresenta como possibilidade de construir políticas urbanas identitárias, a partir das diferenças (MARICATO, 2000). Posteriormente, as discussões que levaram à aprovação do Estatuto da Cidade consideram que a organização e produção do espaço urbano não é apenas uma tarefa técnica, mas política, pois trata das relações sociais, econômicas, culturais, etc. Que tinha como princípios questão central a participação popular. Nesse

sentido, é necessário pensar quais foram os espaços e em que condições foram construídas a fim de garantir a participação. Bem como sobre as possibilidades e limites na consolidação destes espaços, que tem por objetivo propiciar experiências democráticas na escolha sobre a cidade que se quer:

As pessoas estão cansadas de participar de reuniões, o assunto de planejamento ainda é um assunto ainda muito distante do seu dia-a-dia. Agente até evitava a linguagem técnica. A comunicação é fundamental, não se pode fazer um processo participativo sem uma comunicação adequada, não pode lá falar um “urbanês”, que ninguém entenda e aí as pessoas vão dormir ou vão embora e não vão voltar nunca mais. Mas mesmo assim, por mais que nos conseguíamos dialogar, assim de uma forma mais, com uma linguagem mais cotidiana, ainda assim os temas que tu estás tratando, são temas mais de futuro, não é o problema do buraco na frente da casa, não é a lâmpada que queimou faz três dias e ninguém foi trocar, sabe? Então a urgência dos problemas do cidadão que tem todas as carências é difícil, mais... bom mais eu acho que a gente conseguia também, em alguns momentos, dizer olha isso que vocês estão vivendo no dia-a-dia é consequência de uma falta de planejamento. Há se tu tens problemas hoje de esgoto é porque quando se instalou isso aqui não tinha ainda planejamento para o esgoto. A gente tenta fazer a relação do hoje com que não foi planejado atrás e por isso que a gente tem então que pensar na cidade do amanhã. Bom! Isso era o nosso desafio, então o que eu quero dizer é que em alguns momentos foram muito bons, outros momentos foram muito decepcionantes, mas eu acho que valeu a pena. Isso a gente fazia nos bairros, a gente ia a cada bairro, tentando pautar os problemas do local, relacionando com a cidade e também tentando mostrar que cada pedaço da cidade não é desconectado do todo, enfim, toda essa conversa necessária, mais que gerou coisas boas. A gente um plano que tem muito reflexo disso, dessa discussão. Apropriada questão social que entrou no plano, ela é uma leitura da cidade, não é mais do que isso. É uma leitura da cidade que se fez nessas reuniões. Então eu acho que teve consequências positivas, mas o envolvimento mesmo da comunidade que eu queria que eu acreditava de uma forma não sei se utópica, sei lá, iludida até pode se dizer, que era o seguinte na medida em que as pessoas participam do plano, eles vão lá defender o plano depois. Não acontece isso, o plano vira uma lei e depois ninguém mais sabe o que estão fazendo com aquele plano, se lê está sendo construído ou não, se a cidade está sendo construída a partir daquele plano ou não. Não tive essa satisfação, que eu vejo que outras cidades têm. Porto Alegre tem isso, as pessoas vão a rua dizer: vocês não estão atendendo ao plano diretor, isso eu gostaria muito de ter visto aqui e não aconteceu. Porto Alegre tem essa discussão toda do projeto da Orla do Guaíba e aquilo ali tem uma dificuldade muito grande de ir adiante porque a população tá lá dizendo não, o plano diretor não queria isso, o plano diretor dizia diferente. Tentaram fazer uma apropriação, uma valorização de área pública ali. E eles disseram não, isso aqui é área pública, então a população vai e diz isso não pode porque o plano não deixa. Muitas vezes, quase sempre foi assim, digamos as entidades, as organizações que são mais organizadas que são mais estruturadas há mais tempo, e tem já uma disputa sobre a cidade maior. Coisa que não acontece com a população e Pelotas. Não vejo nenhuma entidade popular que tenha essa disputa pela cidade. É rara a participação popular, é uma dificuldade de conseguir os usuários, que é aquela coisa de formação do COMPLAD: poder público, usuários do espaço, produtores do espaço. Hoje tu tens lá, usuários que na verdade são produtores. A participação dos usuários é muito difícil. Isso que eu queria ter conseguido

nessa questão toda do plano e que isso ficasse com mais igualdade. Não acho que seja ilegítima essa outra participação e é totalmente legítima. Cada um disputa do seu lado a cidade, agora eu acho que é sempre uma participação desparelha. Participa mais que tem mais interesse, muitas vezes econômico sobre a cidade e que tem mais organização por histórico até. Então acho que não chegou nesse equilíbrio. Eu acho que se matem o COMPLAD, eu sou uma defensora, até mesmo babaca do COMPLAD, porque o COMPLAD é um conselho que sempre se manteve ao longo dos anos, desde 1980, nunca de extingui, nunca deixou de existir. Ele teve uma versão anterior a 1980. Porque o primeiro plano diretor é de 1967 e ali já havia, logo em seguida criaram uma espécie de conselho que era uma espécie de precursor do plano diretor e depois formalizado no plano de 1980 e desde então ele nunca se extingui, ele nunca parou de funcionar. Muito interessante o histórico do plano. Às vezes funcionava com duas ou três pessoas, mas sempre funcionou. Depois se reestruturou, não foi mais aquela composição lá inicial, que tinha um representante disso ou daquilo. Agora ele tem essa formação que é tentando abranger todos os setores da sociedade: poder público, usuários e produtores. Então eu defendo, eu acho que ele tem que continuar porque ainda é o espaço, o único que ainda se discute a cidade, não vejo outra que discuta cidade. Mas ali dentro, acho que a coisa está desparelha nessa representação (Arquiteta da Prefeitura Municipal de Pelotas).

Na última parte desse diálogo, que tem por objetivo pensar sobre os processos oficiais e legais que acabaram produzindo uma cidade negada, pelo menos, para muitos habitantes que não puderam estar de fato representados nos documentos e nos discursos oficiais. Por outro lado, deve-se de reconhecer a frustração por parte de técnicos agentes do estado, colegas, que assim como eu, militaram por uma cidade mais justa e humana. Que não mediram esforços para propiciar espaços democráticos de participação, que mesmo em contextos históricos e políticos adversos, ainda mantiveram vivo o horizonte de uma cidade democrática. No entanto, cabe nesse trabalho, analisar as questões que impediram que a participação popular de fato acontecesse para isso de buscou o trabalho de Carvalho (1992), que analisa justamente o processo de implantação da república no Brasil e suas implicações com relação à cidadania, em termos de direitos políticos e possibilidades de participação. Ao estudar a partir da experiência da cidade do Rio de Janeiro, o autor atenta que no início da república se desenvolveu vários conceitos de cidadania, que oscilava entre a negação da participação, participação autoritária e alienação. Mas o que se viu foi o que o autor chamou de “estadania”, onde a participação ocorre pelas vias governamentais, mediada por interesses. (CARVALHO, 1992).

A relação que as camadas populares estabeleciam com o Estado não era de negação, mas uma relação de “consumidores”, demandando serviços públicos ou limitando sua ação. Mas nunca com o objetivo de influenciar as formas de organização política, em termos de reivindicar espaços de participação. No entanto, não se pode pensar que o povo assistia de forma “bestializada” a implantação da república e a formação das cidades modernas, como afirma Carvalho (1992), mas sim de entender esse processo, caracterizado tanto pela indiferença frente aos modelos de participação propostos pela república, como pela participação que acontecia fora dos mecanismos legais e das instituições da república, nas festas religiosas e profanas, nas igrejas, nos bairros e nos cortiços. Para o autor, esse processo pode ser explicado, pelo fato do comportamento das camadas populares, não de adaptar aos modelos reformistas, tanto da elite como classe operária, porque ambas nutriam uma perspectiva moderna republicana com relação à participação “ideia de cidadão ativo, consciente de seus direitos e deveres, capaz de organizar-se em defesa de seus interesses, seja pelo reformismo parlamentar, seja pelo radicalismo da ação econômica” Carvalho (1992). Pensando em termos de cidade, considerando a relação entre república, cidade e cidadania de acordo com Carvalho (1992) ela é a condição para compreender esse processo ambíguo de participação em termos de cidadania. Considerando que a cidade republicana enquanto um instrumento de colonização, “neutraliza politicamente a cidade”, impossibilitando as formas de mobilização e de expressão mais autênticas. Nesses termos, o autor atenta para que a cidade redefina a república, a partir da redefinição dos modelos de participação, no sentido de produzir um cidadão mais próximo do cidadão. Carvalho (1992).

Essas questões são bastante atuais, pensando a cidade e os espaços de participação. E ratifica a ideia do texto de que não houve total ruptura com a perspectiva moderna de pensar e de fazer cidade, mas uma atualização através das técnicas, instrumentos e das narrativas sobre o espaço urbano. Nesse sentido segue o trabalho de Burnett (2009) ao analisar a institucionalização das múltiplas formas de mobilização e participação na cidade, através dos Planos Diretores, considerados principais instrumentos da política pública urbana. De acordo com Burnett (2009), a criação do Ministério das Cidades e do Estatuto das cidades, e um governo mais próximo

das demandas populares, causou uma euforia por parte dos movimentos sociais e dos técnicos que militavam a favor de uma retomada dos ideários da reforma urbana, mas isso não ocorreu. O governo optou por políticas urbanas de base reformistas, como mais uma forma de negação da cidade ilegal. E a participação que era uma questão central da reforma urbana, acabou por ser tratada de forma institucionalizada.

Para Burnett (2009), os espaços das conferências e os conselhos de participação popular, quando foram criados a partir do Ministério das Cidades, tinham potencialidades para legitimar as demandas populares. No entanto, optou-se pela lógica dos planos anteriores de buscar consensos entre o Estado e a sociedade civil, em torno “do bem comum”, através do pacto social e a “construção de uma moderna democracia, fundamentada na igualdade e na fraternidade, mas que deve respeitar os cânones da justiça e de ordenamento jurídico urgente no sistema brasileiro”. (Burnett, 2009, p.495). O que houve foi uma disputa em torno do sentido de democracia e cidadania, que passa a ser mediada pelo planejamento urbano. O estado ao invés de priorizar as diferentes lutas de bases populares e, atender as demandas imediatas de acordo com os princípios da reforma urbana, optou pela “racionalidade das lutas estatais”. Burnett (2009, p.496). O que se viu foi a captura dos movimentos de mobilização popular pelas estruturas institucionais, mediados por procedimentos técnicos, como podemos citar, os Planos Diretores.

A política urbana ao não priorizar a organização nacional de bases populares, perdeu a oportunidade de retomar o eixo das demandas imediatas, reduzindo a mobilização social à racionalidade das estruturas estatais, em torno de procedimentos técnicos do urbanismo. Bem como, pela posição privilegiada dos técnicos, que foram colocados como interlocutores do poder estatal (BURNETT, 2009). “A ocupação dos espaços institucionais, a conquista dos direitos jurídicos e a capacidade técnica dos quadros da administração pública passam a se o eixo principal das lutas políticas” Burnett (2009, p. 492). Nesses termos, podemos concluir que os dilemas da participação passam fundamentalmente pela opção de institucionalização das mobilizações populares. Outra questão colocada por Burnett (2009), com relação ao enfraquecimento das lutas sociais, passa pela crítica aos chamados “novos movimentos

sociais”, o autor argumenta que nessas organizações, há uma perda da dimensão de organicidade da luta de classes.

Essa preocupação é compreensível considerando a ofensiva neoliberal nos anos 90 e o enfraquecimento dos espaços tradicionais e consolidados da luta popular. Goldman (2007) esclarece que os “novos movimentos sociais”, são múltiplas formas de opressão que não podem ser identificadas apenas pela sua dimensão econômica e “literalmente política” (Goldman, 2007, p. 9). São manifestações que operam fora do Estado e que questionam a perspectiva de direito universal e a questão da igualdade, inserindo reivindicações específicas que não podem ser universalizadas.

Mas se por um lado, há preocupação do enxugamento Estado e a desarticulação das lutas sociais pelo enfraquecimento da dimensão de classe social, por outro, é importante reconhecer as diferentes expressões que escapam das formas institucionalizadas de luta e operam uma multiplicidade de fenômenos urbanos que tencionam os modelos dominantes de cidade. Nesses termos o trabalho de Goldman (2007) é importante para analisar as manifestações e expressões de ordem simbólica que foram tratadas como questões de segunda ordem, pela tradição sociológica de pensar as resistências sob o domínio econômico e político, em termos de uma ação política mediada exclusivamente pelo Estado. Goldman trata “os novos movimentos sociais” como “movimentos culturais”, pelo reconhecimento das expressões singulares e dos processos micropolíticos que reivindicam o direito a diferença. E de as explicações sobre esses processos não se pode recorrer a categorias familiares, pensando em termos de cultura, a questão da identidade. Considerando que essas categorias foram “introduzidas visando superar algumas deficiências das conceptualizações mais clássicas” Goldman (2007, p. 11). Mas não se trata de limitar a dimensão cultural a nível local, desconsiderando as dimensões mais gerais e universais, mas de articular os “elementos muito concretos e muito vividos que só o trabalho de campo pode aprender” Goldman (2007, p.15). O autor atenta para o fato dos movimentos sociais e culturais muitas vezes se detém a compreender as noções de cultura e política, o que ele propõe esteja atento para o “movimento dos movimentos”, para a linha de fuga, dos processos que escapam das situações majoritárias e das identidades. Se pensarmos em termos desse movimento minoritário e micropolítico na

relação com o Estado, Goldman aponta para a contribuição da antropologia, que deve reconhecer as classificações cotidianas e os modos operantes de enfrentamento das formas enrijecidas das instituições estatais, o que denomina como “contextualização e relativização”. (GOLDMAN, 2007).

Essa ausência de contextualização e relativização, talvez explique o fato das pessoas não se apropriarem do plano diretor, não defender o plano, e por este, não se materializar na sua vida cotidiana. Burnett (2009) afirma que o “plano não tem nada a dizer”. Para o autor o plano foi construído com bases elitistas e tecnocráticas, atendendo a interesse de classe, porque seus paradigmas de pensar a cidade visam atender a modelos estéticos, econômicos e simbólicos da classe média. Ademais, o Plano Diretor, através dos seus instrumentos de tradição racionalista, pensa a cidade em termos de futuro. Mas as necessidades dos grupos são imediatas, porque operam no aqui e no agora, por tratar-se de demandas específicas mediadas pela vida cotidiana.

O final do capítulo ratifica a questão central deste estudo - produzir um tensionamento entre a cidade legal e a cidade ilegal, pensando em termos de um trabalho antropológico junto à políticas públicas. Para elucidar essa questão, se buscou a contribuição de Souza (1998) que atenta para a necessidade da realização de uma crítica sobre ao capitalismo, não apenas pelo seu aspecto econômico, mas também pela imposição de um modelo civilizatório, a partir dos domínios de produção de subjetividade, do imaginário, do espaço e das relações de poder. Esse movimento implica sobre tudo, compreender os modos de habitar dos grupos que vivem as margens da cidade oficial. Na mesma linha, segue a contribuição de Maricato (2000) que aponta para a importância de buscar espaços não convencionais de resistência e, estar atento para as experiências cotidianas que possibilitam melhor compreensão sobre os processos sociais urbanos.

4. A cidade rascunho: cotidiano dos modos de habitar

Para dar início ao capítulo, fazem-se necessários alguns esclarecimentos com relação ao estilo da escrita etnográfica. A aparente fragmentação do texto é em decorrência dos elementos que perpassam a dinâmica de habitar a ocupação. A clivagem de gênero é importante para construir referências de ação entre os moradores relação das mulheres com o espaço doméstico e o trabalho e, dos homens com o trabalho e a rua, uma vez que estas questões estão vinculadas a organização do parentesco. O ponto de vista informado nesse trabalho é feminino, mas fez-se necessário dar destaque a agência masculina, ainda que através das mulheres.

4.1. Tessitura do cotidiano – parte I: fragmentos de histórias sobre a origem da ocupação

As histórias narradas sobre a origem da ocupação são atravessadas por ambiguidades e contradições. Contam alguns que ocupação iniciou por um movimento organizado por moradores do bairro Santa Terezinha, através da mobilização de amigos, vizinhos, conhecidos, ou seja, pessoas oriundas do próprio bairro, que na ocasião não dispunham de moradia própria. Quase que a totalidade dos ocupantes, residia em casas emprestadas, alugadas e cedidas. O movimento de organização da ocupação teve a participação de vereador da cidade. Essa história é narrada da seguinte forma: A ocupação começou pela iniciativa de Paulo, morador que se identificava com trabalhos comunitários, participava da diretoria do clube Terezinha Futebol Clube e ocupava um cargo na Prefeitura Municipal de Pelotas, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Dizem que ele almejava ser vereador, mas certo, que era conhecido no bairro e na época tinha alguma influência junto ao governo municipal. Parece que os moradores haviam escutado que o prefeito da época tinha intenções de lotear aquela área. A fim de garantir seus lotes, mobilizaram-se para

a ocupação. Paulo junto com Léo organizaram reuniões com a presença de um vereador muito conhecido nas zonas periféricas da cidade. Léo também era morador do bairro Santa Terezinha, e como dizem por lá, tinha problemas com a polícia, em função da venda de drogas. Contam também, que ele tinha muitos “crimes nas costas”. As reuniões aconteciam em sua casa, localizada próximo a entrada da ocupação. Em conversa com Paulo, ele narrou um pouco dessa passagem. Disse-me que a ocupação tem dezoito anos e que o movimento de ocupação foi organizado por ele, através de reuniões que aconteciam na casa do Léo. Sua intenção era ajudar o pessoal que não tinha casa própria. Conta que o terreno onde era uma área de banhado e de muita vegetação. Os ocupantes tiveram que cortar as árvores para instalar as moradias, ele ajudou nesse processo, inclusive na definição e medição dos lotes.

Como parte do terreno da ocupação pertencia a uma instituição religiosa, Paulo assumiu as negociações para a cedência da área, representando os moradores em reuniões com o advogado da instituição. Paulo acredita que a Igreja abriu mão da área porque sabia que o terreno não era adequado para moradia, haja vista, se tratar de uma área de preservação ambiental permanente (APP) muito difícil conseguir autorização para a realização de um projeto de edificação. Ele diz estar arrependido de ter incentivado a ocupação, porque o lugar se transformou numa “sujeira”, em função do tráfico de drogas. Narra que os primeiros moradores já foram embora, retornando para outros lugares do bairro, “hoje só ficou quem não presta”, com exceções de algumas famílias “de bem”. Referindo-se aos moradores que ganham a vida no varejo da droga. Paulo já conhecia Léo, antes do movimento de ocupação, pois a família de Léo mora há muitos anos no bairro. Quanto às histórias de Léo sobre sua vinculação com o tráfico, afirma que não interferem nas relações que cultivam enquanto vizinhos. Paulo disse-me que Léo é um bom morador. Não havia desentendimentos entre eles, até meses atrás, quando acabaram brigando em função de “abusos” cometidos por Léo, onde regras de convivência que foram quebradas. Certos habitantes afirmam ter adquirido seus lotes através de negociações, empréstimos e doações feitas por Léo. Paulo fala que Léo adquiriu lotes, pela apropriação dos terrenos que eram desocupados pelos primeiros moradores. Esses terrenos posteriormente eram negociados ou emprestados a novos interessados. Escutei histórias que Paulo havia prometido

conseguir material para aterrar os lotes, recolheu dinheiro dos moradores para dar início a uma cooperativa habitacional e até hoje nada foi feito, tampouco a devolução do dinheiro. Durante o processo de ocupação os moradores se ajudavam de forma mutua, tanto para conseguir os materiais, como para a construção das casas. Inicialmente moravam em lonas e barracas, depois foram conseguindo madeiras, latas, sobras de alvenaria. Fizeram mutirão em busca de água, cavaram um buraco próximo a uma avenida de grande circulação do bairro, com objetivo de encontrar uma rede de abastecimento. Mas foi uma escola do bairro que forneceu a água aos moradores, que cotidianamente buscavam de balde para atender suas necessidades básicas. A ocupação localiza-se aos fundos de um prédio onde está instalado um serviço público. Os fundos desse prédio era um dos caminhos de acesso. A instituição pública solicitou que os moradores construíssem um muro separando a ocupação do prédio e fornecendo material de construção para que os moradores realizassem o serviço.

Uma característica sobre a constituição da ocupação é referente ao processo de migração interna, haja vista, que os ocupantes eram moradores do bairro Santa Terezinha e já mantinham relações de vizinhança, amizade, parentesco e compadrio. Nesses termos pode-se dizer que as redes de sociabilidade são fundantes do território. Algumas dessas relações penduram por muitos anos. Lucia e Carmem, ambas têm em média 50 anos. Narram a infância no bairro, lembrando-se das brincadeiras no “mato”, área que atualmente está instalada a ocupação. A brincadeira preferida era esperar o trem passar, correr na sua direção e pendurar-se nos vagões. Penduradas na parte traseira do trem andavam até um bom pedaço dos trilhos. Dizem ainda lembrar-se do barulho do trem que passava onde hoje, funciona a casa o pequeno comércio da Cleusa. Ainda é possível ver os vestígios dos trilhos e as ruínas da casa de máquinas onde ficavam as turmas, formada por homens que trabalham na manutenção da linha férrea. Lembram-se também da localizam das árvores, da variedade de pássaros e flores. Carmem tem recordações da mãe de Lucia, a Dona Ivone, uma das moradoras mais antigas da ocupação. Lembra-se dela cozinhando em latas, que serviam de panelas. Recorda sabor do feijão de Dona Ivone, que segundo ela, era o melhor do bairro. Essas relações também foram observadas, nas histórias de vida de outros

moradores. Sobre relações de amizade, cumplicidade, bem como relações de disputas e conflitos.

As lembranças que envolviam o Léo, também foram narradas por moradores, visto que Léo, assim como os antigos habitantes, já pertencia ao bairro. Essas lembranças são parte de uma memória coletiva que atualizam o passado no presente, reinventam o espaço, através das redes de sociabilidade, tornando a ocupação e o bairro em lugar familiar.

A ocupação foi consolidando-se ao longo do tempo. O projeto de transformação da ocupação em loteamento esvaziou-se, ao menos em termos formais. Paulo encontra-se aposentado, não conseguiu se eleger vereador, mas continua na diretoria do Terezinha Futebol Clube, que hoje é um espaço administrado por um vereador do bairro. O Terezinha Futebol Clube continua vencendo campeonatos, atualmente é o campeão citadino e ainda mobiliza a comunidade através do futebol. O espaço é utilizado para festas locais como: bingos, almoços, aniversários e casamentos. Os moradores do sub- bairro Santa Terezinha, contam que antigamente frequentavam as festas promovidas pelo clube, mas que hoje não dispõe de dinheiro para custear a entrada, além de atritos políticos com a diretoria. Alguns moradores acusam o vereador do bairro de não promover ações com vistas à melhoria da infraestrutura da ocupação, especialmente as ligações de luz. Frequentam o clube, apenas em ações específicas como o projeto de reforço escolar direcionado as crianças e nas festas promovidas pelas instituições governamentais e pelas instituições religiosas.

Na última conversa que tive com Paulo, ele expressa o desejo que o poder público municipal desapropriar a área e venda para algum empreendedor imobiliário. Quanto às famílias que residem na área, sugere que sejam encaminhadas aos programas habitacionais destinados aos grupos de baixa renda. Seria a forma de “limpar” a área e destinar as famílias de “bem” uma moradia digna. Mas não sei se é exatamente isso que ele pensa, acho que parte da sua fala tem haver com o fato de eu ser funcionária da prefeitura, uma agente do Estado. Talvez ele tenha feito um discurso que estivesse mais próximo aos interesses do estado, como forma de especular os projetos da prefeitura para o loteamento. Mesmo eu explicando a ele, minha condição de pesquisadora, acredito que o fato de ser assistente social da prefeitura tenha

prevalecido em nossas conversas. As relações entre o bairro e a ocupação, entre os habitantes de “bem” e os traficantes, os de “dentro” e os de “fora”, são muito mais complexas do que se supõe.

O Léo continua morando próximo à entrada do loteamento e mantém seu “negócio”. Os moradores podem sempre contar com ele, nos empréstimo de dinheiro e dos lotes. Todos falam muito bem dele e alguns frequentam sua casa. Certa vez, perguntei a uma interlocutora se havia conflito entre ele e outros moradores em função do varejo da droga. Ela me respondeu que o Léo não pertence à ocupação, porque ele mora do outro lado da rua, mas também não me deu maiores explicações. Há muitas coisas que não podem ser perguntadas. Observei que há muitas fronteiras nessas relações, no sentido da interação e não de separação, no entanto essas fronteiras são estabelecidas pelos movimentos de aproximação e distanciamento, estabelecendo hierarquias, regras e sentidos nas formas de ocupação do espaço e nos modos de habitar.

O interessante é analisar as relações micropolíticas que deram origem à ocupação, bem como, as fronteiras estabelecidas entre o formal e o informal, lícito e o ilícito, o legal e o ilegal, na constituição de um território que se consolidou e se reinventa as margens do Estado. Considerando que esse processo foi organizado por uma liderança comunitária e agente do estado, um traficante e um vereador, entende-se que a história de constituição do território é um processo político complexo que mescla as atividades ilícitas e informais a outras clivagens como as relações interpessoais e as redes de sociabilidade que operam no nível da personalidade.

Reconhecer a personalidade como elemento constitutivo da dinâmica social, é fundamental na compreensão sobre as relações que os habitantes estabelecem com o Estado, através das políticas públicas. Tanto nas situações onde o Estado é demandado, quanto nas que ele deixa de assumir a centralidade nas formas de organização da vida social. Cabe esclarecer, que não situações dicotômicas, mas dialéticas.

O abandono das concepções dicotômicas, é importante para uma superação das visões estereotipadas sobre os processos de segregação socioespacial. Trata-se de

processos contraditórios em si, condição pelo qual o espaço se reinventa e se reproduz há quase vinte anos.

Os habitantes referem-se a ocupação como “vila”, “terreno” e seus habitantes são chamados de “invasores”. Quando os habitantes utilizam o nome “invasores”, aciona uma espécie de identidade local, que tanto pode reforçar os estereótipos produzidos pelos “de fora”, que tratam a ocupação como um lugar marginal, onde moram vagabundos, baderneiros, criminosos. Quanto uma forma de contestação por melhoria da infraestrutura e nas reivindicações pela regularização fundiária, como mostra Luana:

O que eu queria fazer nesse lugar era um projeto de urbanização onde pudesse conseguir com a prefeitura container de lixo, onde a gente pudesse fazer com as pessoas aqui da “vila”, um mutirão para limpar a “vila”. E outra coisa fazer um projeto para comprar material tipo cano para fazer saneamento, arrumar as valetas. Aqui virou a fossa do bairro inteiro. Quando chove a água vai toda para dentro da “vila”. O primeiro passo que tinha ser tomado era prefeitura olhar e lembrar que precisa botar gente para arrumar a “vila” e regularizar como fez em outro lugar mais novo que aqui. Eles entram, até mandam gente para cá, mas o papel da prefeitura mesmo, do Eduardo Leite, que é de arrumar aqui, nada. Primeiro foi o Fetter, depois o Marroni, depois Eduardo, sei lá mais quem, e nada, continua sempre do mesmo jeito. Eu já pensei em chamar a RBS e mostrar o que acontece aqui. Todo o mundo aqui no “sem terra”, se interessa em arrumar, todo mundo quer que coloque luz. Se alguém não quer, são viciado em droga que não moram aqui, porque os viciado de droga que moram aqui, ou algum traficante, também quer que arrume, eles também são como a gente quer morar bem, porque tem família, tem filho aqui (Luana).

A narrativa de Luana se coloca no sentido de construir um corpo coletivo para que as demandas do território pudessem ser reconhecidas pelo Estado. Distanciando-se da narrativa do José:

Aqui é como um terreno assim, de posseiro, como aqui atrás da faculdade, eles invadiram e tomaram conta, vão formando e vão deixando e não tem dono, aí a prefeitura vem com o tempo aí da à rescisão de posse para a pessoa. Só que aqui foi diferente, o colégio cedeu aqui, deu a papelada tudo para a prefeitura e a prefeitura nunca regularizou. Mas eu vou te dizer uma coisa! Bem sincera para ti! O problema aqui são as pessoas, tem muita gente boa, mas tem muita gente ruim. Por incrível que pareça nós temos água encanada, mas se tu olhar para todos o único que paga água é nós. Nós fomos umas quantas vez na prefeitura e na CEEE, o que a CEEE falou? Vocês são gente boa, mas como a CEEE vai notar tudo abaixo aqui e botar poste aqui dentro ali? porque a luz aqui é gato, aí bota poste aqui fica mais fácil de fazer “gato”. Tu pode calcular assim: aquele loteamento novo que saiu ali saiu primeiro esse aqui. Depois daí um tempo que surgiu esse ali, lá eles regularizaram bem direitinho, aqui atrás também. Mas que só que para mexer aqui tem que limpar, aqui mesmo, daqui para outros lugares. Aqui é considerado só bandido que mora aqui, a maioria é

tudo drogado. É uma rafuagem aqui dentro. O que acontece? Antes tinha pessoas direita aqui dentro e aí começou a vir umas pessoas e agora é isso aí. Nós mesmos, estamos para sair daqui, aqui não é lugar, porque onde a gente morava na época, pagava água e luz direitinhos e aqui também é um lugar perigoso porque de vez enquanto dá tiroteio aqui dentro (José).

Diferentemente do José, a narrativa de Luana não busca uma diferenciação entre “nós” e “eles”, os conflitos, antagonismos e contradições não aparecem na sua fala. Não porque eles não existam, mas porque Luana se utiliza de uma estratégia política para o reconhecimento das demandas frente ao Estado. Talvez Luana saiba que o Estado opera com categorias universalizantes e tem limites em lidar com as multivocalidades, com a diversidade e com as experiências informais e ilegais.

A narrativa do José também pode ser pensada como estratégia frente aos modelos classificatórios do Estado, no sentido de reforçar as dicotomias, separando os “bandidos”, dos homens de “bem”. Mas durante a conversa que tivemos, ele não se esquece do sobrinho morto por vingança, em função das relações com o tráfico de drogas. Não hesitou em lamentar as mortes prematuras dos meninos, dos conselhos dados a gurizada e da passagem de familiares pelas instituições prisionais. Todas essas situações lembradas por José fazem parte do seu cotidiano e constituí as múltiplas formas que se relaciona com o lugar. Nesse momento a distancia entre “eles” e “nós”, não se coloca de forma tão clara assim, não sendo mais possível pensar em termos dicotômicos, mas relacionais. Contextos e situações, por movimentos de aproximações e distanciamentos, porque “eles”, que aparecem na narrativa de José, em certos contextos, são parte do “nós”, caracterizado por fortes laços de parentesco. Nesses termos, essa separação aparece no discurso, mas não se confirma nas formas operantes da vida cotidiana. Os crimes e o tráfico de drogas estão presentes no cotidiano dos habitantes, em diferentes graus e são elementos de produção do espaço e das relações sociais. A fala de José também propicia uma reflexão sobre o tempo, quando coloca um passado habitado por “nós” e um tempo presente habitado por “eles”, através de um tempo cortado que instaura o lugar. Mas à medida que “nós” e “eles” se conectam em função de situações, contextos, relações pessoais, o lugar abre-se para uma temporalidade, a partir de uma coexistência de tempos, onde o passado vai sendo a todo o momento atualizado e a ocupação torna-se um lugar familiar.

As narrativas de Luana e de José propiciaram reflexões importantes sobre os modos de habitar, dentre elas: Como se estabelece a fronteira ente nós e os outros? Como se produz o lugar nessa relação? É possível pensar a ocupação em uma perspectiva de comunidade? Se por um lado a narrativa de Luana, atenta para as armadilhas de um essencialismo presente no conceito de comunidade, que nega as tensões, conflitos, contradições e antagonismo nos modos de habitar, por outro, aponta para as múltiplas táticas que os grupos utilizam-se frente aos aparatos do Estado. A narrativa de José, atenta para os riscos das análises dicotômicas, mas mostra uma gama de situações, possibilidades, acerca dos modos de habitar que é uma realidade plural e contraditória em si mesma.

4.2. Tessituras do cotidiano – parte II: mobilidade e permanência

Os dados etnográficos mostraram que durante o período de ocupação não houve aumento da área de extensão, isso se deve pelas características geográficas. O que não significa que o território encontra-se estagnado, o que ocorre foi uma mudança a partir de um movimento dinâmico e circunstancial. São fluxos que estabeleceram uma rede complexa de conexões constituindo o território. O conceito de fluxos é utilizado nesse estudo, para pensar a dinâmica econômica, social, política e cultural na produção do lugar e das suas fronteiras. Mais quais os elementos que estabelecem esses fluxos?

A saída dos habitantes do loteamento é definitiva, mas sim provisória e ocorre pelas seguintes situações: quando as mulheres vão morar na casa das patroas para atender as demandas de trabalho; nas situações que os homens vão trabalhar em obras fora da cidade, nas fugas da polícia pela necessidade de “sair um pouco da área”, ao contrário, a vinda de algum morador foragido da polícia na busca de proteção e de esconderijo; nos casos de violência doméstica, onde as mulheres provisoriamente buscam outros locais para moradia, acionado redes de parentesco e /ou da vizinhança; nas situações onde os adolescentes buscam dar “um tempo da vila”, na tentativa de controlar a dependência pelo uso abusivo de Crack, e nas temporadas passadas nas intuições do Estado, sejam elas instituições de saúde, instituições para cumprimento de medidas de proteção voltada para de crianças e adolescentes e nas instituições prisionais.

Esse deslocamento apresenta características específicas: as trocas acontecem dentro de um círculo de amizades, de parentela e nos grupos envolvidos com o tráfico, tanto assim, que há dezoito anos o loteamento é ocupado por pessoas que circulam entre os mesmos grupos, que não são esferas separadas, mas redes onde os elementos da parentela e do tráfico se conectam e se misturam. Quando há circulação dos habitantes, as casas são negociadas, vendidas ou emprestadas e essa transação obedece a regras, relações de poder e hierarquia. Mas se as regras não foram cumpridas, instauram-se conflitos de disputas pelo território. Houve uma situação, onde a prisão de um traficante serviu como dispositivo para instaurar um processo de desterritorialização. Moradores saíram do loteamento, outros entraram, alterando o cotidiano dos habitantes e os modos de habitar.

Outro elemento para pensar essa mobilidade é com relação aos objetos que circulam nessas redes de produção do espaço e de relações sociais. A circulação desses objetos visa atender à necessidade do “aqui e agora”. O imediatismo é uma característica dos modos de habitar a ocupação e está relacionado às estratégias de sobrevivência e de reprodução da vida social. Os objetos que entram em circulação são: casas, móveis, roupas, eletrodomésticos, material de construção, madeira, comida, animais, carroça, peças de desmanche, drogas, que são negociados entre os moradores e compõem a materialidade dos modos de habitar. A circulação desses objetos produz redes, conexões e sentidos, que permite pensar uma cidade em processo. Um morador narra o roubo de uma égua que servia para os “bicos” no trabalho de frete. O animal teria sido roubado por vizinhos ou familiares, usuários de drogas e negociado com traficantes. João detalha o percurso que fez em diferentes bairros da cidade seguindo o trajeto feito pela égua. Esse movimento de seguir o objeto estabelece várias redes de negociações, amistosidade, e conflitos. João percorreu vários bairros da cidade e conheceu diferentes “bocas de fumo” e os “patrões” do tráfico. Narra as rotas e rastros deixados pela égua e as relações que iam sendo tecidas nesse percurso. Seguir a égua, através da narrativa de João, me fez compreender um pouco de como o tráfico opera nas formas de produção da cidade. Depois que a égua foi roubada, João tentou o suicídio. Há diferentes narrativas acerca desse acontecimento. Alguns moradores dizem que ele estava devendo para

traficantes, outros, que ele havia sido ameaçado ao tentar resgatar a égua, também há narrativas de que ele estava desiludido com a vida, que havia “enlouquecido”. Ele mesmo tem várias versões sobre o ocorrido, mas o importante é que o João está se recuperando e como ele mesmo diz: “as coisas estão se ajeitando”. A égua voltou para casa, foi abandonada bem próxima a casa de João, para que os vizinhos a reconhecesse e a levasse de volta. Perguntei para João porque os traficantes haviam devolvido sua égua. Ele me respondeu: por consideração, eu sou muito considerado, eles me devolveram no momento que eu mais precisava dela, porque não posso trabalhar. João quebrou os dois braços e as duas pernas, na tentativa de suicídio, ao se atirar de um prédio próximo de casa, quando fazia serviços de pedreiro. Para João, nesse momento, pouco importa quem roubou égua, o que está em jogo é o restabelecimento das relações sociais que foram rompidas com o roubo do animal e a ressignificação da sua vida, que implica diretamente nas formas como João se relaciona, percebe e produz o espaço.

Os deslocamentos são processos de territorialização e desterritorialização, atravessados pelos aspectos da legalidade e ilegalidade, lícito e ilícito, moral e imoral, são modos específicos de ocupar o espaço. Esses modos definem de maneira muito particular a forma como os habitantes se relacionam com possíveis intervenções do estado através das políticas públicas. Se por um lado há uma reivindicação por políticas de reconhecimento da área, para implantação de serviços públicos, por outro, há uma resistência quanto à forma do Estado lidar com essa mobilidade. Para o Estado o território é um espaço definido, fixado, ordenado, enquadrado, geograficamente distribuído por critérios demográficos e pela tipologia urbana. Um espaço definido pela homogeneidade encerrado em si mesmo. Território administrativo de exercício do controle social.

Os processos de mobilidade devem ser pensados em relação aos processos de permanência que acontecem com a mesma intensidade de que os deslocamentos. Se por um lado, muitos moradores saem da ocupação, por outro, eles retornam com a mesma frequência. Durante um tempo, residem em outros bairros da cidade, mas acabam por retornar à ocupação. Alguns tiveram experiências de serem beneficiados pelos programas habitacionais, como a situação de Luiza, uma das primeiras

moradoras da ocupação, que estava morando em um apartamento fornecido pelo programa habitacional Minha Casa Minha vida. Mas passa longas temporadas na casa da mãe que reside no loteamento. Durante esses dezoito anos, desde o início da ocupação, morou em muitos lugares, mas acaba sempre voltando. Quase a totalidade dos moradores diz não querer sair da ocupação, ainda que muitas narrativas apontem para compreensão do processo de que a permanência está diretamente relacionada às estratégias de sobrevivência, como o caso de Neli. Uma mulher de sete filhos, que não possui renda e recebe recursos financeiros dos programas de transferência de renda do governo federal. Neli garante sua sobrevivência através de uma rede de ajuda que envolve tanto os moradores loteamento como os moradores do bairro. Desistiu de se inscrever nos programas habitacionais, afirma não saber sobreviver em outro lugar. Mas essas situações não podem ser reduzidas aos aspectos econômicos, a garantia das necessidades básicas. Esse argumento não se sustenta porque os moradores já desenvolveram estratégias de sobrevivência em outros lugares da cidade, em função das situações que os levaram a se afastar provisoriamente da ocupação como: fugas, brigas e rompimentos de relações pessoais e familiares. Observei que os movimentos de permanência estão diretamente relacionados às redes de parentesco, vizinhança e compadrio. As redes de parentescos são extensas, se ampliam nas situações de casamento e nascimento. Em certos momentos, olhando de perto, parece que todos habitantes do loteamento, apresentam algum grau de parentesco.

Essa relação de mobilidade e permanência também pode ser observada circulação de moradores provisórios, trata-se dos usuários de Crack, que permanecem por dias, semanas na ocupação durante o uso prolongado da droga. Esses usuários, em maioria, são residentes do bairro, frequentam as casas de moradores, que são conhecidas como “lugares de uso”. O movimento de permanência desses habitantes na ocupação não pode ser reduzido ao uso da droga em si, mas pela rede de relações que são tecidas nesse percurso. Trata-se de trocas, envolvendo relações de amizade, afeto, cuidado.

Outra forma de retratar a mobilidade e permanência na ocupação é através da relação entre os modos de habitar e o nomadismo urbano, pela história de vida de Leco que mora na rua e na ocupação, o vejo com muita frequência no loteamento, tanto

assim, que Leco é um dos poucos homens interlocutores da pesquisa. Ele nasceu e foi criado no bairro Santa Terezinha, mudou-se para a ocupação junto com sua mãe que foi uma das primeiras moradoras da ocupação. Mas logo cedo, abandonou a casa e foi morar na rua. Uma época andou muito doente, e os moradores da ocupação montaram uma casa para ele. Lucia conta, que a casa era bem equipada. Tinha geladeira, televisão e vários móveis. Leco permaneceu na casa por alguns dias, mas logo voltou para rua. Ele fala que não se acostuma morar em um lugar fechado. Sua mãe faleceu alguns anos, na casa que pertencia a ela, mora a irmã de Leco com seus dois filhos. Ele sempre vai visitar a irmã e os sobrinhos, mas quando passa a noite na ocupação, dorme na casa do amigo Duca, considerada como “lugares de uso”. Mesmo Leco não tendo residência fixa na ocupação, ele estabelece um relação de habitar com o espaço, pelas relações de amizade, de afeto e pela memória que ele aciona da família, especialmente da mãe, que torna a ocupação um lugar familiar. Seria o esse lugar, uma das muitas casas do Leco? Para melhor elucidar essa historia segue um trecho do diário de campo:

Frequentemente Leco dorme em um posto de gasolina na Av. Dom Joaquim e quando chove muito vai para um galpão velho em uma oficina na Guabiroba. Ganha alguma grana catando materiais que vende para Cleusa que, na maioria das vezes, dá apenas para trocar por cachaça. Cleusa conhece Leco desde pequeno, pois tem a mãe de Leco (D. Maria) como sua. As duas se conheceram quando moravam nos Trilhos Velhos, D. Maria ajudou Cleusa a cuidar dos seus filhos. Depois D. Maria foi morar na ocupação, é falecida há uns 05 anos, a casa que morava esta sendo habitada por uma filha, irmã de Tetê, próxima da casa de Cleusa. Tetê carrega no seu corpo as marcas da pobreza, poucos dentes, machucados, roupas rasgadas e muito cansaço, que Tetê afirma estar relacionado a uma tuberculose não curada e que em dias de frio e chuva os sintomas pioram, além de uma enorme cicatriz que vai de uma ponta a outra do seu abdômen (ele levantou a camisa e me mostrou) que ele diz ter sido um “acidente”, em tom de riso. “sabe como é amiga, acidentes acontecem”... Mas nada, nada mesmo, que não se torne tão pequeno diante do sorriso largo e da voz festiva de Leco, da mesma forma as brigas que ele trava com quem “mexe” com ele, quando lhe chamam de doido. Das brigas com o sobrinho - uma delas eu pude presenciar - Leco puxou uma faca e ameaçou furar a barriga do sobrinho, filho de sua irmã que mora perto da casa de Cleusa. Leco estava furioso, acusou o garoto de ter roubado da mãe. Gritava que o garoto era ladrão era vagabundo, quem rouba da mãe, rouba de qualquer um. Exclamava que nunca roubou na vida, que pede, porque pedir não faz mal, mas roubar não, gritando várias vezes que não era ladrão. Nesse momento Leco chorou! Dizendo sentir muita falta de sua mãe, “depois que a mãe da gente morre, a gente fica sozinho no mundo” Me deu nó na garganta... Qual seria o sistema moral de Leco? Como será o seu itinerário pela cidade? Como são as memórias de sua mãe, da sua infância nos Trilhos Velhos, como ele resinifica

essas memórias na ocupação? Como essas memórias misturadas com as vivências da rua, esses “entre lugares” compõem as territorialidades que desenham a paisagem da ocupação? (FONSECA, diário de campo 2014).

O movimento de permanência pode ser pensado na relação entre territorialidade de doença mental. Maria, diz não querer ir embora da ocupação porque tem um filho com esquizofrenia. Fala que ele anda pela rua, falando sozinho, às vezes, entra na casa dos vizinhos pensando que ser a sua. Acredita que se morassem em outro lugar, as pessoas poderiam não compreender e até vir a machucá-lo. Maria teve a oportunidade de ir morar no condomínio Eldorado, através dos programas habitacionais do governo, mas não aceitou. Teme morar em apartamento, por conta das crises do filho, e os problemas que esse fato poder gerar na relação com os vizinhos. Na ocupação as pessoas já estão acostumadas com ele, inclusive ajudam a cuidá-lo, nos momentos de crise. Situação parecida ocorre com Leda, que mora a cerca de oito anos no loteamento. Leda já morou em vários lugares, foi parar na ocupação por conta do marido, que já era morador antigo do bairro. Narra às inúmeras internações no hospital psiquiátrico, e sobre as tentativas de suicídio. Fala que não consegue imaginar sua vida fora da ocupação, porque se sente protegida e rodeada de amigos. Relata que a “vila,” é um lugar bom de viver, porque se sente respeitada pelas pessoas, além do carinho que recebe da gurizada, que trata como se fosse seus filhos. Mas sofre muito quando a polícia bate neles. Quando isso acontece, vai para casa e coloca uma música bem alta para não escutar os gritos dos meninos. Conta, de forma muito dolorosa, situação onde policiais aplicaram choques em um garoto, lembrou-se dos choques que recebeu durante as internações psiquiátricas.

4.3. Tessituras do cotidiano – parte III: trabalho e as “dobras do legal e do ilegal”

O trabalho é um elemento que pode ser analisado nessa relação entre o legal e o ilegal, formal e informal, haja vista, que as atividades desenvolvidas pelos habitantes, combinam essas diferentes dimensões, que não são dicotômicas, mas em si contraditórias. Os homens trabalham com atividades de carga e descarga, atividade de “chapa”, especialmente para as empresas de cimento e gesso. Maioria deles já tem contato com essas empresas, que quando necessitam, solicitam seus serviços. Alguns

homens, não estabelecem contatos prévios e diariamente dirigem-se a BR 116 ou a 471. Colocam-se a disposição dos caminhoneiros que transitam pela faixa. É o caso do Paulo, companheiro de uma das interlocutoras. Ele diz que prefere trabalhar desta forma, porque garante o serviço diário. Mas conta das dificuldades desse trabalho, especialmente nos dias de chuva e frio, além de brigas com outros chapas pelo espaço. Fala sobre as disputas entre os chapas pelos caminhões. Nesse trabalho de chapa, os homens mais velhos indicam os mais novos que acabam entrando no ramo.

Os homens mais novos também são recrutados por moradores do bairro, ou por indicação desses, para trabalharem nas áreas rurais, especialmente nas lavouras de arroz, em granjas no município de Jaguarão e Santa Vitória do Palmar, nas fronteiras Brasil, Uruguai e Chuí. O trabalho acontece de forma precária e ilegal. Em conversa com um menino de dezesseis anos, ele narra uma experiência de trabalho no Uruguai, onde ele e mais dois, foram trabalhar em uma granja de arroz realizando a tarefa de colocar veneno na plantação. Conta que trabalhava dentro da água, sem nenhum de equipamento de proteção e o dinheiro que recebia só dava para comprar comida. Esses meninos mesclam atividade de trabalho aparentemente “lícitas”, com as atividades ilegais e criminosas como a venda de pequenos furtos e o varejo da droga.

As mulheres trabalham em casas de família e como faxineiras. A maioria delas tem uma boa reputação no bairro, são reconhecidas pela confiabilidade, seriedade e honestidade e por serem “trabalhadeiras”. As “patroas” deixam sobre seus cuidados, objetos valiosos da casa, como jóias e dinheiro. Trabalham há muitos anos nas mesmas casas. Também são respeitadas nos comércios locais por serem corretas nos pagamentos, cumprindo os prazos combinados. A maioria das mulheres não trabalha diretamente com atividades ilícitas, mas servem de apoio aos filhos, da seguinte forma: guardam em suas casas objetos roubados, armas, drogas e dinheiro das negociações comerciais. O envolvimento indireto nas atividades ilícitas e criminosas tem, na maioria dos casos, o objetivo de proteger e ajudar os filhos. Em conversa com as interlocutoras, elas contam que foram criadas trabalhando em casas de família, e nunca roubaram nada de ninguém e que tiveram uma educação muito rigorosa, com princípios e valores diferentes dos atuais. Mas acredita que essa geração age dessa forma, porque não quer trabalhar “passar trabalho”, prefere “ganhar a vida fácil”. Mas durante as

conversas elas mencionam que mesmo não concordando com as atitudes dos filhos, em certa medida, compreende tais atitudes. Isso aparecesse na narrativa quando relatam as humilhações que sofreram nas casas onde trabalharam. Da exploração em função das extensivas jornadas de trabalho, dos baixos salários e do assédio sexual promovido pelos patrões. Nesses termos, o trabalho como atividade lícita e como um elemento ordenador da vida social, na produção de valores ligados a honestidade, perde espaço para o crime, que acaba assumindo a dimensão de trabalho. O crime é possibilidade de recuperar o respeito, a honra, sair da condição de pobreza e acessar os bens de consumo.

Se pensarmos o crime como elemento de constituição das territorialidades, observa-se que se por um lado, ele é temido e deve ser evitado, por outro ele é um elemento ordenador, que produz sentido de pertencimento, estabelece relações sociais, implica nas relações de poder e está relacionado ao respeito, honra e prestígio. Mas há diferentes sentidos e graus para se definir o crime, como segue: para alguns o tráfico não é considerado crime, mas o roubo sim, para outros o roubo é aceito como comportamento legítimo, mas matar alguém é considerado ilegal, imoral e criminoso. Nesses termos, percebe-se uma tensão nessa relação, se por lado é um desvio da norma, por outro ele estabelece suas próprias normas.

Jussara tem uma reciclagem, já participou de cursos de capacitação oferecidos pelo Serviço Social da Indústria e Comércio, voltados ao fomento do cooperativismo. Mas disse-me que não tem intenção de abrir uma cooperativa, legalizar-se e acessar recursos destinados a empreendimentos familiares. Prefere trabalhar na informalidade, porque assim pode mesclar seu trabalho de recicladora a outras atividades, como as vendas em um comércio informal na sua própria casa. Além do mais, teria que se adaptarem as regras e normas da prefeitura, vigilância sanitária e também poderia receber visitas frequentes de órgãos fiscalizadores. A casa de Jussara fica ao lado de um galpão que pertence a traficantes e está em constante negociação, em função das transações do varejo de drogas. Esse galpão serve tanto para atividades de comercialização, como ponto de encontro dos traficantes é um espaço bastante vigiado pela polícia. Cleusa disse-me estar acostumava com essa movimentação, pois foi criada no meio do tráfico, sua família esteve envolvida com o tráfico. Escutei falar que o

pai de Jussara era um traficante conhecido no bairro. Jussara afirma ter “jogo de cintura para lidar com os traficantes”, mantém bom relacionamento com ele, até mesmo, pequenos negócios como a venda de bebidas e cigarro.

Mano, companheiro Luana, trabalha com carteira assinada em uma empresa terceirizada, desenvolvendo atividades na função de serviços gerais. Ele não permanece mais de dois anos no emprego, só o tempo suficiente para receber o seguro desemprego. Quando se aproxima o prazo de dois anos, Mano começa a faltar o emprego até ser demitido. Com o dinheiro da indenização, ele e Luana, compram mercadorias dos comércios informais locais (camelôs) e revendem como se fossem originais. Luana sabe as “manhas” para fazer com que as roupas se passem por autênticas, como: detalhes no tecido, tipo de etiqueta entre outras. As roupas são vendidas nos pequenos comércios do bairro e de porta em porta para conhecidos e vizinhos.

Mano, não acredita que possa melhor de vida através do trabalho formal, tampouco como forma de ascensão social. Luana disse-me que ele não deseja envelhecer trabalhando em único lugar, porque mano não gosta de rotina, não gosta da monotonia do trabalho nas empresas. Além das questões relacionadas a precariedade das condições de trabalho e os baixos salários. Jessica narra o acidente de trabalho sofrido pelo companheiro. Mano era funcionário de uma empresa terceirizada, na prestação de serviços gerais, ele estava consertando um telhado, sofreu uma queda e por não estar com os equipamentos de proteção individual, machucou-se muito, focou afastando um tempo, quando retornou a empresa, lhe colocaram em outra função, mas com a diminuição de salário.

Existem outros pequenos comércios informais na ocupação, bem como, o desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho, que mesclam elementos formais e informais, lícito e ilícito.

4.4. Tessituras do cotidiano – parte IV: o flâneur caçador

“O cotidiano de inventa de mil maneiras de caça não autorizada” (Certeau)

De acordo com (ROCHA; ECKERT, 2013), Flâneur é um personagem baudelairano que caminha pela cidade sem destino fixo, ele concebe o movimento urbano como um contexto efêmero. Seu caminhar é desinteressado, mas não inocente, porque ele está atento a estrutura das relações sociais e as tensões presentes na cidade. A proposta é pensar o caminhar de grupos de jovens que habitam e circulam na ocupação, como uma espécie de flâneur caçador, retendo a ideia de Fonseca (2008), ao comparar os modos de vidas dos sub-proletários, a vida dos como caçadores e coletores, referindo-se aos agrupamentos de jovens que vivem em “bando”, fazendo “tramos” e de pequenos furtos e no caso da ocupação ainda no envolvimento com o tráfico de drogas.

As questões relacionadas ao furto, ao crime e ao tráfico de drogas, apareceram nas rodas de conversa que pude presenciar na esquina da casa da Jussara. Lugar onde os homens param beber, fumar e conversar sobre situações cotidianas, murmurando sobre suas façanhas para fugir dos “homens”, referindo-se a polícia. Sobre as encrencas que haviam se envolvido: como: brigas, dívidas e vinganças. Quase que a totalidade dos homens jovens já havia se envolvido em alguma atividade criminosa, e pelo uma vez na vida, havia passado pelas instituições prisionais. Os crimes mais frequentes envolvem pequenos furtos e o varejo da droga.

Na semana passada, quando estive aqui, em conversa com a Jussara na porta de sua casa, chegou Zeca para comprar cachaça. Jussara com um tom de brincadeira falou que sabia que ele não ia “puxar” muito tempo de cadeia dessa vez. Zeca responde com certo tom de heroísmo que estava de volta, como se essa experiência lhe tornasse mais poderoso, mais forte frente ao grupo. Falou em tom de brincadeira sobre o amigo que no dia anterior havia aparecido na TV, filmado de costas na delegacia, aquelas clássicas imagens que noticiários mostram quando um “bandido” é preso.

Escutei muitas histórias de heroísmo, valentia, honra envolvendo as estratégias utilizadas pelos “bandos”, nos furtos que acontecem no bairro e outros lugares da cidade, tais como: roubos de bicicletas, celulares, roupas, móveis, eletrodomésticos, quase sempre realizados em estabelecimentos comerciais, bem como as estratégias de fuga da polícia. Os furtos são responsáveis pela maioria das mercadorias que circulam no loteamento, que são negociadas entre os próprios moradores. Algumas delas são doadas, especialmente nas situações onde alguém se encontra sem dinheiro para participar da negociação. Há uma solidariedade entre os moradores, até mesmo nas situações de consumo de drogas. Quase que a totalidade dos habitantes faz uso de alguma substância entorpecente, sendo a mais consumo uso da maconha. O crack e a cocaína são usados por grupos específicos. Mas a maconha e, também a cachaça, são substancias que fazem parte do cotidiano dos moradores, dos seus hábitos diários. Quando falta dinheiro para o consumo, os moradores que trabalham no varejo da droga fornecem gratuitamente. Essa ação é chamada de “apoio”, é muito comum escutar relatos que moradores estão recebendo “apoio” de outros. Mas esse “apoio” se estende as outras necessidades como: medicamentos, tratamentos de saúde e alimentação. Já presencie situações onde certos moradores, custearam exames médicos para crianças e gestantes, compra de medicação, pagamento de táxi para levar alguém doente ao hospital. O uso de táxi, nesses casos, é bastante comum, pela dificuldade no socorro prestado pela SAMU, que demora a chegar. Essa demora se justifica pela dificuldade em localizar a ocupação, além das dificuldades no acesso as vielas.

Observei a forma como os “bandos” se movimentam pela ocupação. Sempre a espreita, cuidando as entradas do loteamento e avisando uns aos outros, através de gestos e olhares, a chegada ou aproximação de algum estranho no loteamento. Também percorrem o bairro, com vistas, a localizar a presença da polícia. Muitas foram as histórias que escutei sobre as “façanhas” dos jovens, suas habilidades, suas táticas e técnicas nas situações de “caça”. Da mesma forma, as de histórias de jovens que foram assinados em função do tráfico, a maioria delas narradas pelas próprias mães dos meninos. Mas observei que essas mortes nem sempre estavam diretamente ligadas a dívidas financeiras com traficantes, mas tratava de um processo complexo

que acionava elementos como a honra, o prestígio e poder. Da mesma forma, que a inserção dos meninos no varejo da droga, pode-se ser analisada pelas questões relacionadas a formação das masculinidades. Observei uma quantidade de meninos, entre doze e quatorze anos de idade, sendo iniciados no trabalho do varejo da droga e logo saírem de casa para assumir um novo lar.

A violência é tomada aqui tendo-se em conta a discussão feita por Oliven (2010) ao tratar da *violência na cidade* em oposição ao conceito de *violência urbana*, o qual remeteria a essencialismos e a universalismos, reduzindo a violência a um fenômeno inerente à cidade, que, em termos ecológicos, seria geradora da violência. Já o uso do termo *violência na cidade* possibilita pensar o fenômeno a partir de uma genealogia social, podendo, assim, manifestar-se em diferentes contextos. Quanto ao uso da categoria crime, um elemento importante na constituição do espaço, considera-se o sentido elaborado por (CALDEIRA, 2000) por meio de duas reflexões. A primeira diz respeito ao fato de que as narrativas sobre o crime são elementos simbólicos de “ordenamento do mundo” (CALDEIRA, 2000 p. 28), elas resinificam e reorganizam espaços que, a princípio, foram desorganizados pelas situações de crime. Em outros termos, as narrativas sobre o crime são uma tentativa de ordenamento do caos, a partir da instauração de uma ordem espacial, operando sistemas classificatórios que estabelecem fronteiras entre o bem e o mal, entre as pessoas de bem e os criminosos.

Essa operação não pode ser pensada apenas na relação entre os moradores de “fora” e os de “dentro”, mas um modo operante entre os próprios moradores da ocupação. A segunda reflexão aparece como desdobramento da primeira, e as narrativas acionam elementos relacionados ao medo e à violência. Mas esses elementos devem ser entendidos articuladores de uma série de mudanças sociais que acabam produzindo processos específicos de segregação socioespacial, delimitando espaços na cidade que são reconhecidos como áreas perigosas (CALDEIRA, 2000).

As experiências dos grupos que vivem à margem da cidade e à margem do Estado e as narrativas sobre a violência, o crime e o tráfico drogas delimitam o tema de pesquisa. No entanto, este trabalho não se propõe a estudar o fenômeno da violência, do crime e do tráfico, eles são tratados aqui como elementos de constituição do território e dos modos de habitar as margens urbanas.

4.5. Tessituras do cotidiano – parte V: as mulheres e suas especificidades nos modos de habitar

As questões de gênero, de raça e de classe como elementos fundamentais para compreender a constituição do território e os modos de habitar a ocupação tendo em vista que dentro desses grupos subalternizados, a mulher está uma posição mais periférica. Que pode ser observada pela forma como os riscos socioambientais atingem diferentemente as mulheres, que, por conta da divisão sexual do trabalho, são responsáveis, enquanto mães e cuidadoras, ao dedicarem seu tempo para socorrer os filhos nas situações de alagamentos, de erosão, de incêndios, privando-se de cuidados, estando mais expostas aos riscos socioambientais. Quando ocorre algum desastre socioambiental, recai sobre as mulheres a sobrecarga de trabalho, porque são elas as responsáveis pela limpeza e reconstituição das casas, percorrendo instâncias estatais ou redes de assistência em busca de recursos materiais para reconstrução das moradias.

No contexto específico da ocupação, localizando a situação das mulheres negras²⁵, observa-se que elas se encontram em uma situação ainda mais subalternizada, porque essa responsabilidade é compartilhada com o trabalho fora de casa, em situações de subemprego, trabalho precário, trabalho doméstico. A questão ocupacional no mercado de trabalho das mulheres negras evidencia a importância de se considerar o racismo nas discussões de gênero e considerar as demandas específicas, para que não se produza uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, a fim de reconhecer as desigualdades e a existência de outras formas de

²⁵ Como grupo, lãs mugires negras está em una posicón insula en esta sociedad, puis no solo estamos como coletivo en ele fondolela pirâmide ocupacional, sino que nuestro estatus social es más bala que el de cualquier otro grupo. Al ocupar esa posición, aguantamos lo más duro d la opresión sexista, racista y clasista. Al mismo tiempo, somos un grupo que no há sido socializado para asumir el papel de explotador/opresor puesto que se nos há negado um “otro” al que podamos explorar u oprimir – los niños no representan un otro institucionalizado aunque pueedan ser oprimidos por sus padres. Lãs mujeres blancas y los hombres negros están en ambas posiciones. Pueden actuar como opresores o ser oprimidos y oprimidas. Los hombres negros pueden ser víctimas del racismo, pero el sexismo les permite actuar como explotadores y opresores de lãs mujeres. Las mujeres blancas pueden ser víctimas del sexismo, pero el racismo lês permite actuar como exploradoras y opresoras de la gente negra. (Hooks, 1984, p. 14).

opressão que não apenas de ordem sexista (CARNEIRO, 2003). A expansão do mercado de trabalho para as mulheres não significou mudanças significativas para as mulheres negras, que ainda ocupam a maioria dos serviços domésticos. O racismo está presente na forma de alocação da mão feminina negra. Observaram-se famílias em que a terceira geração de mulheres trabalha como domésticas ou como faxineiras.

A situação de discriminação provocada por um racismo estrutural e institucional está presente nas narrativas de muitas mulheres quanto à demora no atendimento dos serviços de saúde, à falta de informação e de esclarecimento. Há relatos de casos de negligência que quase levaram essas mulheres à morte. Há hostilidade frente às dores durante o trabalho de parto, um comportamento fundamentado em um racismo que concebe a mulher negra como mais forte e mais resistente à dor, uma concepção de corpo animalizado. As representações a respeito do corpo das mulheres negras como um corpo marcado, animalizado e erotizado fazem com que essas mulheres não procurem os serviços de saúde. As narrativas mostram que muitas nunca fizeram exame ginecológico, estando mais expostas às doenças sexualmente transmissíveis.

Quando procuram os serviços de saúde nas situações de gravidez e parto, ainda são incentivadas a optarem pela esterilização. Essa atitude por parte dos serviços de saúde, mostra a fragilidade na implementação das políticas públicas para as mulheres negras, de promoção de medidas de prevenção, referentes às questões que envolvem a sexualidade. Atento para os desafios no enfrentamento dos discursos e práticas racistas com relação à construção do corpo das mulheres negras. Também nesses contextos de segregação espacial, identificam-se maiores taxas de violência sexual e doméstica contra as mulheres e meninas. Carneiro (2003) aponta para uma violência específica sofrida pelas mulheres negras, com relação a sua autoimagem, representação e autoestima, que compromete o exercício pleno da sexualidade das mulheres negras. São efeitos da hegemonia branca nos padrões estéticos, que privilegiam os modelos com base num embranquecimento, em que a “atração sexual está em modelos raciais” (CARNEIRO, 2003, p.6).

Com referência à violência provocada pelo envolvimento em crimes ligados ao tráfico de drogas, observou-se que as mulheres, em sua maioria, não trabalham diretamente na venda da droga; essa atividade é predominantemente masculina. O

tráfico de drogas é uma rede complexa que envolve legalidade e ilegalidade, moralidade e contravenção como elementos da constituição dos modos de habitar. Mas o que se observa é que cada vez mais os homens jovens são iniciados a trabalharem no tráfico. Os maiores de idade trabalham diretamente na comercialização e negociação com os “patrões”, os traficantes; enquanto os meninos menores de idade são iniciados realizando atividades de guardar dinheiro, mercadorias roubadas e armas em suas casas, para garantir proteção dos homens adultos nas batidas policiais, porque, tratando-se de menores de idade, as medidas são cumpridas em instituições socioeducativas. Essa é uma das estratégias utilizadas para evitar as prisões, através da iniciação dos meninos no tráfico. Mas todo esse processo é complexo, cercado de hierarquia e rituais de passagem. Os meninos abandonam cedo a escola porque não veem na educação um projeto de ascensão social, na verdade essa concepção de projeto não é adequada para referir-se a essa situação vivenciada pelos meninos, pois eles não operam no sentido de projeto, mas de estratégia, de circunstâncias e possibilidades do presente.

Nesse sentido, a violência provocada pelo tráfico adquire características específicas para as mulheres, que, no seu cotidiano, buscam estratégias para proteger seus filhos da prisão, das internações compulsórias e da morte prematura. Nas narrativas e na observação etnográfica, percebe-se o sofrimento e o estresse traumático dessas mulheres ao conviver com o medo e a angústia de ver filhos, amigos, companheiros sendo presos e mortos. Sem dúvida esse é um dos elementos que desenham os modos de habitar a ocupação. Também é sobre essas mulheres que recai a responsabilidade de cuidar e visitar os filhos na prisão, porque na maioria dos casos, eles são abandonados pelos pais e pela família. Também há uma sobrecarga de trabalho, visto que as mulheres intensificam as atividades de faxina, aumentando a jornada de trabalho para cobrir os custos das visitas frequentes ao presídio, manter a casa e comprar alimentos para levar aos filhos. O alimento é cuidadosamente preparado, ritualizado e composto de elementos afetivos, sendo utilizados os melhores ingredientes, “comida de domingo”. Parece se tratar de um ritual de cura, para suprir a falta e amenizar a violência provocada pelo encarceramento. As visitas são feitas semanalmente e as mulheres narram os constrangimentos e humilhações das revistas

íntimas. Também precisam conviver com o preconceito e o estigma de serem apontadas pelos moradores do entorno e por familiares como sendo “mulher de bandido”, e condenadas por “sustentar” esses homens. E com o medo de perderem o emprego de domésticas, buscam estratégias de omissão sobre a prisão dos filhos. Contextualizando a morte prematura de jovens negros, promovida pelo próprio aparato social do Estado, é fundamental pensar em termos de gêneros subalternizados (CARNEIRO, 2003), considerando as masculinidades subalternizadas. O racismo sofrido pelos homens negros os expõe às situações de discriminação e violência e os colocam numa condição de subalternidade frente a outros grupos, inclusive em termos de indicadores sociais abaixo das mulheres brancas (CARNEIRO, 2003).

Mas são as mulheres que se organizam frente ao atendimento das demandas específicas do loteamento. São elas que se reúnem em grupos em direção aos órgãos do Estado para reivindicar o atendimento de suas necessidades. Foram elas que organizaram os inúmeros abaixo assinados, reivindicando a ligação das redes de energia elétrica. As mulheres também se encontram em atividades de lazer, em festas e bares noturnos. Elas procuram participar de grupos de artesanato, geração de trabalho e renda e nas atividades religiosas, como missas e cultos. Nesses termos, é possível pensar as múltiplas estratégias de resistência das mulheres e seu protagonismo político.

Considerações finais: dimensões políticas e culturais da cidade

Este trabalho procurou mostrar a tensão existente entre a cidade legal e a cidade ilegal, representada neste texto, pela cidade negada e a cidade rascunho, através dos modos de habitar às margens urbanas, apontando para dimensões políticas e culturais, para a compreensão sobre a constituição dos territórios periféricos da cidade e a na contribuição da antropologia para às políticas públicas. Revelando que as questões urbanas contemporâneas são campos profícuos para a antropologia, que pela sua tradição teórica pode desenvolver um estudo minucioso sobre os arranjos institucionais e as práticas governamentais, a fim de compreender a forma como operam as políticas públicas na produção de consensos, das representações sociais, discursos, sistemas simbólicos e moralidades. Bem como, sobre as diferenças de poder que tende a reificar processos de exclusão, bem como, há existência de práticas sociais próximas de uma ideia de justiça social e equidade.

Através da reconstituição do campo social, foi possível localizar processos urbanos que não passam pela centralidade do Estado, que operam em uma lógica que difere das representações e das narrativas oficiais sobre a cidade. Buscou-se localizar esse trabalho dentro de uma antropologia urbana, com cuidado epistemológico de não esbarrar em dicotomias, local e global, centro e periferia, particular e universal. E com a preocupação de não desenvolver um estudo junto aos grupos minoritários de forma reducionista, ou seja, de tratar os processos sociais, simbólicos e políticos, sem a mediação com os processos mais amplos. O esforço foi no sentido de reconstituir o campo social, onde essas dimensões aparecem articuladas, contraditórias entre si, mostrando a tensão presente na forma de ocupar e fazer cidade, bem como as disputas em torno desses conceitos.

Para subsidiar a análise situou-se o trabalho dentro de uma antropologia *da* e *na* cidade. (Agier), a opção pelo estudo com grupos minoritários, não exclui a importância do estudo dos setores estatais, ao contrário, nessa perspectiva relacional o Estado passa a ser mais um ator a ser estudado. Considera-se que a antropologia ao estudar as minorias pode contribuir para a compreensão de processos sociais mais amplos (BEVILAGUA, 2000).

De acordo com Bevilagua (2000, p.107) “os divisores ‘distante’ e ‘perto’, ‘marginal’ e ‘central’ são poucos operativos em si mesmo e, especialmente, para construção de uma antropologia de setores estatais”. No mesmo sentido segue as contribuições de Fernandez (2010), que atenta para a necessidade de transpor a dicotomia dos processos urbanos e reconhecer a complexidade das intervenções urbanas contemporâneas, através de uma exploração detalhada das políticas públicas em processos situados em contextos específicos, a fim de compreender os limites dos agentes que operam as políticas públicas, estudar as posições não questionadas, as diferenças de poder e as possibilidades de promover ideias de justiça social (FERNANDEZ, 2010).

O esforço teórico de mostrar como operam as dimensões micro e macro social dos processos urbanos, através das experiências dos grupos que ocupam as margens urbanas, aponta os limites das políticas públicas em lidar com categorias nativas de pensar e fazer cidade. O estudo mostrou que estar nas margens, não significa estar “fora”, porque as margens são espaços de fronteira, onde se instala os conflitos de ordem territorial, social, político e simbólico.

Trata-se de zonas de interação, onde diferenças se colocam como condição de constituição dos territórios. É necessário aprender a ler os modos de habitar pelas suas fronteiras. Para Barth (2000), convencionou-se utilizar um conceito abstrato de sociedade para representar um sistema social abrangente, dentro do quais grupos, unidades menores e conceitos podem ser analisados. Conceitos como comunidade, identidade e sociedade, desconsideram as características e fronteiras empíricas.

A constituição do território estudado se caracteriza por movimentos de mobilidade e permanência e pela diversidade de agrupamentos, tal processo, refere-se a variações descontínuas que tendem a se agrupar Barth (2000). A questão não é a preocupação com o aperfeiçoamento de tipologias, mas a tentativa de descobrir quais os processos que produzem tal agrupamento. Portanto, qualquer sentido de identidade, de comunidade que se tente atribuir a essas experiências cidadinas, se torna inoperante, frente aos movimentos que oscilam entre a mobilidade a permanência, legal e ilegal, particular e universal. Nesses termos, os modos de habitar são sempre movimentos de proteção e liberdade. É justamente essa ausência de contextualização

e relativização que se identificou nas práticas governamentais, que tendem a operar as políticas públicas apenas com categorias universais, impossibilitando a interlocução com essas experiências minoritárias e marginais. O estudo etnográfico teve uma importante contribuição, mostrando precariedade dessa perspectiva.

Nesses termos, conclui-se que para compreender os modos de habitar as margens urbanas, deve-se considerar a questão em torno das territorialidades, entendendo-a como um “modo particular, histórico e cultural de ocupar o território” (SEGATO, 2005, p. 08), a partir de contextos específicos (DEEPIKA, 2013), para não essencializar os modos de habitar a periferia, produzindo o exotismo e/ou a vitimização dos grupos. Na mesma medida que aponta para a necessidade de uma descolonização epistemológica “conhecimentos situados” de Haraway (1995). A autora atenta para as implicações epistemológicas, éticas e políticas no estudo com as minorias, através de uma crítica à ciência ocidental.

Ao considerar a corporeidade das narrativas científicas, utilizando-se da metáfora da visão para se referir a modos específicos de ver, Haraway, (1995) questiona o olhar do cientista que, por estar deslocado do seu corpo e do lugar que ocupa, acaba por produzir uma visão transcendente e universalizante, que vem de lugar nenhum, portanto “irresponsável porque não pode ser chamado a prestar contas” (HARAWAY, 1995, p. 23), estabelecendo um diálogo com Wagner (2010), nos termos da cultura como criatividade - invenção.

O autor faz uma crítica ao conceito de cultura no pensamento antropológico, por pensar a cultura como uma espécie de ilusão, um contrapeso, falso objetivo, com objetivo de ajudar o antropólogo a ordenar a experiência. Em sua crítica a teorização antropológica, nega qualquer conjunto de preceitos e generalizações sobre o pensamento e ações humanas, porque nesse sentido a relatividade cultural é utilizada para meramente transformá-la a cultura em outra coisa. Nesses termos a antropologia ao estudar o fenômeno do homem, nomeia e age como se houvesse uma única cultura humana, onde a cultura se tornou uma forma de falar do homem ou em casos particulares do homem, quando vista sob uma determinada perspectiva. Wagner (2010) compreende a cultura como variedades específicas do fenômeno humano.

A antropologia por meio da noção de cultura busca entender ao mesmo tempo o homem na sua singularidade quanto sua densidade, colocando uma situação peculiar para essa ciência. O antropólogo é obrigado a incluir a si mesmo e seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo. Usa a sua própria cultura para estudar outras culturas e a cultura em geral. Ele precisa abandonar a clássica pretensão racionalista de objetividade absoluta em favor de uma objetividade relativa baseada na característica da sua própria cultura. O fazer antropológico é uma relação, por tanto a cultura é uma invenção (WAGNER, 2010). A invenção entendida pela perspectiva relacional, visto que o outro tenciona nossos modelos classificatórios. Wagner (2010) refere-se a uma “objetividade relativa”, que pode ser alcançada descobrindo as maneiras pelas qual nossa cultura nos permite compreender outras, e as limitações para tal compreensão. Contrapondo a ideia de uma “objetividade absoluta”, que age como se o “antropólogo não tivesse nenhuma cultura”. WAGNER, (2010). Ao afirmar que “somos todos antropólogos” Wagner (2010) traz o entendimento que o conhecimento antropológico é uma relação entre duas entidades equivalentes: a cultura do nativo e a cultura do antropólogo. Wagner (2010) faz uma crítica radical a ciência ocidental aproximando-se da perspectiva de conhecimentos situados de Haraway (1995) quanto a responsabilidade com objeto que se produz.

Haraway (1995) em sua perspectiva epistemológica sobre “conhecimentos situados” propõe a construção do conhecimento a partir de um posicionamento histórico e cultural que busque atender aos interesses sociais, cognitivos e políticos das minorias, dos grupos subjugados²⁶ historicamente. Essa posição de valorização da visão das minorias é adotada não porque o olhar desses grupos seja “inocente”, mas porque esses grupos têm possibilidades objetivas de transformação. Sahlins (2006) fala

²⁶“Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de codificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor possibilidade de permitir a negação do núcleo crítico do conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e dos atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. (...) As perspectivas dos subjugados são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo” (HARAWAY, 2006, p. 23).

tratar de transformação, a partir de uma renovação as questões estruturais. Onde o evento e a produção de subjetividade inserem a criatividade na historicidade renovando a estrutura. (SAHLINS, 2006).

Mas, então, como produzir sentido em uma relação instável e mutável? Como produzir sentidos que possam ser compartilhados, se tudo se atualiza a cada momento e se as coisas são construídas a todo o momento pela relação das pessoas? Como fica o conceito de cultura? De acordo com Sahlins (2006), a estrutura das relações semióticas de ordem cultural é um objeto histórico. Pensa a estrutura pela ação, pela virtualidade e realidade. A questão, para o autor, é a interação dual entre a ordem cultural enquanto constituída na sociedade e enquanto vivenciada pelas pessoas. Os homens e seus projetos práticos e sociais são informados por significados das coisas e de pessoas, que submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Nesses termos, o sistema é a síntese da produção e da variação. O empírico é uma significação culturalmente relevante e as ordens culturais diversas têm modos próprios de produção histórica, uma vez que, culturas diferentes apresentam historicidades diferentes. A relação entre estrutura e evento como uma síntese relacional em uma estrutura da conjuntura²⁷. (SAHLINS, 2010) insere a noção de práxis, através de uma sociologia situacional do significado, experiência da ação.

Os modos de ver das minorias, dos grupos, encontram-se nas fronteiras, nos “entre-lugares”, são por si só contraditórios, diante das visões hegemônicas. Aprender a ver do ponto de vista do outro, essa visão dupla, possibilita questionar as visões construídas, acrescentando outras perspectivas como forma de revisualizar o mundo, e produzir enfrentamentos e resistências aos mundos organizados por eixos de dominação. As estratégias levantadas por esses diferentes posicionamentos contraditórios, esse “eu dividido”²⁸, tornam possível questionar sobre esses

²⁷“A estrutura da conjuntura é a realização prática das categorias culturais em um contexto histórico, assim como expressa nas ações modificadas dos agentes históricos o que inclui a microssociologia de interação”. (SHALINS, 2010).

²⁸O eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos a serem responsabilizados, o que pode construir e juntar-se à conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história. Divisão, neste contexto, deve ser vista como multiplicidades heterogêneas simultaneamente e não passíveis de serem espremidas em fendas isomórficas ou listas cumulativas (HARAWAY 1995, p. 26).

posicionamentos. Mas aprender a ver do ponto de vista do outro, adotar o ponto vista dos subjugados, não significa adotar uma posição romântica frente aos grupos, tampouco uma “posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial” (HARAWAY, 1995, p. 26). A produção do conhecimento a partir da experiência cotidiana de seus habitantes, em um contexto específico e de uma política de localização, requer assumir uma posição de tencionamento frente às estruturas que produzem as formas desiguais de ocupar a cidade.

De acordo com Haraway (1995, p. 29), “os conhecimentos locais também devem tencionar as estruturas que produzem as trocas desiguais, sejam essas trocas materiais ou semióticas”. Esses tencionamentos, para a autora, não significam uma teorização ou uma ação sobre o mundo de forma global, mas a consideração das diferenças que existem entre as comunidades, entre grupos em termos de poder; o conhecimento entre esses grupos e as conexões. Para compreender como essas questões locais se relacionam em um contexto sócio-histórico, como propõe o texto de Depika (2013), é fundamental rejeitar a dicotomia local e global e assumir uma leitura com relação às semelhanças e às diferenças entre os grupos em uma escala global. Nesse contexto, é necessário prestar atenção às maneiras pelas quais os grupos, as periferias, resistem à opressão, e suas estratégias de resistência em diferentes locais. Como propõe Spivak (DEPIKA, 2013), é imprescindível ler esses grupos não como iguais, mas como vizinhos moradores próximos em uma lógica de adjacência. Ao adotar essa perspectiva, é necessário estar atento a como operam as resistências em contextos específicos e às múltiplas estratégias utilizadas pelos grupos em diferentes escalas dentro da cidade, assim como a semelhanças, distanciamentos e aproximações com os diferentes grupos no espaço urbano.

A relação entre territorialidade e saberes localizados possibilita pensar os modos de habitar como o lugar dos fluxos, dos contra discursos, da reivindicação, das multiplicidades de vozes, da ludicidade, da criatividade e das performances contra as normativas na forma de gestão dos territórios. A experiência etnográfica mostra um cotidiano atravessado por contradições e ambiguidades, de performances frente aos agentes do estado, na utilização de estratégias para acessar recursos públicos, nas reivindicações por espaços de visibilidade e escuta, e na manutenção dessa

invisibilidade, quanto se trata de aspectos da vida cotidiana atravessados pela ilegalidade, frente aos aparatos de controle social do Estado.

Como é possível pensar a produção do sujeito e as questões da representação no trabalho com as minorias? Nos termos usados por Haraway (1995), não se pode “ser” como substância, porque o eu se desloca em diferentes perspectivas. Esse deslocamento trata-se de uma questão de posição. A autora discorda da possibilidade da autorepresentação, da autopresença, porque “não estamos imediatamente presentes para nós mesmos. O autoconhecimento exige uma tecnologia semiótica e material relacionando significados e corpos” (HARAWAY, 1995, p. 25). No entanto, a autora também não acredita da morte do sujeito anunciada por alguns cientistas das ciências humanas; ela defende um sujeito aberto, múltiplo, heterogêneo e contraditório.

A mesma posição é assumida por Spivak (2010) com relação ao sujeito e às questões da representação na reflexão a respeito da possibilidade de fala do subalterno. Para a autora, não cabe falar no fim do sujeito, porque se considerar como exemplo a situação das “mulheres do terceiro mundo”, sabe-se que elas historicamente não foram consideradas sujeitos²⁹. A autora faz uma crítica à ideia de agência, utilizada por Deleuze e Foucault, enquanto um conceito localizado na esfera do desejo. Para esses autores, os sujeitos não precisam ser representados, a fala do sujeito como agência e sua capacidade de formar alianças políticas, tornando-os capazes de lutar contra a estrutura econômica e social dominante. Para Spivak (2010) a agência pressupõe um sujeito generalizado, monolítico e indiferenciado dentro de um sistema econômico globalizado marcado pela divisão internacional do trabalho. Portanto, ela não é uma categoria adequada, porque há uma distinção entre os sujeitos dos países chamados de “terceiro mundo” e os que vivem no “primeiro mundo”, que parece ser desconhecida pelos intelectuais franceses.

Pode então o subalterno falar? Com esse questionamento Spivak (2010) coloca a questão da representação; no entanto, antes é necessário entender o conceito de subalternidade proposto pela autora. De acordo com Almeida (2010), o termo

²⁹ Spivak atenta para os perigos de se construir um sujeito essencializado reforçando os modelos identitários. O que autora reivindica é um sujeito político.

subalterno pode ser utilizado para definir qualquer grupo marginalizado, aquele grupo que não pode ser ouvido, que não tem acesso à voz. Essa concepção implica que o subalterno não pode falar porque não tem quem o escute. A fala como representação pressupõe um espaço dialógico entre quem fala e quem escuta, em um processo discursivo (ALMEIDA, 2010). Para Spivak (2010) a fala do subalterno não tem essa dimensão dialógica; portanto, qualquer forma de agenciamento não possibilita a que o subalterno seja escutado. Depika (2013), em seu texto sobre feminismos e/ou pós-colonialismo, ao refletir sobre as questões da representação, fazendo uma leitura das contribuições teóricas de Spivak (2010), considera a representação de duas maneiras: a primeira diz respeito a “colocar-se no lugar de alguém”, relacionada aos modos de representação política, e a segunda refere-se a “colocar ali”, relacionada à encenação e à *performance*. Dessa forma, a representação pode dar-se por “procuração ou descrição” (DEPIKA, 2013).

A crítica, nesse sentido, é feita tanto às questões da autorepresentação, pelas limitações colocadas pela agência e pelas alianças políticas, quanto aos discursos sobre os grupos que podem ser produzidos na fala do intelectual sobre o outro – subalterno – alertando para a posição dos intelectuais em assumir espaços de reivindicação e de resistências em nome do outro, criando a ilusão de que podem representá-los. Almeida (2010), ao fazer uma leitura de Spivak (2010) entendendo o subalterno como aquele grupo que não tem acesso à voz, aponta para a necessidade de localizar a construção desse sujeito e alertar para o perigo de construir o outro como objeto do conhecimento³⁰, ou seja, construir o subalterno na sombra do intelectual. Entretanto, Spivak (2010) aponta alternativas para tratar dos problemas da representação. A autora considera a possibilidade de estabelecer-se uma crítica constante através do reconhecimento das contradições e ambivalências desse processo. Essa crítica constante possibilita que o intelectual estipule uma relação de

³⁰“Spivak e tantos outros críticos pós-coloniais e feministas nos alertam para o modo como a posição de sujeito é construída dentro do discurso, em vez de ser preexistente ao discurso. Por isso, o seu cauteloso lembrete de que “não é uma solução, a ideia de os desfavorecidos falarem por si mesmo, ou a crítica radical falar por eles; essa questão da representação, da autorrepresentação, de representar os outros é um problema”. Spivak defende a crítica constante” para evitar “construir o outro apenas como um objeto do conhecimento, deixando de fora os reais outros por causa daqueles que estão tendo acesso a espaços públicos devido a essas ondas de benevolência e assim por diante” (DEEPIKA, 2013, p. 668).

cumplicidade com o subalterno, a qual permite que o intelectual questione o próprio lugar de onde ele teoriza (ALMEIDA, 2010). Da mesma forma, segue a crítica aos modelos totalitários de construção do sujeito subalterno como uma categoria homogênea, monolítica e indiferenciada, que pode ser aplicada em qualquer lugar. Assim, faz-se necessário questionar o lugar da fala, contextualizar, localizar as condições pelas quais os subalternos não podem falar. Considera-se que os subalternos não podem falar porque não tem quem os escutem. Nesses termos é fundamental abandonar definitivamente a ideia de dar a voz. Por outro lado, afirmar que os sujeitos não podem falar não significa que eles precisam recorrer aos discursos hegemônicos.

De acordo com Almeida, (2010), Spivak (2010) defende claramente, que o intelectual pode e deve representar o subalterno, não no sentido de emudecê-lo, ou de se colocar no lugar “dele”, mas no sentido de assumir uma posição que propicie espaços, crie meios pelos qual o sujeito subalterno possa falar, ou seja, possa ser ouvido. Assumir essa postura é uma forma de trabalhar contra a subalternidade (ALMEIDA, 2010).

Nesse sentido, as discussões teóricas propostas por Spivak (2010) têm contribuído com esse estudo etnográfico quanto à localização da pesquisadora, através do exercício autorreflexivo sobre o seu lugar de fala e, aponta para as dimensões éticas e políticas do trabalho antropológico junto grupos aos minoritários.

Referências

ACSELRAD, Henrique Garamond; Mello, Cecília Campelo; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p.

ACSELRAD, Henrique. Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. **Periódico Horizontes Antropológicos: Antropologia e Meio Ambiente** [da] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 117-138. 2006.

_____. Vigiar e Unir. A agenda da sustentabilidade urbana? **Revista VeraCidade**. Salvador, Ano 2, n.2, 2007.

_____. Apresentação; Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (ORG.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.

_____. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista estudos Avançados**, 2010.

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. 213 p.

ALVES, Andréa Moraes; BARROS, Myriam Moraes Lins de. Quando o pobre é o outro. Artigo Decorrente do Recebimento do Prêmio ABA/Ford Projetos Inovadores no Ensino da Antropologia. 2 ed. 2006.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2004. 222 p.

BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”; “O guru e o iniciador: transações de conhecimento e moldagem da cultura no sudeste da Ásia e na Melanésia”; “Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades”. In: _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Libraria, 2000. P.186.

BEVILAQUA, Climéia; LEINER, Piero de Camargo. Políticas e Subjetividades nos “Novos Movimentos Culturais”. **Revista de Antropologia** [da] Universidade de São Paulo, v. 43, ano 1. Junho/dezembro, 2002.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2010.

BRANDÃO, Roberto Carlos. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Periódico Sociedade e Cultura** [da] Universidade Federal de Goiás, v. 10, n1, p. 11-27. Jan-Jun. 2007.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Da Tragédia Urbana À Farsa do Urbanismo Reformista**: A feitichização dos Planos Diretores Participativos. 2009. 526 p. Dissertação (Doutorado em Políticas Públicas) - Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz do Maranhão, 2009.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A Presença do Autor e a Pós-Modernidade em Antropologia. **Periódico Novos Estudos** [do] Centro de Estudos Brasileiros de Análise e Planejamento. São Paulo, n.21, p. 133-157, Jul. 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2000. 400 p.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Periódico Instituto Estudos Avançados** [da] Universidade de São Paulo, v. 17 n.49, p. 12-23, 2003.

HOOKS, Bell. **Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista**. In: _____. Otras inapropiables. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 33-50 Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanhol/temática/mujer/autores/hooks/1984/001.htm>>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CATHARINA, Roberta Taborda Santa. **Ordenanças urbanas e ideia de cidade**: o primeiro e o segundo Plano Diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX. 2012. 170 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em pesquisa de Campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendado Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. P.67-121.

DAMATTA, Roberto. O Ofício do Etnógrafo, ou como ter “*Anthropological Blues*”. In: _____. **Simpósio sobre Trabalho de Campo**, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1974. p. 1-9.

DEEPIKA, Bahri. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Periódico Estudos Feministas** [da] Universidade Federal de Santa Catarina, v. 21 n. 2: 336 p.659-682. maio/agosto, 2013.

ENCONTRO EASA “THE FUTURE OF EM EUROPE (AND EASA ROLE), 09., 2004, Lisboa. **Anais: KUPER Adam. Histórias Alternativas da Antropologia Social Britânica**. Lisboa: Etnografica, 2005. p. 209-230.

ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. 16., 2010, Porto Alegre. **Anais:** OLIVEIRA, Solange de VIEIRA; Sidney Gonçalves. Origem e Desenvolvimento do Bairro Três Vendas em Pelotas – RS. Porto Alegre, 2010.

FERNÁNDEZ, Federico Pérez. Laboratorios de reconstrucción urbana: Hacia una antropología de la Política urbana en colombia. **Periódico Antípoda** [da] Universida de Los Andes, n. 10. Janeiro/Junho, 2010. p. 51-84. Disponível em: < file:///C:/Users/marcoskammer/Documents/Downloads/-data-Revista_No_10-04_Meridianos_02.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2016.

FLEISCHER, Soraya. Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. **Anthropológicas**, Recife, v. 18, n. 1, p. 37-70, 2007.

FOLADORI, G; TAKS, J. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental**. In: _____. n. 2, v. 10, Rio de Janeiro: Mana, 2004. p. 323-348.

FONSECA, Claudia. **Classe e a recusa etnográfica**. In: FONSECA, Cláudia; BRITES, Jurema (org). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 21 p.

FONSECA, Cláudia. O Anonimato e o Texto Antropológico: Dilemas éticos e políticos a etnografia ‘em casa’. **Periódico Teoria e Cultura** [da] Universidade Federal de Juiz de Fora, v.2, n. 1 e 2, p. 39-53, Jan- Dez 2008.

FRUGÓLI, Heitor Jr. O urbano em questão na antropologia: interface com a sociologia. **Revista de Antropologia** [da] Universidade de São Paulo, v. 48, ano 1. Janeiro/junho, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Editora LTC: Livros Técnicos e Científicos S.A. Rio de Janeiro - RJ. 2008.

GONÇALVES, M. et al. **Etnobiografia: esboços de um conceito**. In: GONÇALVES, M. et al. Etnobiografia: Subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras. 2012

GOLDMAN, Márcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos “Novos Movimentos Culturais”. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, n. 1 e 2, p. 8-22, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2010. 216 p.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Periódico CadernosPagu** [da] Universidade Federal de Campinas, v.5, p. 07-41, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Direitos sociais e competências profissionais. Serviço Social, 2012.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22 n. 64.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. Tradução de Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Periódico Horizontes Antropológicos**: Antropologia e Meio Ambiente [da] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 31-64. 2006.

MACAGNO, Lorenzo. **Uma Antropologia do Político?** Lisboa: ICS, 2014. p. 189 p. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_210_f02.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Periódico Tempo Social**, v. 15, ano 1. São Paulo, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.49. Junho, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536 p.

MIRALLES, Nerea; MAYORGA, Claudia; COURA, Alba. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e a política heterossexual. **Periódico Estudos Feministas** [da] Universidade Federal de Santa Catarina, v. 21 n. 2: 336, p. 463-484. maio/agosto 2013.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Antropologia, Estado Moderno e Poder: perspectivas e desafios de um campo em construção. **Revista de Antropologia** [online], 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169021460008>>. Acesso em: 7 de agosto de 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002. 176 p.

OLIVEN, Ruben George. **A Antropologia de grupos urbanos**. 6 ed. Petrópoles: Vozes, 2007. 53 p.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 50 p.

Paul. Ricouer, in: *Urbanisme*, n. 303, nov/dez 1998, pp.44-51.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 162 p.

PEIRANO, Mariza. "Sem lenço, sem documento": reflexões sobre cidadania no Brasil. Estado, Cidadania e Movimentos Sociais. **Revista Semestral do Departamento de Sociologia** [da] Universidade de Brasília, v. 1. Junho, 1986.

PELOTAS. Lei nº 5.502: Plano Diretor Municipal. Pelotas. Setembro, 2008.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Tradução de Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2013.

RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 2, n. 2, 2014.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Questões em Torno do Uso de Relatos e Narrativas Biográficas na Experiência Etnográfica. In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. **Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas nas coleções etnográficas**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013, v.1, p.105-127.

SAHLINS, Marshall. "Introdução" e "Estrutura e História". In: _____. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SEGATTO, Rita Laura. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **Série Antropologia** [da] Universidade Federal de Goiás, v. 10, n. 2, p. 195-226, 2005.

SEGATTO, Rita Laura. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **Periódico Série Antropologia** [da] Universidade Federal de Goiás, v. 10, n. 2, p. 195-226, 2005.

SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2., 2008, Ouro Preto. **Anais**: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró; MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (org.). A cidade e a urbanização no ideário da modernidade republicana - A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **Revista anos 90** [da] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 14. Dezembro, 2000. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6801/4099>>. Acesso em: 08 de julho de 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. Desenvolvimento Urbano: a problemática renovação de um “conceito problema”. **Revista Território**, ano 3, n. 5. julho/dezembro, 1998.

SPIVAK, Chakravort, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. In: _____. Tradução de: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e Andre Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 333.p.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 330 p.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, v. 1, p. 439-462.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**.v.1. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. p. 439-462.

WHYTE-FOOTE, William. Treinando a Observação Participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendado Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. P.67-121.